



Mariana Marques de Oliveira

**Para além dos portões da fábrica:
a construção social do bairro de Bangu (1892-1920)**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada como requisito parcial
para obtenção do grau de Mestre em História
Social da Cultura pelo Programa de
Pós-graduação em História Social da Cultura,
do Departamento de História da PUC-Rio.

Orientador: Prof. Dr. Leonardo Affonso de
Miranda Pereira

Rio de Janeiro,
novembro de 2024.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO



Mariana Marques de Oliveira

**Para além dos portões da fábrica:
a construção social do bairro de Bangu (1892-1920)**

Dissertação apresentada como requisito parcial
para obtenção do grau de Mestre em História
Social da Cultura pelo Programa de
Pós-graduação em História Social da Cultura,
do Departamento de História da PUC-Rio.

Prof. Leonardo Affonso de Miranda Pereira

Orientador

Departamento de História – PUC-Rio

Prof. Juçara da Silva Barbosa de Mello

Departamento de História – PUC-Rio

Prof. Carlos Eduardo Coutinho da Costa

Departamento de História - UFRRJ

Rio de Janeiro, 22 de novembro de 2024.

Todos os direitos reservados. A reprodução, total ou parcial, do trabalho é proibida sem autorização da universidade, da autora e do orientador.

Mariana Marques de Oliveira

Graduou-se em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, possuindo título de Licenciada em História. Mestranda em História Social da Cultura pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Integrante do Laboratório de Pesquisas e Conexões Atlânticas/CNPq. Possui ênfase nas áreas de História Social, História Urbana, e Mundos do Trabalho

Ficha Catalográfica

Oliveira, Mariana Marques de

Para além dos portões da fábrica: a construção social do bairro de Bangu (1892-1920) / Mariana Marques de Oliveira; orientador: Leonardo Affonso de Miranda Pereira. - 2024.

159 f. : il. color. ; 30 cm

Dissertação (mestrado) –Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de História, 2024.

Inclui bibliografia

1. História – Teses. 2. História Social da Cultura – Teses. 3. Bangu. 4. Desenvolvimento urbano. 5. Subúrbio 6. Trabalhadores. 7. Associativismo I. Pereira, Leonardo Affonso de Miranda. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de História. III. Título.

CDD: 900

A eles que me ensinaram que os sonhos nos trazem coisas que nos fazem prosseguir. Dedico esse trabalho aos meus pais, Glaucia e Dinilson, que sob muito sol e voos cansativos, fizeram-me chegar até aqui, na primavera. E a minha irmã, Clara, que sempre no “levanta e anda”, me mostra que o “sol só vem depois”.

Agradecimentos

Apesar do processo de pesquisa ser solitário, é importante lembrar e agradecer as pessoas que fizeram parte deste árduo caminho comigo. Muitas mãos fizeram parte deste trabalho, seja com palavras de afeto ou com a compreensão das minhas ausências ao longo de tantos meses.

Em primeiro lugar, agradeço a Deus por ter me permitido chegar até aqui.

Aos meus pais, que sempre me mostram a importância de lembrar de onde eu venho e volto todos os dias. A minha mãe, que incansavelmente se dedicou para me auxiliar em muitos momentos de nervosismo e com a rotina em meu processo de pesquisa. Ao meu pai, que com conselhos e palavras de incentivo, sempre se fez presente nesta caminhada. A minha irmã, que entre muitas palavras de encorajamento, me lembrou constantemente neste processo a importância de continuar tentando. Aos três especialmente, por nunca reclamarem da luz acesa, das minhas ausências, dos momentos de ansiedade e nervosismo ao longo do processo. Nenhum texto conseguiria expressar minha gratidão. Essa conquista é nossa.

Agradeço de coração à minha avó Bete, pelas orações ao meu anjo da guarda, pelos bolos que tornaram os dias chuvosos mais aconchegantes e pela sua incansável torcida que me acompanhou ao longo dessa caminhada. E à minha avó Irene, pelo carinho, piadas, torcida e preocupação ao longo deste processo. A todos os meus familiares que de algum modo, se fizeram presente na torcida ou perguntando sobre a pesquisa.

Aos amigos que acompanharam de perto essa grande jornada, agradeço a Tamires, pela parceria e apoio desde a graduação, compreensão ao longo desta jornada e pelo Passatempo Histórico; a Eduarda, pelo afago a cada versão de uma nova escrita e pela disponibilidade em escutar meus dilemas neste processo; a Gabrielle, pela companhia nos debates historiográficos e por me lembrar que falar sobre Bangu é um posicionamento de vida; a Ana Eliza, pelas palavras de conforto e apoio; ao Alexandre, pelo incentivo e carinho desde a graduação; e a Gabriela, pela torcida de sempre. A preocupação e o acolhimento de vocês comigo foi essencial para que eu chegasse até aqui. E a todos os meus outros

amigos e colegas, que de alguma maneira, compreenderam minhas ausências e me ajudaram a chegar até aqui.

Aos encontros que PUC me deu, agradeço especialmente a Flávia e Layana, pela parceria na sala de aula, nos almoços e no conforto que sempre me deram entre muitos áudios e mensagens em meio às dúvidas no processo de pesquisa. Agradeço também ao Felipe, Matheus e Amanda por terem trazido leveza ao longo dessa jornada.

Aos meus alunos, que acompanharam desde o início essa jornada, não foi fácil conciliar as duas rotinas, mas a curiosidade de vocês sobre o mundo científico me incentivou a ser uma pesquisadora muito melhor.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. Desse modo, é indispensável expressar minha gratidão à CAPES pela concessão da bolsa, fundamental para a realização deste trabalho e para seu papel essencial no fortalecimento da ciência e na promoção da mobilidade social no Brasil. Também agradeço a todos os funcionários do departamento de História da PUC-Rio pelo apoio durante esse percurso.

Aos membros da minha banca de qualificação, Juçara Mello e Larissa Corrêa que enriqueceram meu trabalho com sugestões e leitura atenta. Ao professor Carlos Eduardo da Costa, que compondo a mesa de defesa com a professora Juçara, me permitiram escutar suas análises.

Ao Laboratório de Pesquisa em Conexões Atlânticas, por compartilharem experiências e sugestões de pesquisa ao longo dos encontros. A Elaina Serfaty, pela generosidade em compartilhar leituras e sugestões relacionadas à minha pesquisa.

Ao meu orientador, Leonardo Pereira, por sua dedicada orientação ao longo dos meses. Suas críticas e sugestões, sempre atentas e acompanhadas de novas perspectivas para a pesquisa me permitiram amadurecer como pesquisadora e desenvolver este trabalho.

Por fim, ao Bangu A. C., que sob caminhos diversos, acabei chegando até aqui. Especialmente no final dessa caminhada, me questionei diversas vezes sobre os

percursos que deveria seguir. Hoje, tenho mais certeza do que nunca sobre a importância de lembrar que a minha pesquisa fala de onde eu vim, e sobretudo para onde volto todos os dias. Esse trabalho é uma homenagem a todos os proletários que por algum motivo, seja seu lugar de moradia, falta de mobilidade urbana, segregação espacial, não se encontram nas páginas da história. Bangu foi e é construído pelos seus moradores. Meus agradecimentos a todos os banguenses que ao longo desses anos me apoiaram na pesquisa, afinal o Bangu também possui a sua própria história e a sua glória.

Resumo

Oliveira, Mariana Marques; Pereira, Leonardo Affonso de Miranda. **Para além dos portões da fábrica: a construção social do bairro de Bangu (1892-1920)**. Rio de Janeiro, 2024, 159p. Dissertação de Mestrado – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

O desenvolvimento urbano experimentado nas primeiras décadas do século XX em Bangu, um bairro localizado no subúrbio da zona oeste da cidade do Rio de Janeiro, foi muitas vezes compreendido como um fruto direto da implementação da Companhia Progresso Industrial do Brasil na região, em 1889. Em perspectiva diversa, esta dissertação investiga o processo de ocupação e consolidação do bairro a partir das experiências de seus diferentes grupos de moradores, sejam aqueles que já habitavam a localidade no momento da fundação da fábrica ou os que chegaram depois para trabalhar nela. Focado no período de afirmação urbana da região, que se estende até o final da década de 1920, este trabalho busca compreender como os moradores de Bangu, em sua diversidade, foram agentes ativos no processo de transformação e consolidação do território, apropriando-se dele de diferentes maneiras. Para isso, serão analisadas tanto as disputas entre os trabalhadores e a direção da fábrica quanto as tensões e conflitos que marcaram a convivência de grupos diversos naquele território no estabelecimento de suas redes de solidariedade e diferença – de modo a compreendermos melhor como se deu a construção social de Bangu a partir de perspectivas que extrapolem aquelas da fábrica e de seus diretores.

Palavras-chave:

Bangu; desenvolvimento urbano; subúrbio; trabalhadores; associativismo

Abstract

Oliveira, Mariana Marques; Pereira, Leonardo Affonso de Miranda. **Beyond the factory gates: the social construction of the Bangu neighborhood (1892-1920).** Rio de Janeiro, 2024, 159p. Dissertação de Mestrado – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

The urban development experienced in the first decades of the 20th century in Bangu, a neighborhood located in the suburbs of the western zone of Rio de Janeiro, was often understood as a direct result of the establishment of the Companhia Progresso Industrial do Brasil in the region in 1889. From a different perspective, this dissertation investigates the process of occupation and consolidation of the neighborhood based on the experiences of its various groups of residents, whether those who already lived in the area when the factory was founded or those who arrived later to work there. Throughout this period of urban affirmation in the neighborhood, this work seeks to understand how the residents of Bangu, in their diversity, were active agents in transforming and consolidating the territory, appropriating it in different ways. To achieve this goal, we will analyze both the disputes between the workers and the factory management and the tensions and conflicts that marked the collusion of different groups in that territory - in order to better understand how the social construction of Bangu took place from perspectives that go beyond those of the factory and its directors.

Keywords

Bangu; urban development; suburb; workers; associativism

Sumário

Introdução.....	13
1. Um modelo fabril e seus limites.....	25
1.1 Um enclave fabril no mundo rural.....	35
1.2 A harmonia paternalista.....	47
1.3 Os limites da ordem.....	59
2. A identidade banguense em construção.....	71
2.1 Um espaço de diferenças.....	73
2.2 Das diferenças aos conflitos.....	85
2.3 As harmonias possíveis.....	96
3. A cidade em disputa.....	108
3.1 O direito ao bairro.....	115
3.2 Bangu nos trilhos.....	127
3.3 Uma imprensa banguense.....	134
4. Considerações Finais.....	147
5. Fontes.....	151
6. Referências bibliográficas.....	155

Lista de Figuras

Figura 1 - Localização das fábricas na cidade do Rio de Janeiro em 1905, com destaque para a área da Fábrica Bangu.....	26
Figura 2 - Mapa das freguesias do Rio de Janeiro em fins do século XIX.....	38
Figura 3 - Planta da situação da Fazenda Bangu.....	39
Figura 4 - Planta de Bangu presente no Relatório da CPIB.....	48
Figura 5 - Planta da casa da vila operária.....	51
Figura 6 - Registro fotográfico de alguns operários em 1892.....	79
Figura 7 - Registro fotográfico de alguns operários em 1892.....	79
Figura 8 - Registro fotográfico de alguns operários em 1892.....	80
Figura 9 - Registro fotográfico de alguns operários em 1892.....	80
Figura 10 - Mapa da constituição e organização da propriedade territorial da CPIB.....	82
Figura 11 - Imagem reproduzida de Garibaldi Romanelli	86
Figura 12 - Imagem reproduzida de Emygdio Barbosa	86
Figura 13 - O time do Bangu A.C. em maio de 1905.....	100

Figura 14 - O time do Bangu A.C. em 1917.....	102
Figura 15 - Mapa elaborado com base no “Esquema Geral das Linhas da Estrada de Ferro Central do Brasil”	128
Figura 16 - Primeira edição do <i>Bangú-Jornal</i> de 1918.....	141
Figura 17 - Fotografia da estátua do Thomás Donahoe.....	148
Figura 18 - Fotografia de uma parte dos muros do atual estádio do Bangu A.C.....	149
Figura 19 - Letreiro inaugurado em 2024.....	149

Introdução

No outono de 1908, Olavo Bilac contava aos seus leitores da coluna “Diário do Rio”, no jornal *Correio Paulistano*, sobre a sua viagem à “cidade do Bangu”. O recente bairro suburbano, construído à margem dos trilhos da estrada de ferro da Central do Brasil e ao redor de uma nova fábrica de tecidos, é apresentado aos olhos do cronista como uma

cidade que pouca gente conhece. É a cidade do Bangu, a uma hora de viagem do Rio de Janeiro. Verdadeira cidade, pela sua extensão, pela sua população, pela sua vida intensa e vibrante. O Bangu tem duas escolas, um cassino, um teatro, um parque, um campo de futebol, - e, para tudo dizer, dois automóveis! Há por aí muitas cidades que não possuem tanta coisa... Dos seis mil habitantes do Bangu, três mil são operários. A grande fábrica de tecidos, talvez a maior do Brasil, foi a criadora de todo aquele progresso.¹

Torna-se claro, ao longo da notícia, uma associação direta entre a origem do bairro e a Companhia Progresso Industrial do Brasil (CPIB), que era a mantenedora da fábrica ali instalada. Nas palavras de Bilac, que reproduziam uma posição bastante comum no período, tal fábrica teria sido “a criadora” daquele bairro moderno que ele descrevia – no qual se destacavam, além da própria chaminé da fábrica, outros símbolos de modernidade, como os automóveis, o futebol e o cassino. Como Bilac sabia bem, a história administrativa da região onde se localiza o bairro de Bangu havia se iniciado antes disso, o que permitiu que os diretores da Companhia, em busca de uma fartura fluvial que era então fundamental para a instalação de indústrias têxteis, vissem na localidade uma boa opção – instalando ali sua fábrica.² Fundada no dia 06 de fevereiro de 1889, a Companhia Progresso Industrial do Brasil de fato assumia assim certo protagonismo na transformação urbana da região. Seguindo o modelo de fábrica ligada a uma vila operária que se espalhava pelo mundo,³ a Fábrica Bangu

¹ “Diário do Rio”, *Correio Paulistano*, 01 de maio de 1908.

² ASSAF, Roberto. *Bangu: bairro operário, estação do futebol e do samba*. Relume Dumará, 2001, p.11-12. Ver ainda SERFATY, Elaina Reoli Cirilo. *Pelo trem dos subúrbios: disputas e solidariedades na ocupação do Engenho de Dentro (1870-1906)*. – Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio/ Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2018.

³ OLIVEIRA, Márcio de. *Bangu: de fábrica-fazenda e cidade-fábrica a mais uma fábrica da cidade*. Dissertação (Mestrado em Geografia) — Programa de Pós-Graduação em Geografia, UFRJ, Rio de Janeiro, 1991, p.32.

modificou fortemente a dinâmica espacial do território que anteriormente atendia demandas rurais.

Ao longo dos anos, Bangu se apresentou como um objeto de análise para diversas produções acadêmicas de diferentes áreas de conhecimento. Um dos primeiros trabalhos a tratar do bairro de Bangu foi o de Fernando Faria. Em uma dissertação de mestrado em história defendida em 1985,⁴ que tinha a proposta de analisar a “gênese e expansão do processo industrial carioca, buscando identificar quem eram os empresários e aplicadores em ações, quais as origens do capital e o padrão de acumulação da CPIB”,⁵ o autor centra sua atenção para o processo de expansão industrial no Rio de Janeiro. Através dos relatórios, atas de assembleias e estatutos da fábrica, propunha-se a analisar as etapas no processo de implementação da CPIB em Bangu. Os processos de urbanização da região são apresentados segundo os moldes da fábrica, como a proximidade com a estrada de ferro, a construção de uma vila operária e até mesmo a existência de uma crise hídrica no bairro. Ainda que aponte para a existência de tensões sociais em meio às disputas econômicas protagonizadas pela fábrica, a análise referente à ocupação do bairro é fundamentada no desenvolvimento econômico da região. O desenvolvimento urbano do bairro é assim analisado a partir de seu interesse em debater com o desenvolvimento econômico gerado na região pela implementação da Fábrica Bangu.

Seis anos depois, Márcio Piñon Oliveira, em sua dissertação de mestrado em geografia,⁶ propõe uma nova investigação sobre o fenômeno industrial no Brasil e sua relação com o espaço urbano, a partir do estudo de caso da Companhia Progresso Industrial do Brasil. O autor analisa o processo de urbanização de Bangu por meio das estratégias espaciais adotadas pela CPIB. Atribuindo assim o desenvolvimento de três arranjos espaciais complementares: o de “fábrica-fazenda”, atrelado a destinação econômica escolhida pela CPIB às terras da antiga fazenda, com o intuito de complementar as estruturas fundamentais do sistema fabril - como a manutenção dos mananciais e força de

⁴ FARIA, Fernando Antonio. *Três apitos. Estudo sobre a gênese e a expansão da Companhia Progresso Industrial do Brasil, 1889/1930*. Dissertação (Mestrado em História) - UFF, Niterói, 1985.

⁵ Idem, p.5.

⁶ OLIVEIRA, Márcio de. *Bangu: de fábrica-fazenda e cidade-fábrica a mais uma fábrica da cidade*. Dissertação (Mestrado em Geografia) — Programa de Pós-Graduação em Geografia, UFRJ, Rio de Janeiro, 1991.

trabalho existente na região; o de “cidade-fábrica”, relacionado a primeira grande expansão da produção têxtil da Companhia e a lógica paternalista na relação entre a fábrica e os trabalhadores, onde a CPIB passa a investir mais na infraestrutura do núcleo urbano-fábril, como o sistema de esgoto e a permissão para construção de casas; e o de “fábrica da cidade”, vinculado a um esgotamento da dinâmica “cidade-fábrica” na década de 1930, para um subúrbio inserido na dinâmica do crescimento da cidade. Ao relacionar a evolução urbana da região a uma ação direta do capital industrial sobre o território, Oliveira analisa a fábrica como o agente central no processo de urbanização do bairro. Ao afirmar que “é exatamente este o papel que desempenharia a Fábrica Bangu, atuando como um ‘centro de gravidade’ através do qual passara a girar toda vida (econômica, social e cultural) do lugar”,⁷ Márcio Oliveira acaba naturalizando a construção urbana da localidade em meio aos arranjos espaciais organizados pela Fábrica Bangu, que assume todo o protagonismo no processo.

Em sentido semelhante, a historiadora Adriana Oliveira de Freitas analisou na sua dissertação de mestrado, defendida em 2005, o papel da Companhia Progresso Industrial do Brasil no processo de industrialização e de construção do espaço urbano no Brasil da Primeira República.⁸ A autora analisa o período compreendido entre os anos de 1889 a 1914 para mostrar como o governo republicano tentou fazer da fábrica de Bangu um espaço fabril modelar para a propagação de certa ordem do trabalho. Ao apresentar a Companhia Progresso Industrial do Brasil como uma espécie de espelho do ideal da República, fazendo dela um modelo de construção de identidade nacional a partir do ambiente fabril, a autora alega que a CPIB “atendeu aos principais objetivos e projetos republicanos: a transformação do homem livre em trabalhador assalariado e a dignificação do trabalho”.⁹ Conclui desse modo que “a Fábrica Bangu tornava-se assim um reflexo dos ideais republicanos de progresso, modernidade, urbanização e valorização do trabalho” – em perspectiva que, pensando o processo de urbanização do bairro a partir do controle fabril, centrava mais uma vez sua atenção nos projetos da própria fábrica, não nos moradores do bairro.¹⁰

⁷ Idem, p.76.

⁸ FREITAS, A. O. *Abalou Bangu! A fábrica Bangu e a república nascente (1889-1914)*. Dissertação (Mestrado em História Social das Relações Políticas) - Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2005.

⁹ Idem, p.12.

¹⁰ Idem, p.12.

Ainda que com objetivos e perspectivas diferentes, os trabalhos de Fernando Faria, Márcio Oliveira e Adriana Freitas partem assim do protagonismo da Fábrica Bangu na configuração do bairro. Perspectiva semelhante pode ser encontrada nas análises da historiadora Gracilda Alves de Azevedo Silva – que em 1989 publicou, com o patrocínio da própria Companhia (que completava 100 anos) o resultado de sua dissertação de mestrado sobre Bangu defendida quatro anos antes.¹¹ Sua proposta era, mais uma vez, a de compreender a formação urbana do bairro a partir da Companhia Progresso Industrial do Brasil (CPIB), de modo a analisar a influência do sistema fabril no desenvolvimento da região. Ao contrário dos trabalhos anteriores, ela se preocupa em compreender as experiências e memórias mais amplas dos trabalhadores da fábrica em sua vida barrial – tratando dos clubes, festas e demais eventos que marcaram a vida no bairro. Estes aparecem representados, no entanto, a partir da perspectiva da fábrica. Ao afirmar que a “principal responsável por essa evolução, a Companhia Progresso Industrial do Brasil manteria nas décadas seguintes a sua participação efetiva em todas as iniciativas importantes para a continuação de seu desenvolvimento”,¹² a historiadora volta a apresentar o processo de construção da malha urbana em Bangu mediante o protagonismo fabril.

Apesar da inequívoca importância da Companhia Progresso Industrial do Brasil no processo de urbanização em Bangu, trabalhos posteriores tomavam caminho diverso, apontando para as tensões entre a direção da companhia e os moradores da região. Carlos Molinari, em sua dissertação de mestrado em história, aborda os movimentos operários presentes no bairro em meio a fundação da CPIB. A partir da investigação de trajetórias individuais, ele analisa as tensões sociais presentes na relação entre a direção da fábrica e seus trabalhadores, partindo para isso dos registros da grande imprensa e dos jornais operários da época.¹³ Fugindo ainda mais do foco na fábrica, trabalhos como os de Leonardo Pereira, mesmo sem chegar a problematizar a formação urbana do bairro, se voltaram para a presença das associações recreativas na localidade ao longo

¹¹ SILVA, Gracilda Alves de Azevedo. *Bangu 100 anos: a fábrica e o bairro*. Rio de Janeiro: Sabiá Produções Artísticas, 1989.

¹² Idem, p.63.

¹³ A respeito da dinâmica social em Bangu, Cf. SEVERINO, Carlos Molinari Rodrigues. *Mestres estrangeiros; operariado nacional: resistências e derrotas no cotidiano da maior fábrica têxtil do rio de janeiro (1890 - 1920)*. Dissertação (Mestrado em História)—Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

daquele mesmo período, apontando para uma possibilidade de compreensão da vida social do bairro que já independia daquele empreendimento fabril.¹⁴ Mesmo reconhecendo que, “diante do sucesso da proposta de urbanização da região patrocinada pela Companhia Progresso Industrial do Brasil, Bangu costumava ser saudado pela imprensa como um bairro marcado pela harmonia”,¹⁵ ele consegue com isso mostrar que “muitos desses trabalhadores trataram, nos primeiros anos do século XX, de buscar formas de lazer que não estivessem atreladas a direção da Companhia”.¹⁶ Nesse sentido, mostra que o isolamento da população de Bangu teria fomentado a necessidade na criação de novos vínculos de sociabilidade entre seus moradores.¹⁷

Caminho semelhante é trilhado por Nei Jorge dos Santos Junior,¹⁸ que analisa em sua tese de doutorado em história, defendida em 2017, as associações recreativas criadas em Bangu. O pesquisador investiga como as redes de sociabilidade presentes nos espaços de diversão foram importantes para a construção das identidades presentes no bairro entre 1895 a 1929. O autor demonstra ao longo da sua pesquisa que, apesar da direção da CPIB exercer, de diversas maneiras, certo controle sobre os meios de produção e o seu mercado de trabalho existentes no bairro, também existiram outros vínculos de pertencimento e de construção de identidades na região, como é o caso dos espaços voltados para o lazer. A partir dos periódicos, Santos Junior demonstra como os espaços de diversão tiveram um importante papel no processo de construção das categorias relacionadas aos espaços de lazer situados no subúrbio carioca. O autor sugere que o associativismo ligado ao lazer, como no caso do futebol, foi um campo de luta e negociação entre moradores, trabalhadores e a CPIB, onde brasileiros, italianos, portugueses e ingleses defendiam um interesse comum: o Bangu Athletic Club. Assim, o trabalho do autor foca na construção de uma identidade banguense por

¹⁴ DE MIRANDA PEREIRA, Leonardo Affonso. The Flower of the Union: Leisure, Race, and Social Identity in Bangu, Rio de Janeiro (1904–1933). *Journal of Social History*, v. 46, n. 1, p. 154-169, 2012.

¹⁵ PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *A cidade que dança: clubes e bailes negros no Rio de Janeiro (1881-1933)*. 1. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2020, p.112.

¹⁶ PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *A cidade que dança: clubes e bailes negros no Rio de Janeiro (1881-1933)*. 1. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2020, p.102

¹⁷ DE MIRANDA PEREIRA, Leonardo Affonso. The Flower of the Union: Leisure, Race, and Social Identity in Bangu, Rio de Janeiro (1904–1933). *Journal of Social History*, v. 46, n. 1, p. 154-169, 2012.

¹⁸ SANTOS JUNIOR, Nei Jorge. *A vida divertida suburbana: representações, identidades e tensões em um arrabalde chamado Bangu (1895-1929)*. Tese (Doutorado em Lazer). Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2017.

meio dos espaços de diversão, apontando as agremiações recreativas como elementos-chave na formação das identidades da população suburbana.

Em diálogo com estes trabalhos que apontam para a existência de lógicas de ocupação do bairro que iam além da fábrica, esta dissertação busca compreender a perspectiva dos moradores do bairro, de modo a analisar o processo de construção social de Bangu. Desse modo, esta pesquisa se propõe a atentar para as diversas tensões que alimentaram a própria história da região - seja aquelas entre os trabalhadores da fábrica com a Companhia, as que se afirmavam entre os próprios moradores locais em sua diversidade ou as que eram fruto das disputas entre estes e o poder público. Pretende-se assim acompanhar as disputas entre seus diferentes grupos de moradores através das quais eles vieram a atribuir certas características e sentidos para aquele espaço. Trata-se assim de desnaturalizar o processo de construção espacial de um bairro situado no subúrbio carioca, através da investigação das diversas lógicas e experiências que alimentaram processo de ocupação do bairro, de modo a compreender o processo de construção do bairro para além da perspectiva paternalista da direção a fábrica.

Ao se centrar no processo de constituição social de um bairro específico, este projeto parte da necessidade de reflexão e problematização do espaço, muitas vezes naturalizado nas análises dos historiadores. Tais reflexões se ancoram, em primeira mão, nas proposições de Henri Lefebvre,¹⁹ a partir de seu entendimento do espaço como um produto social. Ao afirmar que “enquanto produto, por interação ou retroação, o espaço intervém na própria produção”,²⁰ mostrando que “à sua maneira produtivo e produtor, o espaço entra nas relações de produção e nas forças produtivas (mal ou bem organizado)”,²¹ o autor faz do espaço um dos fatores centrais da produção e reprodução das estruturas sociais, deixando de vê-lo como simples cenário. Nesse sentido, ele nos ajuda a desnaturalizar o espaço, refletindo sobre os condicionantes sociais de seu processo de produção - o que se mostra especialmente relevante em um bairro como Bangu, formado a partir do desenvolvimento fabril da cidade do Rio de Janeiro.

Não são apenas fatores sociais mais amplos, no entanto, que conformam os diversos espaços e suas características. A partir das proposições de Lefebvre,

¹⁹ LEFEBVRE, Henri. Prefácio: a produção do espaço. *Estudos avançados*, v. 27, p. 123-132, 2013.

²⁰ Idem, p.125.

²¹ Idem, p.125.

muitos antropólogos passaram a lidar com o espaço de uma maneira mais complexa, que leva em conta a agência de sujeitos que conformam e experimentam estes espaços. É o que fazem, entre outros, Akhil Gupta e James Ferguson,²² mediante a crítica acerca do escasso debate antropológico relacionado ao espaço. Os pesquisadores afirmam que

se partimos da premissa de que os espaços sempre estiveram interligados hierarquicamente, em vez de naturalmente desconectados, então, a mudança cultural e social não se torna mais uma questão de contato e articulação cultural, mas de pensar a diferença por meio da conexão.²³

Ao enfatizarem o espaço como um princípio organizador das relações sociais, Gupta e Ferguson se centralizam no processo e na prática de criação em um espaço e sobretudo, na experiência dos sujeitos. De modo que “a localização física e o território físico, durante tanto tempo a *única* grade sobre a qual a diferença cultural poderia ser desenhada, precisa ser substituída por grades múltiplas que nos permitam ver a conexão e contiguidade - de modo mais geral, a representação do território”.²⁴

Ao pensarmos na construção social de um determinado espaço ou lugar, Gupta e Ferguson afirmam que "em vez de supor a autonomia da comunidade *primeva*, devemos examinar de que modo ela se formou como comunidade, a partir do espaço interligado que desde sempre existia".²⁵ Isto é, não necessariamente devemos assumir em primeiro plano as agências do capitalismo e colonialismo como causadoras dos feitos espaciais. As relações de poder e suas respectivas hierarquias impactam na construção e dinâmica social de qualquer sociedade, contudo é importante destacarmos a existência de outros termos e agências por trás disso, como é o caso das interações sociais e culturais existentes em Bangu fora da lógica fabril imposta pela CPIB.

A partir dessas proposições, teorias relacionadas a um processo de *construção social* do espaço são colocadas em debate. Esta proposta se expressou no trabalho da antropóloga Setha Low. Ao desenvolver sua proposta de *espacialização* da cultura, ela aponta para a falta de problematização habitual dos

²² GUPTA, Akhil; FERGUSON, James. Mais além da “cultura”: espaço, identidade e política da diferença. *O espaço da diferença*. Campinas: Papirus, p. 30-49, 2000.

²³ Idem, p.33.

²⁴ Idem, p.47.

²⁵ Idem, p.34.

antropólogos sobre o espaço. Sugere assim que o espaço deve ser pensado como uma ferramenta de análise das relações culturais, e não como um cenário onde se afirma certa cultura. Diferenciando-se das determinações sociais defendidas por Lefebvre, das quais parte, explica assim que

a ênfase materialista da produção social é útil na definição do surgimento histórico e da formação econômica política do espaço urbano, enquanto a construção social refere-se à transformação do espaço através da linguagem, interação social, memória, representação, comportamento e uso em cenas e ações que transmitem significado.²⁶

Como mostra Low, era nas disputas cotidianas entre os que o experimentam que os espaços assumem sentidos singulares. O conceito de “espacialização da cultura” se torna assim um ponto de partida na problematização do lugar e análises que relacionam a construção do espaço a partir das experiências dos indivíduos, em meio aos processos sociais, como a troca, conflito e controle.

Não se trata, no entanto, de tarefa fácil. Para alcançar o tipo de análise proposta por Low em uma análise histórica, mostra-se necessário recorrer a diferentes tipos de testemunho, que nos permitam analisar perspectivas diversas sobre o bairro. Nesse sentido, uma primeira fonte importante para a presente investigação será a imprensa. Longe de considerá-la como uma simples fonte de informações objetivas, busca-se compreender como os jornais se tornaram personagens ativos na história. Como sugerido pelas historiadoras Heloisa Cruz e Maria do Rosário Peixoto, torna-se necessário compreender os interesses e a perspectiva da empresa jornalística, de modo que a grande questão se centralize em

enfrentar a reflexão sobre a historicidade da Imprensa, problematizando suas articulações ao movimento geral, mas também a cada uma das conjunturas específicas ao longo do processo de constituição, de construção, consolidação e reinvenção do poder burguês nas sociedades modernas, e das lutas por hegemonia nos muitos e diferentes momentos históricos do capitalismo.²⁷

Nesse sentido, trata-se de analisar a imprensa como um tipo de testemunho que possui particularidades e historicidade próprias. Ao invés de tratar os

²⁶ SETHA, M. Low, *Spatializing Culture: The Ethnography of Space and Place*. 2016, p.7.

²⁷ CRUZ, H. e PEIXOTO, M. do R., "Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa", *Projeto História*, n. 35, dezembro de 2007.p.257.

periódicos como meros meios de comunicação “que têm opinião”²⁸, é possível observar e investigar a imprensa como um fórum de disputa. Analisar periódicos que dialogam de alguma maneira com Bangu, possibilita a observação de como os moradores do bairro em meio a implementação do regime republicano e o desenvolvimento industrial, atuaram mediante as lógicas dos demais jornais na cidade do Rio de Janeiro.

A partir da negociação com o próprio público leitor, a imprensa se mostra como um dos campos de estratégia e articulação política. Aprofundando esta perspectiva, o historiador Leonardo Pereira mostra como a partir das últimas décadas do século XIX, a imprensa comercial do Rio de Janeiro serviu como um meio de expressão da experiência dos trabalhadores. Por seu caráter polifônico, ainda que “cada veículo tivesse seu próprio programa, com interesses e ideais diferenciados, eles abrigavam uma diversidade de vozes que não podem ser desconsideradas na análise de um jornal comercial” e por seu caráter polissêmico,²⁹ “que muitas vezes permitia que seus registros fossem passíveis de diferentes leituras de acordo com o lugar social do leitor”.³⁰ Evidencia-se assim, a partir destas características, uma estratégia da imprensa comercial de abordar temas importantes aos trabalhadores da época, seja através da cobertura de grupos recreativos, da investigação dos casos de violência de uma determinada região.

Para além da imprensa comercial, no entanto, desenvolveu-se em Bangu, talvez como fruto da distância que os separava da região central – que formava a ideia de uma “verdadeira cidade” separada, como sugeria a crônica de Bilac – uma pequena imprensa local, constituída por periódicos efêmeros que tinham a finalidade de tratar das questões de interesse mais imediato do bairro. Foi o caso, em especial, do *Bangú-Jornal*, pequeno periódico que circulou localmente entre 1918 e 1920.³¹ Do mesmo modo, em paralelo a esta pequena imprensa local eram fundados no período vários periódicos ligados à causa mais ampla dos trabalhadores da cidade, fossem aqueles ligados a grupos políticos e ideológicos específicos ou os que apareciam como porta-vozes de certas categorias de

²⁸ Idem, p.258.

²⁹ PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. Negociações impressas: a imprensa comercial e o lazer dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Primeira República. *História (São Paulo)*, v. 35, 2016, P. 8.

³⁰ Idem, p.13.

³¹ Os exemplares estão disponíveis na Biblioteca Nacional, de modo que já foram consultados e digitalizados.

trabalhadores, como os têxteis. Tanto o recorte da imprensa local, cujo foco era definido pelos limites do bairro, quanto esta imprensa operária, cujo corte era mais social do que geográfico, nos dão testemunhos preciosos sobre a vida social da região.³²

Além da imprensa, esta investigação também recorrerá a fontes relacionadas à memórias do bairro – como *O alvorecer do Bangu*, publicado em 1997 por Martinéa Guimarães e Victoriana Guimarães, e *Uma rua chamada Ferrer*, de Murillo Guimarães, publicado em 1996. Marcado pelas experiências e memórias de seus autores, tais relatos apresentam leituras pessoais sobre a história local que, para além da “ilusão biográfica” que marca esse tipo de relato³³, nos permite compreender como eles pensaram de maneira singular sua inserção no bairro. Como mostram reflexões como as de Margarida Neves, ao articularem suas memórias sobre o bairro tais autores relacionavam suas experiências passadas com os dilemas de seu presente, construindo leituras sobre esse processo que se mostram fundamentais para os objetivos desta investigação.³⁴

A investigação também contou com uma análise dos relatórios oficiais da Companhia Progresso Industrial do Brasil, com o objetivo de compreender o planejamento estratégico da fábrica em relação ao bairro e aos trabalhadores. Esses documentos foram fundamentais para desvendar os objetivos da companhia no desenvolvimento local e suas relações com a comunidade operária. Por fim, recorreremos ainda a outras fontes que dialogam mais diretamente com as experiências dos moradores do bairro. É o caso, em especial, da documentação municipal referente a Infração de Posturas em Bangu. Segundo Cristiana Schettini e Paulo Terra, as possibilidades de análise a partir da documentação municipal aproximam o pesquisador a dimensões de conflitos muito particulares da experiência cotidiana de cada indivíduo, de modo que “os conflitos- e muitas vezes, a negociação- estavam presentes nas relações entre os trabalhadores e os fiscais, entre estes e os diferentes funcionários da municipalidade, e ainda entre o

³² São alguns jornais operários que abordam o bairro: *A Classe Operária*, *Gazeta Operária*, *Voz do Povo*.

³³ BOURDIEU, Pierre. “A ilusão biográfica”, em FERREIRA, M. e Amado, J. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 1998.

³⁴ NEVES, Margarida de S. “Os jogos da memória”, em MATTOS, Ilmar Rohloff de. *Ler e escrever para contar: documentação, historiografia e formação do historiador*. Rio de Janeiro: Access, 1998, pp. 203-219

Executivo e o Legislativo municipal”.³⁵ Seguindo esta trilha, busca-se através de tais registros compreender as diversas formas de negociação e conflitos no bairro, fossem aqueles que separavam seus moradores ou os que os uniam em uma causa comum contra o poder público.

Para atingir tal finalidade, o trabalho está dividido em três capítulos, que tentam trilhar diferentes dimensões e momentos deste processo. O caminho percorrido neste trabalho tem início em um primeiro capítulo intitulado “Um modelo fabril e os seus limites”, que se apresenta a partir do intuito de questionar a ideia de que a região teria se formado somente a partir da Fábrica Bangu. Em contraposição à memória construída pela própria direção da fábrica e por jornalistas a ela ligados, este capítulo se propõe a investigar os limites do modelo fábrica-vila operária implementada pela Companhia Progresso Industrial do Brasil. Lidando com o espaço de maneira complexa, a análise está centralizada nas disputas entre os moradores e a fábrica, mostrando como eles interagem com o espaço de forma que ia além dos padrões fabris. Nesse contexto, ao longo do capítulo também serão discutidos a expansão territorial e as mudanças nas propriedades ao redor da fábrica, evidenciando como o bairro se organizou em resposta às demandas dos seus habitantes. Dito isto, o objetivo do capítulo é tentar compreender e analisar, através das queixas e reivindicações dos operários, assim como a presença de antigos trabalhadores rurais na região, os limites da imagem de um bairro industrial modelo projetada pela imprensa e autoridades.

O segundo capítulo, “A identidade banguense em construção”, volta-se para as disputas entre os diferentes moradores do bairro e a formação de uma identidade mais ampla na localidade. Tendo como ponto central as questões relacionadas à construção de redes de solidariedade e diferença entre os habitantes, o capítulo direciona-se para análise dos clubes do bairro como elementos fundamentais na construção da afirmação das diferenças quanto à solidariedade entre os moradores. Em meio a uma população diversa composta por moradores de diferentes localidades, sejam eles imigrantes ou descendentes de escravizados, o objetivo deste capítulo se norteia em como esse processo ajudou a reduzir tensões sociais, permitindo a interação e o reconhecimento entre diferentes grupos, criando uma rede de apoio que superava divisões raciais e sociais. Através

³⁵ SCHETTINI, Cristiana; TERRA, Paulo. Apresentação do Dossiê: Trabalhadores e Poder Municipal. *Revista Mundos do Trabalho*, v. 5, n. 9, p. 3-8, 2013, p.6.

do associativismo recreativo na região, o referido capítulo se centraliza nas inúmeras lógicas de associativismo construídas pelos moradores do bairro, identificando assim, de que forma a presença dos negros e suas tradições na classe operária carioca se fizeram presentes nas demandas dos trabalhadores de Bangu.

Por fim, o terceiro capítulo, “A cidade em disputa”, procura a partir da ideia da construção de uma identidade ampla no bairro vinculada às carências suburbanas, analisar as reivindicações com o poder público e problemas urbanos enfrentados pelos moradores de Bangu, para garantir seu direito à cidade, da qual também faziam parte. A partir das discussões historiográficas sobre a categoria de subúrbio, o terceiro capítulo pretende, analisar em que medida as reivindicações e problemas urbanos dos moradores de Bangu o aproximam das questões mais que passavam a marcar no período a categoria de subúrbio - protagonizando assim a experiência dos moradores dos subúrbios. Dada a distância que separava Bangu da região central, o bairro vivia certo isolamento, com poucos horários diários de trem ligando-o ao centro urbano. O terceiro capítulo tem como objetivo as reivindicações dos moradores, mostrando como eles colocaram suas demandas em disputa e interagiram em um período de reformas urbanas no Rio de Janeiro. Nesse contexto, será discutida a organização dos trabalhadores e como espaços recreativos, como o Bangu A.C., se tornaram representantes da identidade local, permanecendo importantes até os dias atuais.

Trata-se, portanto, de uma investigação que se volta para as disputas, interações e negociações que marcaram a experiência dos diversos moradores de Bangu ao longo das primeiras décadas da República. Através delas, configura-se uma maneira de tentar compreender tanto o bairro quando a própria cidade do Rio de Janeiro a partir da perspectiva de sua história social.

1. Um modelo fabril e seus limites

No dia 10 março de 1893, o jornal *O Tempo* noticiava a *inauguração*, ocorrida dois dias antes, da Fábrica de Tecidos, Fiação e Estamparia do Bangu, pertencente à Companhia Progresso Industrial do Brasil. Na perspectiva do periódico, a “Festa Industrial” iniciou-se antes mesmo da chegada à estação de Bangu. A espera pelo trem especial através do qual se daria a “ida ao subúrbio” movimentou a estação central da Estrada de Ferro Central do Brasil, concorridíssima pela presença daquilo que o redator da notícia definia como um “pessoal distinto, escolhido, nobre”:

Convidou-nos a Companhia Progresso Industrial do Brasil para anteontem assistir à instalação da fábrica de Tecidos e Estamparia, na estação do Bangu (...) Os convidados tiveram a ocasião de admirar a obra gigantesca, o extraordinário trabalho que custou aquele colossal empreendimento(...) No fim do almoço foram trocados diversos brindes, avultando os que fizeram a diretoria da Companhia Progresso Industrial do Brasil, na pessoa do Sr. Antônio Xavier Carneiro, vice-presidente, à imprensa, ao marechal Floriano Peixoto e a muitos eminentes propugnadores da feliz ideia da fundação da Fábrica de Tecidos e Estamparia.³⁶

A atividade industrial têxtil da nova fábrica, que era descrita na reportagem como a “mais completa da América do Sul”³⁷, era reconhecida pelo periódico como um projeto grandioso e inovador, um “colossal empreendimento” capaz de transformar a paisagem local. Após destacar “o conjunto geral, o trabalho dos operários, a franca alacridade do entusiasmo geral, a banda de música do Barbosa, as noventa casas de operários”³⁸ que eram apresentadas naquele dia, a notícia dava a ver que se tratava de mais do que o simples lançamento de uma fábrica: do ponto de vista de seu redator, o ato marcava o lançamento da “nova cidade americana no Bangu”, cujas características começavam a ser apresentadas pela harmonia e pelo progresso representados no evento. O fato de que a cerimônia contasse com a presença de uma comitiva com o prefeito do Distrito Federal, os membros do Conselho Municipal e o representante do Presidente da

³⁶ “Festa Industrial”. *O Tempo*, 10 de março de 1893.

³⁷ “Festa Industrial”. *O Tempo*, 10 de março de 1893.

³⁸ “Festa Industrial”. *O Tempo*, 10 de março de 1893.

República,³⁹ evidencia a importância atribuída pelos contemporâneos à inauguração daquela fábrica, que extrapolava em muito o que costumava ocorrer em outros eventos do gênero.⁴⁰

No final do século XIX, o Rio de Janeiro, então Distrito Federal, tornou-se o principal centro comercial e financeiro do Brasil. Isso impulsionou a província do Rio a se transformar em um polo industrial, favorecido pela proximidade com a capital e o acesso a recursos. A industrialização atraiu investimentos e trabalhadores, ampliando sua importância econômica - como mostra o mapa de 1905 com a localização das fábricas na cidade, incluindo a Fábrica Bangu:

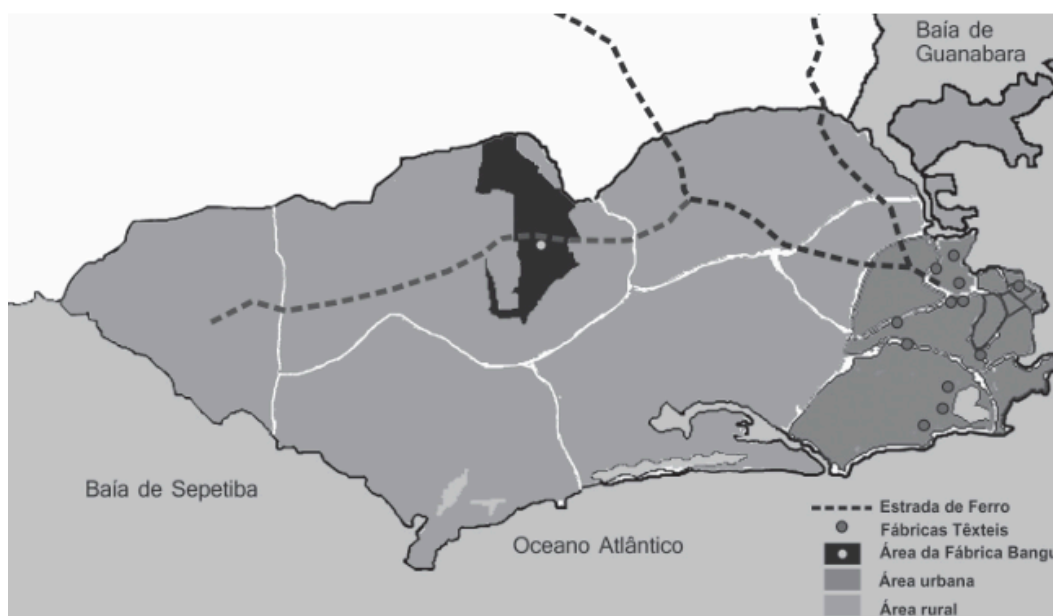


Figura 1: Apud KEMPTER, E. D. *O Lugar do Patrimônio Industrial*. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011, p.55.

A implementação de diversas fábricas na cidade ao longo dos primeiros anos do século XX, observada no mapa, evidencia que a criação da Fábrica Bangu não era um caso isolado. Parte de um processo mais amplo de industrialização do Rio de Janeiro no final do século XIX, resultante o surto industrial vivido pela

³⁹ O Presidente da República, Marechal Floriano Peixoto, não esteve presente na inauguração da Fábrica Bangu. Contudo, foi representado pelo seu ajudante de ordens, Sr. Tenente Villas Boas. “Em nome do sr. Vice-Presidente da República, o sr. Tenente Villas Boas, seu ajudante de ordens, declarou que S. Ex. sentia que preocupações políticas criadas por maus patriotas o impedissem de comparecer a uma festa industrial como aquela, que representava o tipo de civilização que almejava a nossa pátria.” *Jornal do Brasil*, 9 de março de 1893.

⁴⁰ *Relatório anual da Companhia Progresso Industrial do Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia Perseverança, 1893, p.10.

cidade ao longo da década de 1880, a Fábrica de Tecidos de Bangu era o fruto da fundação em 1889, em Bangu, da Companhia Progresso Industrial do Brasil (CPIB). Com a proposta de constituir um empreendimento que se pretendia moderno e cosmopolita, com capitais, técnicas e mão de obra inglesa, a Companhia foi idealizada e construída por membros da “De Morgan Snell & Co”- uma empresa com sede em Londres, criada pelo engenheiro brasileiro Henrique De Morgan Snell, um dos idealizadores do projeto industrial.⁴¹ Tendo como incorporadores membros do Banco Internacional do Brasil e do Banco Rural e Hipotecário do Rio de Janeiro,⁴² a Companhia tinha, segundo seus Estatutos aprovados em 1889, o deliberado projeto de

organizar e fundar, nas proximidades desta Corte, uma fábrica para explorar a indústria de preparar, fiar, tecer, tingir e estampar algodão ou outros materiais têxteis, adquirindo, para esse fim, os mais aperfeiçoados maquinismos, e quanto for necessário ao aperfeiçoamento desta especialidade fabril.⁴³

Foi como resultado desta proposta que a Companhia começou a buscar na cidade um espaço capaz de absorver este avultado empreendimento fabril. Acabou por encontrá-lo em um local até então fortemente rural da cidade: a freguesia de Campo Grande, especificamente na região em torno da estação Bangu da Estrada de Ferro Central do Brasil. Segundo o relatório da Companhia, ela adquiriu por isso quatro propriedades localizadas na vizinhança do ramal Santa Cruz, representando cerca de 36.000.000 m², em um valor da compra total das propriedades de 132:137\$910.⁴⁴ Apesar do alto valor, tratava-se, de acordo com o relatório da Companhia, de um preço muito vantajoso - pois se a Fábrica fosse implementada em uma localidade mais próxima da Capital Federal, só os terrenos para tal fim custariam o dobro do que a Companhia aplicou, bem como seria um

⁴¹ *Relatório anual da Companhia Progresso Industrial do Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia Perseverança, 1890, p.11.

⁴² *Relatório anual da Companhia Progresso Industrial do Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia Perseverança, 1890.

⁴³ Companhia Progresso Industrial do Brasil. *Estatutos Aprovados na Assembleia Geral de 14 de janeiro de 1889*. Rio de Janeiro: Tipografia Perseverança, 1889, p.3-4. Apud. SEVERINO, Carlos Molinari Rodrigues. *Mestres estrangeiros; operariado nacional: resistências e derrotas no cotidiano da maior fábrica têxtil do Rio de Janeiro (1890 - 1920)*. Dissertação (Mestrado em História) —Universidade de Brasília, Brasília, 2015, p.14.

⁴⁴ Em 1893, o salário diário de um chefe de máquina equivalia a dez mil réis diários, enquanto o de um bom tecelão, quatro mil réis, e uma criança, oitocentos mil réis. Ver “A Fábrica do Bangu”. *Diário de Notícias*, 10 de março de 1893. No que diz respeito à venda de propriedades, em 1888, a venda de um prédio na Rua do Rezende, na Lapa, foi realizada por 40.000\$. *Jornal do Commercio*, 26 de setembro de 1888.

benefício a proximidade com a Estrada de Ferro Central.⁴⁵ Como resultado, um bairro até então pacato e distante da vida urbana da capital rapidamente viu florescer uma nova forma de organização social e econômica, que ao longo do tempo mudaria seu perfil.

A implementação da Fábrica Bangu foi objeto de inúmeras análises, buscaram-nas quais se buscou, de maneiras distintas, observar o impacto da implementação fabricado empreendimento sobre aquela região. Entre os estudos sobre o bairro destacam-se aqueles de Gracilda Alves de Azevedo Silva. Em sua dissertação de mestrado defendida em 1985, a historiadora analisa o impacto da companhia no desenvolvimento urbano do bairro, explorando a transformação da região rural em um centro fabril.⁴⁶ Já em 1989, na obra *Bangu 100 anos: a fábrica e o bairro*, lançada em comemoração ao centenário da fábrica, Silva traça a evolução do bairro, evidenciando como a indústria influenciou na urbanização, no lazer, e na memória dos trabalhadores locais.⁴⁷ Embora o trabalho de Gracilda Silva seja pioneiro na análise da região, sua abordagem centraliza a influência da Fábrica Bangu na constituição do bairro. A autora enfatiza assim a companhia como o principal agente de transformação da localidade, destacando seu papel na urbanização e na vida social e cultural dos habitantes locais. Essa perspectiva coloca a fábrica como o elemento central na formação do bairro, limitando outras possíveis dinâmicas de desenvolvimento relacionadas à construção de Bangu.

No mesmo ano em que Gracilda Silva defendeu sua dissertação, Fernando Faria também apresentou um estudo sobre o bairro de Bangu. Nesse trabalho, o autor analisou a origem e a expansão da industrialização no Rio de Janeiro, identificando os empresários, investidores, as fontes de capital e o padrão de acumulação da companhia, relacionando esses elementos ao processo de crescimento industrial da cidade.⁴⁸ O historiador também investigou como a fábrica influenciou no desenvolvimento econômico e urbano da região, além de

⁴⁵ *Relatório anual da Companhia Progresso Industrial do Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia Perseverança, 1893, p. 10.

⁴⁶ SILVA, Gracilda Alves de Azevedo. *Bangu: a fábrica e o bairro. Um estudo histórico (1889-1930)*. Dissertação (Mestrado em História Social) - Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1985.

⁴⁷ SILVA, Gracilda Alves de Azevedo. *Bangu 100 anos: a fábrica e o bairro*. Rio de Janeiro: Sabiá Produções Artísticas, 1989.

⁴⁸ FARIA, Fernando Antônio. *Três apitos. Estudo sobre a gênese e a expansão da Companhia Progresso Industrial do Brasil, 1889/1930*. Dissertação (Mestrado em História) - UFF, Niterói, 1985.

examinar as dinâmicas sociais e econômicas atreladas ao crescimento da indústria. Ao enfatizar a moradia na vila operária e o aluguel de casas, Faria ressalta que a Fábrica Bangu pôs em prática a disciplinarização do mundo fabril em Bangu ao longo do desenvolvimento urbano do bairro.

Ao abordar as tensões sociais e o impacto da fábrica no território predominantemente rural, o autor demonstra a interdependência entre a industrialização e as dinâmicas sociais locais, contribuindo para a formação de uma nova classe trabalhadora na região. Sua análise revela as contradições do desenvolvimento capitalista e a centralização das decisões em torno da fábrica, mostrando como a indústria têxtil influenciou tanto a economia quanto a vida dos trabalhadores e da comunidade de Bangu. Porém, focado nas etapas do processo de implementação da fábrica e seu desenvolvimento econômico, o autor não chega a problematizar as negociações e os diferentes conflitos entre os habitantes da região e a direção da Fábrica, desencadeados a partir da lógica paternalista.

Perspectiva semelhante seria apresentada, em 1991, na dissertação de mestrado em geografia de Márcio Piñon Oliveira.⁴⁹ Ao abordar a relação entre o processo de urbanização de Bangu e as estratégias espaciais implementadas pela CPIB, o autor demonstra como a infraestrutura do núcleo urbano-fabril compunha a lógica de dominação mais ampla adotada pela fábrica. Ao definir a fábrica como o "centro de gravidade" do bairro, o autor interpreta o processo de urbanização de Bangu a partir da visão estabelecida pela gestão da Companhia Progresso Industrial do Brasil, priorizando a influência da fábrica na organização e desenvolvimento do espaço urbano.⁵⁰ No entanto, ao centrar sua análise nas ações da direção da fábrica frente ao desenvolvimento urbano da região, o geógrafo acaba desconsiderando as experiências e reivindicações dos moradores locais frente às modificações do espaço e da estrutura urbana experimentadas no período de implementação da fábrica.

Àquela altura, o tipo de relação que a diretoria da Companhia Progresso Industrial do Brasil imaginava formar entre a fábrica e o bairro ao seu redor estava

⁴⁹ OLIVEIRA, Márcio de. *Bangu: de fábrica-fazenda e cidade-fábrica a mais uma fábrica da cidade*. Dissertação (Mestrado em Geografia) — Programa de Pós-Graduação em Geografia, UFRJ, Rio de Janeiro, 1991.

⁵⁰ OLIVEIRA, Márcio de. *Bangu: de fábrica-fazenda e cidade-fábrica a mais uma fábrica da cidade*. Dissertação (Mestrado em Geografia) — Programa de Pós-Graduação em Geografia, UFRJ, Rio de Janeiro, 1991, p.76.

longe de constituir uma novidade. Naquele momento, tal iniciativa se inseria em um movimento mais amplo, de caráter transnacional, através do qual diferentes grupos industriais, em localidades diversas, desenvolviam um modelo fabril que se propunha superar os conflitos e tensões sociais, as quais marcaram o processo de industrialização na Europa desde o século anterior: o chamado paternalismo fabril.

O suposto sucesso dessa lógica caracteriza relações permeadas pela bondade das direções fabris com o seu operariado disciplinado e grato, o que resultaria na dependência e impossibilidade de articulação entre o operariado com a fábrica. Longe de ser uma via de mão única, o paternalismo carrega estratégias de ambas as partes, exibindo interesses próprios e estratégias, já que os trabalhadores também estabeleciam limites nas lógicas paternalistas. O conceito de paternalismo, surgido a partir de um projeto fabril, foi idealizado entre as antigas formas de domínio senhorial e as novas relações entre a fábrica e os operários. Embora apareça em acordos entre grupos sociais opostos, as lógicas paternalistas sugerem uma relação mutuamente consentida.⁵¹

Ao longo dos anos, tais relações permeadas por práticas paternalistas se apresentaram como uma categoria de análise para diversas produções acadêmicas. Em 1985, Margareth Rago produziu um dos trabalhos pioneiros sobre este conceito na historiografia brasileira, o livro *Do Cabaré ao Lar*.⁵² Ao analisar a relação entre as lógicas paternalistas e a disciplina dos trabalhadores no processo de industrialização brasileira no final do século XIX e início do século XX, a historiadora investiga como se estruturava a política de controle sobre o operariado. Para isso, ela parte do conceito de “cidade disciplinar”, que aponta para uma lógica de domínio baseada no controle fabril da vida urbana, a qual seria capaz de definir as normas de conduta e o comportamento dos habitantes locais, garantindo a harmonia entre a força de trabalho. Rago também afirma que, ao extrapolar o espaço físico, o sentido de uma “cidade disciplinar” também se fez presente nas práticas e ações desenvolvidas para moldar o comportamento dos operários, definindo um modelo de controle fabril que marcaria o processo de

⁵¹ NEGRO, Antonio Luigi. “Paternalismo, Populismo e História Social”. In: *Cadernos AEL*, v. 11, no 20/21, 2004, p.16.

⁵² RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista*. Editora Paz e Terra, 2018.

industrialização brasileira nas primeiras décadas do século XX. Porém, ao desconsiderar a perspectiva dos trabalhadores sujeitos a tal disciplina, a autora trata o fenômeno de modo unilateral, que acaba por se resumir a um embate nas práticas disciplinares e a eventual resistência dos trabalhadores a elas. Nesse sentido, ao fazer da ideia de uma “cidade disciplinar” a própria tradução da história que conta, a historiadora acaba reiterando a perspectiva da fábrica, pressupondo certa passividade dos operários, deixando de lado a chance de compreender os conflitos e estratégias por eles gestados a partir dessas relações paternalistas.

Três anos depois, no entanto, o antropólogo José Sérgio Leite Lopes retomava a questão no livro *A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés*.⁵³ Com foco na Companhia de Tecidos Paulista, implementada na cidade pernambucana Paulista e fundada nos primeiros anos da década de 90 do século XIX, o autor analisa as formas de dominação presentes nas estruturas de fábricas com vilas operárias. Em sua análise, Lopes destaca como essas estruturas representam uma configuração específica de relações sociais de dominação, dentro das várias possíveis no contexto do modo de produção capitalista e nas relações entre operários e patrões. O conceito de “paternalismo” mostra-se central nas relações entre a direção fabril e os operários, onde numa espécie de “governo local”, o patrão assume o papel de “pai”, responsável pelo bem-estar dos trabalhadores. O antropólogo mostra que, embora essa dinâmica pareça uma forma de cuidado – nas condições de moradia, comércio e práticas sociais como religião e lazer – ela também estabelece controle e dominação, mantendo os trabalhadores dependentes. Lopes destaca que a aparente benevolência do patrão disfarça uma estrutura hierárquica, a qual perpetua a exploração e a desigualdade, o que exige uma análise crítica das relações de poder na vila operária. Ao abordar a particularidade da lógica paternalista presente no domínio fabril sobre a habitação e o trabalho, o sociólogo enfatiza que, apesar da estratégia fabril em controlar a vida dos trabalhadores fora do local de trabalho, ainda existiam conflitos neste tipo de dominação.⁵⁴

⁵³ LOPES, José Sérgio Leite. *A tecelagem dos conflitos de classe na "cidade das chaminés"*. Editora Marco Zero, 1988.

⁵⁴ LOPES, José Sérgio Leite. *A tecelagem dos conflitos de classe na "cidade das chaminés"*. Editora Marco Zero, 1988, p.18.

A partir dos caminhos abertos pelo trabalho de Leite Lopes, Antonio Luigi Negro apresentou em 2004 uma reflexão mais estruturada em um artigo conceitual sobre as relações entre “Paternalismo, Populismo e História Social”.⁵⁵ Nele o historiador explicita uma compreensão sobre o fenômeno que passa a enxergá-lo não como uma dominação unilateral, mas como uma relação – ainda que uma relação assumidamente desigual. Como uma parte das dinâmicas paternalistas, os trabalhadores são apresentados como agentes dessa relação, que forjam estratégias e lógicas próprias por dentro das relações de domínio às quais estão submetidos. Por esse motivo, é necessário “conhecer os nomes, valores e estratégias, iniciativas e rumos dos trabalhadores - ou das classes chamadas de subalternas ou perigosas”.⁵⁶ Em diálogo com as descobertas da historiografia dedicada ao paternalismo escravista, que apontou desde a década de 1980 para uma dinâmica de negociação cotidiana entre senhores e escravizados por dentro das redes de proteção que garantiam o regime escravocrata, Negro mostra que, o conceito paternalismo não carrega apenas uma ideia de “via de mão única, sugerindo manipulação”,⁵⁷ mas, sobretudo, uma relação de conflito e estratégias de ambas as partes.

Foi a partir desta perspectiva que, já a partir deste novo século, vários trabalhos empíricos no campo da história trataram de lidar com contextos fabris diversos. Foi o que fez em 2012 a historiadora Cristiane Silva Furtado, em sua dissertação intitulada *Tecendo as redes do paternalismo: lazer e identidade entre os trabalhadores da fábrica Paracambi (1874-1918)*.⁵⁸ Voltada para a tentativa de compreensão do modo pelo qual os trabalhadores da Fábrica Paracambi organizaram seus laços de identidade e diferença, o estudo aponta para o modo como eles estabeleceram, entre o final do século XIX e o início do XX, as relações com a direção da fábrica local – que adotava um modelo semelhante àquele que marcaria a fábrica de Bangu. Com isso, ela consegue demonstrar que, apesar de diversos vínculos recreativos moldados pelo paternalismo fabril, os

⁵⁵ NEGRO, Antonio Luigi. “Paternalismo, Populismo e História Social”. In: *Cadernos AEL*, v. 11, no 20/21, 2004, p. 9-37.

⁵⁶ NEGRO, Antonio Luigi. “Paternalismo, Populismo e História Social”. In: *Cadernos AEL*, v. 11, no 20/21, 2004, p.15.

⁵⁷ NEGRO, Antonio Luigi. “Paternalismo, Populismo e História Social”. In: *Cadernos AEL*, v. 11, no 20/21, 2004, p.16.

⁵⁸ FURTADO, Cristiane Silva. *Tecendo as redes do paternalismo: lazer e identidade entre os trabalhadores da fábrica Paracambi (1874-1918)*. Dissertação (mestrado) –Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de História, 2012.

operários viviam em um sistema bem diferente do projetado pelos seus patrões. As práticas recreativas e a ocupação desses espaços de lazer, apontam para uma movimentação operária com estratégias e conflitos por dentro das redes do paternalismo, não apenas como resultado de um ideal que tentava limitá-los e manipulá-los, mas também como elementos que eram por eles manipulados.⁵⁹

Os sentidos das práticas recreativas próprias aos trabalhadores inseridos em um contexto do paternalismo industrial foi também tratado na dissertação de mestrado em história de Mariana Barbosa Carvalho da Costa, que procurou pensar na temática a partir da experiência dos trabalhadores do Jardim Botânico nos espaços recreativos nas décadas anteriores à greve de 1917.⁶⁰ Por meio do lazer, a historiadora destaca como os trabalhadores sob suas próprias lógicas de ação, organizaram e criaram estratégias em suas manifestações, construindo assim, seus laços de identidade em meio às práticas recreativas e sobretudo, negociaram com as lógicas do paternalismo industrial.

Caminho semelhante foi trilhado no livro *Identidade, Memória e História em Santo Aleixo: aspectos do cotidiano operário na construção de uma cultura fabril* de Juçara Mello, publicado em 2019, que analisou através experiência dos “operários-moradores” em meio ao paternalismo industrial, como as relações de trabalho, relacionadas a um controle rígido e a proximidade entre fábrica e residência, moldaram a vida cotidiana desses trabalhadores.⁶¹ O trabalho da historiadora também destaca como essas condições na localidade influenciaram a formação de uma cultura operária específica, marcada pela submissão e resistência. Em sua obra, ela observa como o paternalismo se manifesta nas interações diárias entre patrões e trabalhadores, em que a fábrica é vista como uma "grande família",⁶² com o patrão assumindo o papel de uma figura parental responsável pelo bem-estar dos operários. A autora também explora a importância dos espaços de lazer, relações familiares e de vizinhança na construção de uma

⁵⁹ FURTADO, Cristiane Silva. *Tecendo as redes do paternalismo: lazer e identidade entre os trabalhadores da fábrica Paracambi (1874-1918)*. Dissertação (mestrado) –Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de História, 2012, p.98.

⁶⁰ COSTA, Mariana Barbosa Carvalho da. *Entre o lazer e a luta: o associativismo recreativo entre os trabalhadores fabris do Jardim Botânico (1895-1917)*. Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de História, 2014.

⁶¹ MELLO, Juçara da Silva Barbosa de. *Identidade, memória e história em Santo Aleixo: aspectos do cotidiano operário na construção de uma cultura fabril*. 1. ed. - Curitiba: Appris, 2019.

⁶² MELLO, Juçara da Silva Barbosa de. *Identidade, memória e história em Santo Aleixo: aspectos do cotidiano operário na construção de uma cultura fabril*. 1. ed. - Curitiba: Appris, 2019, p.101.

identidade fabril em Santo Aleixo, ressaltando as estratégias criativas adotadas pelos trabalhadores dentro dessa estrutura.⁶³ Mello sublinha que essa relação é ambivalente: os trabalhadores, embora se beneficiem de certas ações, enfrentam uma estrutura de dominação que limita sua autonomia e perpetua desigualdades. Sua análise mostra como as práticas paternalistas estão entrelaçadas com dinâmicas de resistência, revelando a complexidade das identidades e memórias operárias. Mello destaca como os trabalhadores não eram alheios à estrutura paternalista implementada em meio aos estabelecimentos fabris.

Para além de suas diferenças, as pesquisas de Furtado, Costa e Mello mostram como os trabalhadores, em distintas realidades, lidaram com lógicas de dominação presentes em seu cotidiano. Através de reivindicações locais, práticas de lazer e religião, eles negociaram em seus diferentes espaços por dentro da linguagem do paternalismo fabril ao qual estavam inseridos. Longe de estarem passivamente submetidos a uma “cidade disciplinar”, fizeram o paternalismo industrial em suas variadas formas e lógicas de ação, a própria linguagem do conflito e das disputas que estabeleciam com seus patrões. É sob inspiração de tais análises que podemos investigar o processo de constituição de Bangu, a partir da inauguração da fábrica de tecidos local - seguindo a trilha de trabalhos recentes que têm apontado para a força e vitalidade da vida social do bairro – seja mostrando como os espaços recreativos foram ambientes fundamentais para a organização dos trabalhadores da região,⁶⁴ como fez Leonardo Pereira, ou analisando as tensões sociais presentes na relação entre a direção da fábrica e seus operários em Bangu, como proposto por Carlos Molinari⁶⁵. No presente capítulo, cabe assim refletir sobre o modo pelo qual o bairro se configurou a partir das relações e tensões entre seus moradores e a nova fábrica.

Trata-se de investigar tanto a lógica específica que estruturou o processo de implementação da fábrica em Bangu, de modo a entender tanto os impactos

⁶³ MELLO, Juçara da Silva Barbosa de. *Identidade, memória e história em Santo Aleixo: aspectos do cotidiano operário na construção de uma cultura fabril*. 1. ed. - Curitiba: Appris, 2019, p.102.

⁶⁴ Cf. DE MIRANDA PEREIRA, Leonardo Affonso. The Flower of the Union: Leisure, Race, and Social Identity in Bangu, Rio de Janeiro (1904–1933). *Journal of Social History*, v. 46, n. 1, p. 154-169, 2012. SEVERINO, Carlos Molinari Rodrigues. *Mestres estrangeiros; operariado nacional: resistências e derrotas no cotidiano da maior fábrica têxtil do rio de janeiro (1890 - 1920)*. Dissertação (Mestrado em História) —Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

⁶⁵ SEVERINO, Carlos Molinari Rodrigues. *Mestres estrangeiros; operariado nacional: resistências e derrotas no cotidiano da maior fábrica têxtil do Rio de Janeiro (1890 - 1920)*. Dissertação (Mestrado em História) —Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

que ela causou na realidade da região quanto a forma pela qual os moradores locais lidam com as estratégias e projetos de direção da fábrica. Com isso, pretende-se pensar o processo de estruturação urbana da região não somente pela lógica da Companhia, mas nos atentando também às relações com os pontos de vista e experiências dos próprios moradores do bairro, que cotidianamente forjaram estratégias próprias para lidar com as lógicas paternalistas, as quais eram submetidos. Também se faz necessário observar as demandas dos moradores, suas lógicas de ação e estratégias. De modo a refletir sobre as possibilidades e os limites do modelo fábrica-vila operária implementada pela Fábrica de Tecidos da Companhia Progresso Industrial do Brasil.

1.1 Um enclave fabril no mundo rural

Não resta dúvida de que a inauguração oficial da Fábrica de Tecidos da Companhia Progresso Industrial do Brasil, em 1893, viria a transformar radicalmente a realidade da zona rural do Rio de Janeiro na qual ela se instalou. Oito anos após a sua implementação, o jornal *A Notícia* destacava a importância que ela havia assumido para o desenvolvimento urbano da “movimentada localidade” de Bangu:⁶⁶

Bangu, que há doze anos era apenas uma fazenda pertencente a um titular cuja povoação era composta de umas duzentas pessoas inclusive os sitiantes de toda a redondeza, é hoje uma movimentada localidade, que conta com uma população de cerca de cinco mil almas entre operários da fábrica em número de 1200, negociantes, sitiantes etc. As construções das casas que são uniformes, para as famílias dos operários, são as melhores do lugar, e estão situadas à esquerda da estação e da grande fábrica de tecidos da Companhia Progresso Industrial do Brasil.⁶⁷

O texto da matéria mostrava que o nome da Companhia não se deu sem motivos, pois a transformação urbana da região é valorizada no periódico como um sinal de progresso. Ao destacar a uniformidade das casas nessa matéria de 1901, o jornal atribui à Companhia Progresso Industrial do Brasil o protagonismo da urbanização de Bangu. Ainda que reconhecesse que já existiam moradores na região vinculados à dinâmica rural, o texto aponta para importância da fábrica para a urbanização do local, em especial na margem esquerda da linha de ferro,

⁶⁶ *A Notícia*, 26 de setembro de 1901.

⁶⁷ *A Notícia*, 26 de setembro de 1901.

onde se localizava a fábrica e as residências para operários por ela construídas. Ao afirmar a direta associação entre a origem do bairro e a nova dinâmica industrial recém-instalada, matérias como estas, frequentes no noticiário do período, colocavam a Fábrica Bangu como criadora e protagonista do processo de afirmação urbana da região - sustentando análises da posteridade que partem da ideia de que “a fábrica cria o bairro”,⁶⁸ que reproduzindo a memória projetada por tais entusiastas da modernidade fabril projetada pela Companhia.

O modo pelo qual Bangu se estruturava naquele momento evidenciava, no entanto, o limite dessa ideia. Ainda que documentassem as evidentes mudanças do padrão de urbanização da região geradas pela inauguração da fábrica, matérias como estas acabavam por ignorar a própria história anterior de formação do bairro. Em termos administrativos, esta teve início com a fundação da Capela Nossa Senhora do Desterro de Campo Grande, em 1673, pelo negociante Manuel de Barcellos Domingues, como parte do desmembramento da freguesia de Nossa Senhora da Apresentação de Irajá e do termo de Jacarepaguá.⁶⁹ Foi ali que, João Freire Alemão comprou em 1722, a propriedade relatada como Engenho da Serra, que depois assumiria o nome de Fazenda de Bangu.⁷⁰ Utilizando a mão de obra de aproximadamente 65 escravizados, o empreendimento rural tinha ligação com o porto de Guaratiba, por onde eram comercializados em carros de bois, frutos da lavoura de cana de açúcar e a produção do engenho.⁷¹ Apesar do uso de mão de obra escrava, existiam também homens livres que levavam sua produção de cana para ser moído no engenho, como os posseiros, sitiantes, rendeiros e meeiros.⁷² Tal estrutura, importante não apenas para a produção de açúcar, álcool e cachaça, mas também para o fornecimento de gêneros para a alimentação dos moradores da

⁶⁸ Ao analisar o desenvolvimento urbano de Bangu frente às estratégias espaciais adotadas pela Companhia Progresso Industrial do Brasil, Marcio Piñon Oliveira discute a ideia de que “a fábrica cria o bairro”, que reproduz a memória projetada pela fábrica e seus entusiastas. OLIVEIRA, Márcio de. *Bangu: de fábrica-fazenda e cidade-fábrica a mais uma fábrica da cidade*. Dissertação (Mestrado em Geografia) — Programa de Pós-Graduação em Geografia, UFRJ, Rio de Janeiro, 1991.

⁶⁹ SILVA, Gracilda Alves de Azevedo. *Bangu 100 anos: a fábrica e o bairro*. Rio de Janeiro: Sabiá Produções Artísticas, 1989, p.15.

⁷⁰ SILVA, Paulo Vitor Braga; NETO, B. R. *Fazenda Bangu: a joia do Sertão Carioca*. Paulo Vitor Braga da Silva, Benevenuto Rovere Neto. Rio de Janeiro, RJ: Grêmio Literário José Mauro de Vasconcelos, 2020, p. 55-58.

⁷¹ SILVA, Gracilda Alves de Azevedo. *Bangu 100 anos: a fábrica e o bairro*. Rio de Janeiro: Sabiá Produções Artísticas, 1989, p.17.

⁷² SILVA, Gracilda Alves de Azevedo. *Bangu 100 anos: a fábrica e o bairro*. Rio de Janeiro: Sabiá Produções Artísticas, 1989, p.17.

região, se manteve ao longo de todo o século XIX, período no qual a fazenda passou por pelo menos nove proprietários.⁷³

Localizado nas terras da freguesia de Campo Grande, na região da Corte, a Fazenda do Bangu foi vendida em 1889 pelo Barão de Itacuruçá, Manuel Miguel Martin, com todas as suas benfeitorias e utensílios, para a Companhia Progresso Industrial do Brasil pelo valor de Rs 50:000\$000.⁷⁴ Com capital inicial de 3.000:000\$, dividido em quinze mil ações de 200:000,⁷⁵ a Companhia já revelava no *Jornal do Commercio* em 1888, a sua finalidade em estabelecer na cidade uma grande fábrica de fiação de tecidos finos de algodão. O Mapa das Freguesias do Rio de Janeiro no final do século XIX, na parte reproduzida, permite visualizar as freguesias da cidade, destacando a localização da propriedade adquirida pela Companhia Progresso Industrial do Brasil:

⁷³ Em ordem cronológica, foram eles: Manuel Barcelos Domingues, João Manuel de Melo, João Freire Alemão, João Freire Tomás, Dona Brites de Lemos, Sargento-Mor Gregório de Moraes Castro Pimentel, Sargento-Mor José Correia de Castro, Dona Ana Francisca de Castro Moraes e Miranda, Coronel Gregório de Castro Moraes e Sousa, Manuel Miguel Martins (Barão de Itacurussá) e por último, a Companhia Progresso Industrial do Brasil. Gracilda Alves de Azevedo. *Bangu 100 anos: a fábrica e o bairro*. Rio de Janeiro: Sabiá Produções Artísticas, 1989.

⁷⁴ Apud FARIA, Fernando Antonio. *Três apitos. Estudo sobre a gênese e a expansão da Companhia Progresso Industrial do Brasil, 1889/1930*. Dissertação (Mestrado em História) - UFF, Niterói, 1985, p.110; A compra de todas as propriedades teve o valor de 132:137\$910, enquanto a proposta de construção da fábrica pela *De Morgan Snell* teve o preço total de 4.100:000\$000. Ver: *Relatório anual da Companhia Progresso Industrial do Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia Perseverança, 1890.

⁷⁵ *Jornal do Comércio*, 14 de novembro de 1888.

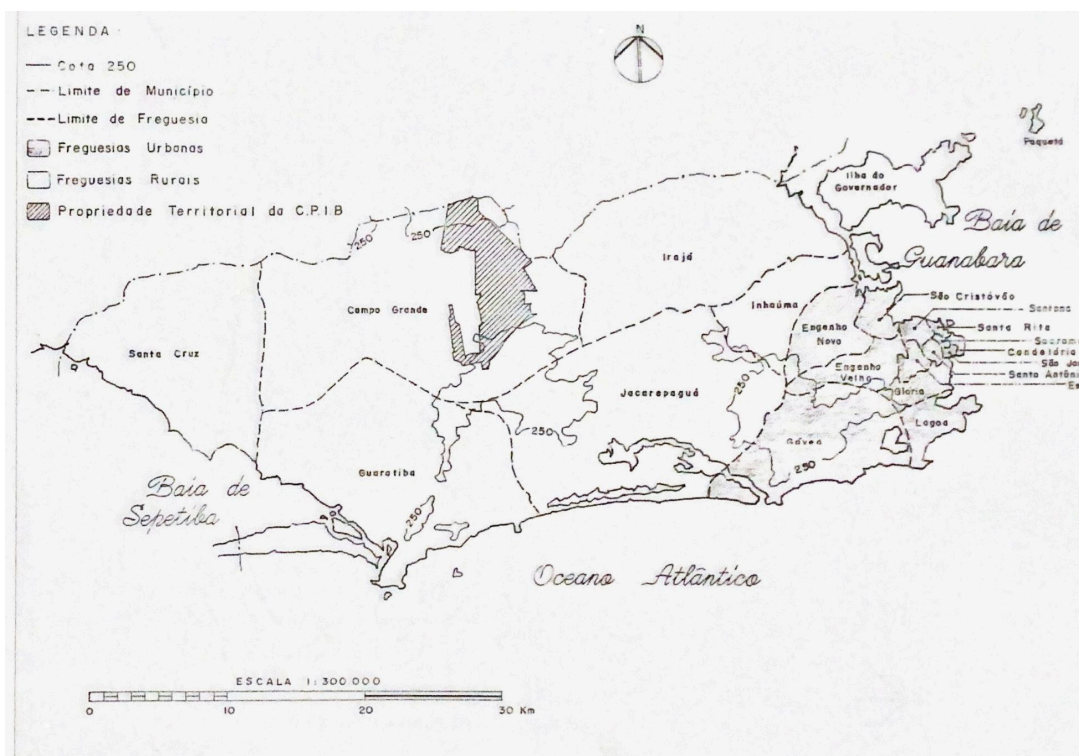


Figura 2 - Apud OLIVEIRA, Márcio Piñon de. “A trajetória de um subúrbio industrial chamado Bangu”. In: OLIVEIRA, Márcio Piñon; FERNANDES, Nelson da Nóbrega (org.). *150 anos de subúrbio carioca*. Rio de Janeiro: Lamparina: Faperj: EdUFF, 2010, p.99.

Através desse mapa, é possível identificar com clareza a área onde se estabeleceu a fábrica, evidenciando sua proximidade com as principais vias de transporte e outros pontos importantes da região. Não que fossem muitas as opções de terrenos para este fim. Além da necessidade de buscar um local com transporte que permitisse à fábrica distribuir seus produtos com facilidade, era preciso encontrar espaços que possuísem acesso a mananciais de água suficientes para suprir as necessidades de consumo da Fábrica.⁷⁶ Ao procurar nas proximidades da capital e à margem da Estrada de Ferro Central, o engenheiro Henrique De Morgan Snell, identifica na freguesia de Campo Grande, terrenos com mananciais próprios como a Fazenda Bangu e os terrenos ligados a ela:

⁷⁶ *Relatório anual da Companhia Progresso Industrial do Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia Perseverança, 1893, p. 10.

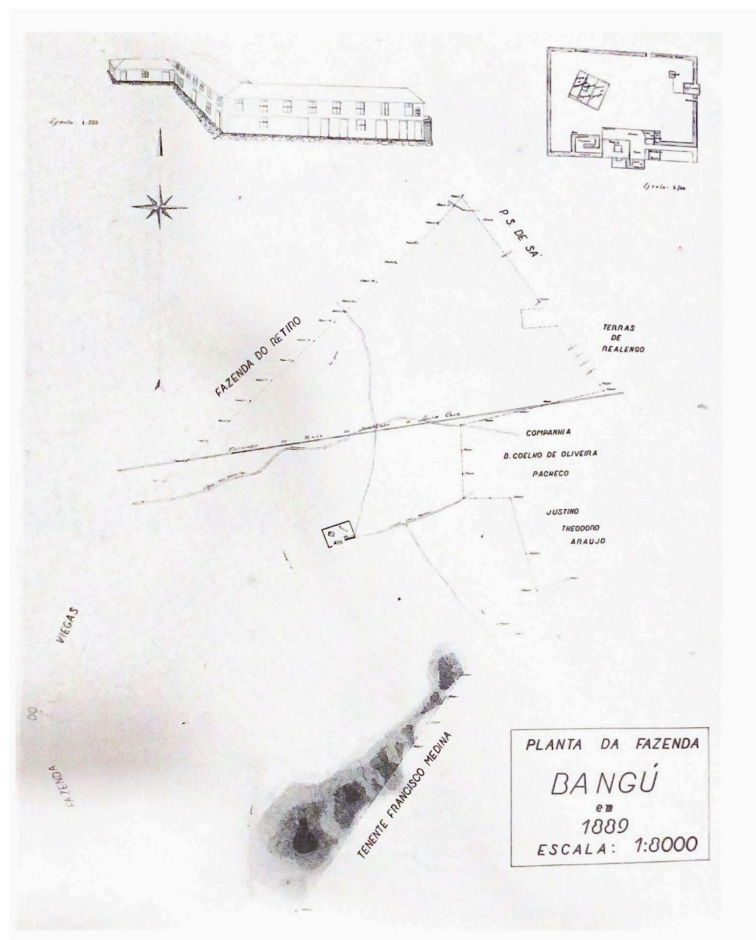


Figura 3: Apud OLIVEIRA, Márcio Piñon de. “A trajetória de um subúrbio industrial chamado Bangu”. In: OLIVEIRA, Márcio Piñon; FERNANDES, Nelson da Nóbrega (org.). *150 anos de subúrbio carioca*. Rio de Janeiro: Lamparina: Faperj: EdUFF, 2010, p.123.

Para garantir não apenas o acesso às águas necessárias, mas também um terreno adequado para a construção da fábrica, foi imprescindível adquirir quatro propriedades contíguas. Como é mostrado na planta da Fazenda Bangu, essas propriedades incluíam a Fazenda do Retiro, a Fazenda do Bangu, o Sítio do Agostinho e o Sítio dos Amaraes, localizadas ao lado da linha férrea e próximas à povoação do Realengo no Ramal de Santa Cruz.⁷⁷

O primeiro relatório da Companhia Progresso Industrial do Brasil mostrava em 1890, que a ideia inicial da diretoria da CPIB consistia em edificar a fábrica nos terrenos da chácara que pertenceu a Duque de Caxias, na rua Conde do Bonfim. O engenheiro Henrique De Morgan Snell, encarregado de examinar a

⁷⁷ *Relatório anual da Companhia Progresso Industrial do Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia Perseverança, 1890, p.9.

propriedade, averiguou que existia ali o espaço necessário para a construção. Contudo, a ideia foi abandonada pela questão do fornecimento de água na localidade.⁷⁸ No relatório apresentado pela diretoria em 31 de dezembro de 1889, as quatro propriedades citadas no relatório, são apresentadas como vantajosas e propícias para a implementação industrial. Explicava-se, por isso, a opção por uma zona suburbana até então marcadamente rural, distante da região central. Desse modo, a inauguração em 1893 da Fábrica Bangu naquele subúrbio distante foi o fruto de uma escolha calculada por parte da Companhia, que prontamente deu a ela o mesmo nome do pequeno bairro rural no qual ela se instalou.

A dinâmica urbana do Rio de Janeiro é modificada fortemente a partir de março de 1858, com a *inauguração* da Estrada de Ferro Dom Pedro II.⁷⁹ Ao longo dos anos, outras estações e ferrovias foram abertas na cidade, como é o caso do Ramal Santa Cruz inaugurado em 1878,⁸⁰ levando seus passageiros de Santa Cruz a Sapopema. Inaugurada no dia 01 de maio de 1890,⁸¹ a estação de Bangu torna-se um marco importante para a dinâmica da região, uma vez que, a partir dos trilhos, o local estaria ligado à dinâmica urbana. Claro que tal opção levava também em conta o outro fator necessário para o funcionamento de uma fábrica desta natureza: o acesso a meios de transporte, seja para escoar a produção ou para permitir o acesso de trabalhadores à localidade. Foi assim a *inauguração* da Estrada de Ferro Central do Brasil, que garantiu estas condições. A localização geográfica de Bangu, próximo a linha férrea do Ramal Santa Cruz e a uma hora de distância da estação do centro urbano da cidade, permitia assim uma diminuição de despesas de transporte da Companhia, e o livre acesso da mão de obra.⁸²

Com relação à importância dos meios de transporte na expansão urbana no Rio de Janeiro, o geógrafo Maurício Abreu produz em 1978, um estudo pioneiro mostrando que o processo de desenvolvimento dos meios de transporte no Rio de Janeiro teria ultrapassado a finalidade de locomoção. Segundo ele, tal

⁷⁸ *Relatório anual da Companhia Progresso Industrial do Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia Perseverança, 1890.

⁷⁹ *Jornal do Comércio*, 30 de março de 1858.

⁸⁰ SERFATY, Elaina Reoli Cirilo. *Pelo trem dos subúrbios: disputas e solidariedades na ocupação do Engenho de Dentro (1870-1906)*. Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio/Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2018, p.33.

⁸¹ *Jornal do Commercio*, 1 de maio de 1890.

⁸² *Relatório anual da Companhia Progresso Industrial do Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia Perseverança, 1890, p.2.

desenvolvimento teria delimitado os núcleos da cidade, desde a sua implementação até o final do século XIX:

Controlados em grande parte pelo capital estrangeiro, trens e bondes tiveram um papel indutor diferente no que toca à expansão física da cidade. Os primeiros passaram a servir áreas ainda fracamente integradas à cidade, que se abriram então aqueles que podiam se dar ao luxo de morar fora da área central, mas não podiam arcar com os custos, Já elevados (...) Bondes e trens possibilitaram, assim, a expansão da cidade e permitiram a solidificação de uma dicotomia núcleo-periferia que já se esboçava, como visto, antes de 1870.⁸³

Segundo o geógrafo, ao possuírem funções distintas, os bondes percorriam as áreas que já vinham passando por um processo de urbanização, enquanto os trens alimentavam as áreas rurais, sendo encarregados pela rápida transformação das freguesias. Tal forma de divisão dos meios de transporte compreendida pelo geógrafo, ratifica a questão apresentada no relatório de 1890, que mostra como “o processo de ocupação dos subúrbios tomou, a princípio, uma forma tipicamente linear, localizando-se as casas ao longo da ferrovia e, com maior concentração, em torno das estações”.⁸⁴

Nota-se, no entanto, que a fundação da Fábrica Bangu não foi um evento isolado no desenvolvimento industrial do país. A década de 1880 foi caracterizada pelo estabelecimento de indústrias na cidade do Rio de Janeiro, que fazia então da cidade o centro industrial do país. Tal processo pode ser observado a partir da instalação de muitas outras indústrias têxteis na cidade, como a Fiação de Tecidos e Aliança (1880), de Laranjeiras; a Confiança Industrial (1885), em Vila Isabel; a Fiação e Tecidos Carioca (1886) e a Fiação e Tecidos Corcovado (1889), ambas no Jardim Botânico; a Fábrica São Cristóvão (1889); Fábrica Cruzeiro (1891), no Andaraí; e a Fábrica Bonfim (1891), no Caju.⁸⁵

Percebe-se assim, que mesmo compondo um processo mais amplo de industrialização da cidade, a Fábrica Bangu tinha singularidade de ser a única a se instalar em um subúrbio mais distante. Localizada às margens da malha

⁸³ ABREU, Maurício de Almeida. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. 4. ed. Rio de Janeiro: Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos, 2006. p.43-44.

⁸⁴ ABREU, Maurício de Almeida. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. 4. ed. Rio de Janeiro: Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos, 2006. p.50.

⁸⁵ DE OLIVEIRA, Márcio Piñon. “Quando a fábrica cria o bairro: estratégias do capital industrial e produção do espaço metropolitano no Rio de Janeiro”. *Scripta Nova: revista electrónica de geografía y ciencias sociales*, n. 10, p. 51, 2006.

ferroviária da Estrada de Ferro Central do Brasil, em uma região ainda rural que abastecia o mercado interno com cultivo da agricultura e venda de produtos produzidos na região, Bangu se apresentava assim como um território propício à empreitada, mas singular nas suas características. Se todos aqueles empreendimentos fabris tiveram grande impacto urbano nas regiões em que foram instalados, no caso de Bangu esse impacto se mostrava por isso ainda mais intenso, ajudando a mudar o próprio perfil do bairro. Não é de se admirar, por isso, que a importância da Estrada de Ferro se apresente desde o primeiro relatório da Companhia, seja na escolha da propriedade ou mesmo na posição da fachada da fábrica orientada segundo a linha férrea do ramal de Santa Cruz, “a que ficará ligada por um pequeno ramal que partindo da parada do Bangu, no quilômetro 31, terá cerca de 400 metros, terminando no pátio central junto aos depósitos e armazéns”.⁸⁶

A partir dos relatórios produzidos pela fábrica ao longo da primeira década de sua implementação, torna-se possível compreender o projeto industrial da CPIB para a localidade em que a fábrica se instalou. Os terrenos das fazendas adquiridas pela fábrica são citados em um primeiro momento no relatório de 1891. Ao tratar dele, a própria direção da Companhia ressalta a importância de se manter os rendeiros que já existiam na região, “não só por servirem de guardas das matas, como também para manter o pessoal que de futuro se aplicará ao serviço da fábrica com as suas famílias”.⁸⁷ Em junho do mesmo ano, a Companhia remonta às operações do engenho na Fazenda do Retiro. Para estimular a mão de obra para a fábrica e controlar os mananciais essenciais para a produção, a Companhia estabeleceu um sistema de parceria com os trabalhadores, recebendo metade da produção. Dessa forma, a Companhia se integrou ao ambiente rural e garantiu a permanência dos trabalhadores de baixa qualificação na região. Em vista disso, a implementação da Fábrica Bangu e o seu processo de ocupação na região foram moldados constantemente em meio a realidade e as disputas rurais já existentes naquele espaço, da qual partiu a própria direção da Companhia para dar forma ao empreendimento.

⁸⁶ *Relatório anual da Companhia Progresso Industrial do Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia Perseverança, 1890.p.2 (anexo).

⁸⁷ *Relatório anual da Companhia Progresso Industrial do Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia Perseverança, 1891, p.9.

A realização deste projeto não se deu, no entanto, sem conflitos. Ao explorar em 1891 os territórios próximos às cachoeiras, com o intuito de canalizar água em serviço da fábrica, a Companhia registra em seu relatório a sua primeira divergência com um dos habitantes do local. Ao alegar ter o domínio das terras que vinham sendo exploradas pela Companhia, José Clemente Marques “requereu pelo extinto Juízo de Direito da 1ª Vara Civil ser mantido na posse das terras, onde se fazem as explorações, procurando assim embaraçar o andamento dos trabalhos”.⁸⁸ A disputa pela posse de terras tomou tamanha proporção que, no momento em que a região foi reconhecida como propriedade da fábrica, José Marques propôs uma ação de embargo contra a obra nova da empresa, que possuía o objetivo de construir um reservatório de água no local. A ação do morador não gera apenas um conflito do mesmo com a direção da fábrica, como também atrasa a condução das obras da CPIB. Segundo o relatório de 1892, o serviço foi seriamente afetado por esta disputa de terras na Fazenda do Guandu do Senna, onde a Companhia controla as nascentes da queda do Fundão. Apesar disso, o encanamento até a fábrica foi concluído, e as obras do reservatório, que estavam embargadas, estão quase finalizadas, aguardando apenas a decisão judicial para liberar o uso das águas.⁸⁹ A partir dos registros feitos ao longo do documento, nota-se que a ação do morador afetou outras dinâmicas desenvolvidas pela Companhia. Os “pleitos das águas” são registrados novamente no relatório do ano seguinte, e a ação feita pelo morador é decidida a favor da Companhia. O episódio envolvendo José Marques revela que, a Companhia, para implementar a fábrica, teve que entrar ela mesma na dinâmica rural existente na região, enfrentando disputas pela posse da terra.

A existência de moradores inseridos na dinâmica rural do bairro, como José Marques, não era uma singularidade na história de Bangu. O Recenseamento do Rio de Janeiro de 1906 aponta inúmeras marcas rurais na região. Na parte destinada à descrição dos centenários,⁹⁰ dentre as 22 pessoas relacionadas à

⁸⁸ *Relatório anual da Companhia Progresso Industrial do Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia Perseverança, 1892., p.8.

⁸⁹ *Relatório anual da Companhia Progresso Industrial do Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia Perseverança, 1892., p.3.

⁹⁰ Como é exposto no próprio recenseamento, basta considerar os números fornecidos pelos censos de 1890 e 1906 para perceber imediatamente que exemplos de longevidade não são raros na Capital do Brasil. Porém é importante ressaltar que, é possível que muitos dos idosos registrados como centenários não tenham, de fato, atingido ou ultrapassado um século de vida. “Pesquisas censitárias realizadas em vários países têm sempre constatado o exagero nos números relativos aos

freguesia de Campo Grande, 5 moram em Bangu. Uma das moradoras apresentadas no documento é a brasileira Maria Jacintha Cunha, com 103 anos de idade, analfabeta, reside no lugar denominado Retiro (Bangu), e sempre trabalhou no serviço de lavoura. Semelhante é a história de Francisca da Conceição, com 120 anos de idade, solteira, brasileira, analfabeta, lavradora, recenseada na estrada do Rio da Prata. Assim como Silveria Maria da Conceição, com 130 anos de idade, viúva, brasileira, analfabeta, recenseada na estrada da' Água Branca, permaneceu em Maricá até 1870, época em que veio para Bangu, indo residir com seu filho, que é lavrador na região. Até a data do recenseamento de 1906, Silveria dedicava-se à indústria de objetos de barro, como, panelas,oringas, quartinhas, etc. Os relatos sobre os centenários residentes em Bangu mostram assim a forte vocação rural da região. A presença de moradores como José Marques, Maria Jacintha Cunha, Francisca da Conceição e Silveria Maria da Conceição, envolvidos na vida rural de Bangu, mostra que a ruralidade ainda era marcante no bairro, mesmo com as mudanças industriais e urbanas do início do século XX. O Recenseamento de 1906 mostra que muitos centenários da freguesia de Campo Grande viviam em Bangu, dedicados à agricultura e produção artesanal. Apesar da influência da Fábrica Bangu, a vida rural permaneceu, com moradores mantendo suas atividades tradicionais. Isso evidencia que o desenvolvimento do bairro ocorreu de forma complexa, com a coexistência do rural e do urbano-industrial, através de negociações entre diferentes atores e práticas sociais.

Longe de desaparecer ou se transformar com a inauguração da fábrica, esta realidade rural continuou a mostrar sua força mesmo décadas após sua inauguração, um testemunho importante sobre isso é dado em 1908 pelo insuspeito poeta Olavo Bilac. Entusiasta de todos os projetos de modernidade que se afirmavam no período, ele se dirigiu naquele ano ao bairro de Bangu, como costumavam fazer muitos outros jornalistas, para testemunhar o progresso local gerado pela fábrica. Na crônica sobre esta visita que publicou no *Correio*

maiores de 100 anos. Por ignorância ou falsa presunção, muitas pessoas fornecem informações errôneas, geralmente difíceis de serem corrigidas pela falta absoluta de elementos comprobatórios”. Contudo, apesar do possível exagero nos registros, a existência por si só dos moradores ligados à dinâmica da região, já são importantes para o embasamento da pesquisa. IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Recenseamento do Rio de Janeiro realizado em 20 de setembro de 1906*. Rio de Janeiro: Oficina da Estatística, 1906, p.147. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/biblioteca/visualizacao/livros/liv49678.pdf>. Acesso em: 1 jul. 2024.

Paulistano, no entanto, ele conta a seus leitores a cena que mais chamou sua atenção na visita à “cidade do Bangu”:

Visitada a fábrica, disse-me um dos diretores, apontando ao longe um trecho do mato: - Por ali se passa o riacho em que se despejam os resíduos da fábrica. É preciso estar sempre a limpá-lo, e esse serviço seria impossível, se não fossem as *reúnas*. Só as *reúnas* podem viver ali sem enfermar de paludismo (...) Sabe quem são? São as antigas escravas da fazenda de Santa Cruz. Forraram-se do cativeiro, mas ficaram por estas zonas trabalhando. Por aqui envelheceram, e por aqui vão morrendo...Têm uma saúde de ferro (...) Algumas cantavam, num sussurro vago, melopeias tristes, em que se reconhecia a toada melancólica dos jongos africanos (...) Entre essas mulheres de pele negra e cabeleira alva, ainda trabalhando, com os pés na lama e as cabeças ao sol, algumas devem ter noventa ou cem anos.⁹¹

A partir do relato do autor, mostra-se uma perspectiva diferente daquela comumente associada à região pelos entusiastas da modernidade fabril, a permanência de um perfil ainda derivado da antiga realidade rural é evidenciada através da presença, tanto no bairro quanto no trabalho da fábrica, dos ex-escravizados que viviam na região e seus descendentes. Ainda que ligadas a trabalhos menos valorizados, como a limpeza dos riachos, as chamadas “reúnas” apontavam para as linhas de continuidade que ligavam a história da região antes da implementação da fábrica à moderna imagem industrial moderna que passava a ser em geral valorizada por outros cronistas.

Evidenciava-se, com isso, uma realidade muitas vezes encoberta pela memória de um bairro novo, totalmente constituído em torno da fábrica, projetada por outros jornalistas e pela própria Companhia. A persistência desta marca rural no bairro, que estava ainda em sua maior parte muito distante da imagem urbana e fabril para ele projetada pela Companhia a partir da inauguração da fábrica, era reafirmada pela própria imprensa do período. Ao longo da década de 1890, os jornais da cidade ainda traziam anúncios de leilões de “magníficos terrenos situados na Estação do Bangu”⁹² e a venda de terrenos “com casa para morada e benfeitorias, como sejam cafezais, canavial, bananal, mandiocal, laranjal e diversas plantações”,⁹³ deixando clara a vocação rural mantida pela região. Mesmo o incipiente processo de urbanização ocorrido na localidade a partir da

⁹¹ “Diário do Rio”, *Correio Paulistano*, 01 de maio de 1908.

⁹² *Gazeta de Notícias*, 28 de dezembro de 1890.

⁹³ “Sítio”. *Gazeta de Notícias*, 29 de julho de 1896.

fundação da fábrica se mostrava, de início, bastante limitado. Se no momento em que a região da Fazenda Bangu foi comprada pela CPIB, só havia uma rua aberta, que era a Estrada Real de Santa Cruz,⁹⁴ a implementação da fábrica gerou de início a abertura de apenas duas novas vias, que receberam o nome de Estevão e de Fonseca,⁹⁵ sendo os demais acessos entre os Caminhos da Fazenda e do Retiro, meras trilhas por onde circulavam carros de bois.

Como resultado, mesmo reportagens que tentavam valorizar o moderno aspecto industrial do bairro, não deixavam de ver nele ainda uma “cidade rural” – como mostrava o título de uma notícia publicada no jornal *A Notícia* em novembro de 1909:

É o Bangu uma das mais aprazíveis localidades da nossa zona rural, quer pela amenidade do seu clima, quer quanto às suas condições estéticas. Possuindo prédios de moderna arquitetura e em não pequeno número, esta localidade é um poderoso núcleo industrial e comercial. Dotada de bem alinhadas ruas e estradas. Bangu oferece, a quem a visita, agradabilíssimo aspecto, causando ótima impressão a quem desembarca da gare da respectiva estação da Estrada de Ferro Central do Brasil, que é uma das mais elegantes, asseadas, higiênicas e bem iluminadas da nossa primeira via-férrea.⁹⁶

A combinação entre a vida rural e urbana é apresentada na reportagem como uma realidade da região. Ainda que apresentasse um pequeno núcleo urbano de “agradabilíssimo aspecto”, era como parte da “zona rural” que o bairro era ainda caracterizado – na indicação do caráter pedagógico que a direção da fábrica e a própria imprensa atribuíam a este núcleo urbano na sua relação com o resto do bairro. Evidenciava-se, com isso, uma realidade rural muitas vezes encoberta pela memória da fábrica, mas que convivía com a nova marca industrial que passou a se associar a Bangu desde a inauguração da fábrica.

⁹⁴ “Antes denominada Caminho dos Jesuítas, que vinha do tempo do Brasil-Colônia, mais precisamente de meados do século XVII. Esta estrada fora aberta para permitir a comunicação com as sesmarias dos jesuítas que cobriam todo o litoral daquela região, indo quase até Itaguaí, e também para facilitar o transporte do material que iria ser usado na região”. SILVA, Gracilda Alves de Azevedo. *Bangu: a fábrica e o bairro. Um estudo histórico (1889-1930)*. Dissertação (Mestrado em História Social) - Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1985, p.102.

⁹⁵ O nome da primeira rua fazia menção ao primeiro presidente da Companhia, eleito em fevereiro de 1889, e o nome da segunda também fazia uma homenagem a outro diretor da fábrica, Manuel Rodrigues da Fonseca. SILVA, Gracilda Alves de Azevedo. *Bangu: a fábrica e o bairro. Um estudo histórico (1889-1930)*. Dissertação (Mestrado em História Social) - Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1985. p. 102.

⁹⁶ “Bangú - Uma cidade rural”. *A Notícia*, 4 de novembro de 1909.

Tratava-se, portanto, de um experimento urbano em meio a uma realidade ainda predominantemente rural. Longe de “criar” o bairro, a fábrica lutava para se afirmar a partir da própria realidade rural característica da região – limitando-se a estabelecer nela um pequeno núcleo urbano cujos propósitos, como veremos a seguir, iam muito além da simples afirmação de uma modernidade urbana.

1.2 A harmonia paternalista

Assim como outras folhas da cidade, o jornal *Cidade do Rio*, noticiava no dia 8 de março de 1893, com grande entusiasmo, a instauração da Companhia Progresso Industrial do Brasil:

Inaugura-se hoje, na Estação do Bangu, ramal de Santa Cruz, a Fábrica de Tecidos e Estamparia, tecnicamente montada pelos empreiteiros Morgan Snell & C. de Londres, sob a fiscalização do Sr. Dr. Arthur Alvim e gerência do incansável trabalhador, Antonio Xavier Carneiro, sob cujo parecer, depois de esmerilhados estudos, foi aceita a ideia da fundação daquele estabelecimento, concebida pelo engenheiro U. de Morgan Snell. Instalada a Companhia em 6 de fevereiro de 1889, (quando ainda não havia as incorporações) hoje, vê coroados todos os seus esforços, abrindo abrigo, a mais de 1.600 pessoas, mulheres e crianças, em sua maior parte. Honra aos impertérritos trabalhadores! É a esses caminheiros incansáveis do futuro, que a Pátria, há de dever o seu progresso e desenvolvimento.⁹⁷

Se o tom celebrativo da nota era semelhante àquele presente em outras folhas, a matéria em questão atrelava diretamente o projeto de desenvolvimento industrial e urbano da fábrica à ideia de progresso e modernidade dos primeiros anos do sistema republicano brasileiro. Na base desta associação estava a ideia de que a iniciativa seria capaz de transformar os habitualmente criticados trabalhadores nacionais em “caminheiros incansáveis do futuro”, preparados para definir um novo modelo de trabalho suficiente para gerar “progresso e desenvolvimento” à nação. Conforme descrito por outro repórter que cobria o mesmo evento para o *Jornal do Brasil*, ao desconsiderar os interesses e contradições dos envolvidos no empreendimento fabril, a “festa industrial” organizada pela fábrica simbolizava “o tipo de civilização que nossa pátria almejava”.⁹⁸ A presença do vice-presidente da República na inauguração da

⁹⁷ *Cidade do Rio*, 8 de março de 1893.

⁹⁸ *Jornal do Brasil*, 9 de março de 1893.

Fábrica Bangu, um evento que poderia ser compreendido como banal, mostra como a Companhia apresentava a fábrica como a expressão de um projeto moderno, voltado para o futuro e para o progresso. Consequentemente, a presença de Floriano Peixoto também seria uma forma de associar a República a esta imagem de modernidade – em grande parte porque apontava para uma forma de relação harmônica entre trabalhadores e patrões que era vista nesses jornais como elemento de progresso e prosperidade. Cabe, portanto, tentarmos compreender melhor no que consistia esse modelo de relação trabalhista tão valorizado pela imprensa do período.

Ao extrapolar as relações vinculadas ao ambiente de trabalho, as ações patronais buscavam alcançar outros elementos da vida dos moradores. Ao longo da primeira década do século XX, o desenvolvimento de uma infraestrutura se fez presente em diversos caminhos na região. O mapa a seguir nos dá a dimensão da extensão do projeto do modelo de fábrica-vila operária por parte da criação da companhia.

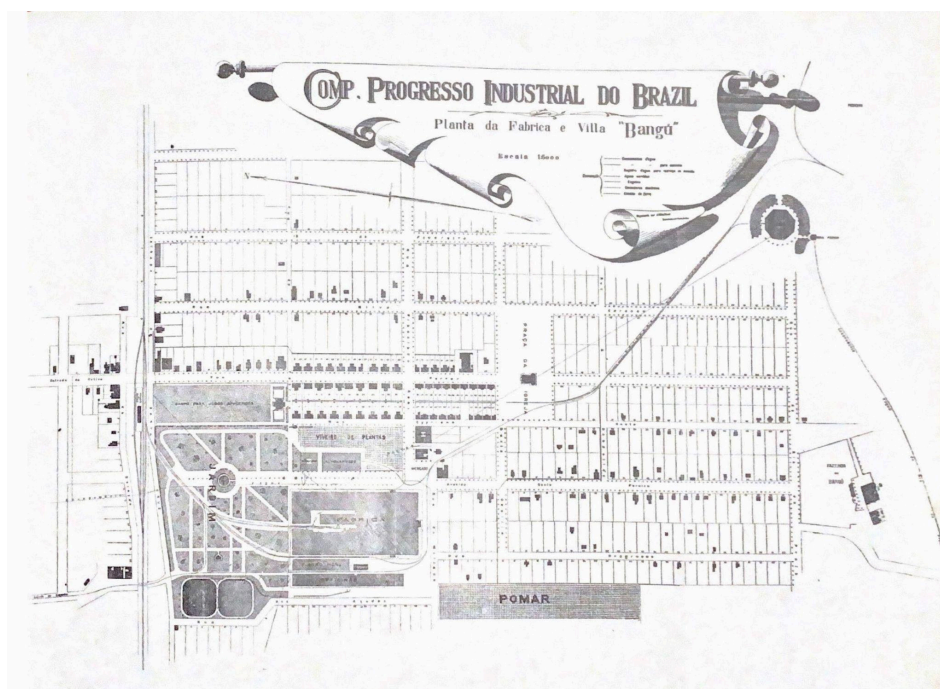


Figura 4: Apud SILVA, Gracilda Alves de Azevedo. *Bangu 100 anos: a fábrica e o bairro*. Rio de Janeiro: Sabiá Produções Artísticas, 1989, p. 55.

Percebe-se através da planta da “Fábrica e Vila Bangu” produzida no relatório de 1909, o sentido da proposta de urbanização da Companhia relacionado a uma lógica de distribuição do espaço urbano em Bangu mediante o desenvolvimento do empreendimento industrial. Ao longo dos anos, a organização do bairro se deu de variadas formas, como é o caso do melhoramento do sistema de esgoto na região em 1904, mesmo ano em que a direção da fábrica passaria a permitir a construção de casas de alvenaria por demais habitantes em sua propriedade, e também destina uma parte de seu território para a construção de um mercado permanente para os moradores do bairro - destinado para o comércio de rebanhos e pequenos produtores rurais.⁹⁹

Em 1905, a Companhia reforçou o controle do espaço urbano ao melhorar o transporte, trocando os troles e vagonetes por uma locomotiva e quatro vagões de carga, integrando ainda mais a fábrica com a região. No mesmo ano, instalou o primeiro sistema de iluminação elétrica, que iluminava partes da fábrica e a rua principal da vila operária por algumas horas à noite. De modo que os moradores que quisessem luz em casa precisavam pagar uma mensalidade, considerada acessível pela diretoria.¹⁰⁰ No ano seguinte, a fábrica estreitou suas relações com a Caixa Beneficente - criada em 1899 para o fornecimento de serviços médicos, farmacêuticos, fazer enterros e disponibilizar outros auxílios monetários, em que uma parte das despesas ficava a cargo da Companhia e a outra era administrada pelos operários e donativos.¹⁰¹ No mesmo ano, a direção da fábrica investiu nas obras de canalização das águas do Rio da Prata. dois anos depois, em 1908, é instalada no bairro a primeira rede telefônica, que funcionava entre a fábrica,

⁹⁹ Segundo Oliveira, antes da criação deste mercado, a venda só poderia ser feita aos domingos na feira localizada no terreno da fábrica - onde era o campo de futebol. Com a retirada da feira e a filiação do Bangu Athletic Club a Liga Esportiva, a área passou a ficar reservada apenas para as práticas esportivas. DE OLIVEIRA, Márcio Piñon. “Quando a fábrica cria o bairro: estratégias do capital industrial e produção do espaço metropolitano no Rio de Janeiro”. *Scripta Nova: revista electrónica de geografía y ciencias sociales*, n. 10, p. 51, 2006.

¹⁰⁰ Relatório Companhia Progresso Industrial do Brasil de 1906, p. 5. Apud OLIVEIRA, Márcio de. *Bangu: de fábrica-fazenda e cidade-fábrica a mais uma fábrica da cidade*. Dissertação (Mestrado em Geografia) — Programa de Pós-Graduação em Geografia, UFRJ, Rio de Janeiro, 1991, p.126.

¹⁰¹ Relatório da Companhia Progresso Industrial do Brasil de 1906, p. 5. Apud OLIVEIRA, Márcio de. *Bangu: de fábrica-fazenda e cidade-fábrica a mais uma fábrica da cidade*. Dissertação (Mestrado em Geografia) — Programa de Pós-Graduação em Geografia, UFRJ, Rio de Janeiro, 1991, p.126.

usina e o reservatório do Rio da Prata.¹⁰² Essas medidas mostram como a fábrica moldava o espaço urbano de acordo com suas próprias necessidades.

A questão da habitação no bairro aparece pela primeira vez em 1892, nos relatórios da Companhia em um trecho específico sobre a “Casa dos Operários”. Ao afirmar que a obra seria finalizada quando as causas relacionadas à falta de mão de obra na construção das casas desaparecessem, o engenheiro encarregado pela Companhia avalia que, “em pouco estarão prontas as casas necessárias para os mestres e contramestres da Fábrica e pouco tempo depois grande número das que devem ser habitadas pelos operários”.¹⁰³ Com 95 “casinhas” ao lado da Fábrica, destinada aos mestres e contramestres, a vila operária foi edificadas em 1892 com sua “extensão de norte-sul a partir da estação de Bangu”.¹⁰⁴ Construídas de modo uniforme em consonância com a arquitetura manchesteriana da fábrica,¹⁰⁵ as casas possuíam três cômodos com um anexo nos fundos utilizado como uma cozinha.¹⁰⁶ Ao passar por sua primeira reforma três anos após sua inauguração, as “casinhas” da vila operária tiveram suas cozinhas ampliadas e receberam seus primeiros sanitários, onde os cômodos das habitações possuíam mínimas proporções que eram compensadas pela existência de um pequeno quintal, como é possível observar na planta abaixo:

¹⁰² DE OLIVEIRA, Márcio Piñon. “Quando a fábrica cria o bairro: estratégias do capital industrial e produção do espaço metropolitano no Rio de Janeiro”. *Scripta Nova: revista electrónica de geografía y ciencias sociales*, n. 10, p. 51, 2006.

¹⁰³ *Relatório anual da Companhia Progresso Industrial do Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia Perseverança, 1892, p.3.

¹⁰⁴ OLIVEIRA, Márcio de. *Bangu: de fábrica-fazenda e cidade-fábrica a mais uma fábrica da cidade*. Dissertação (Mestrado em Geografia) — Programa de Pós-Graduação em Geografia, UFRJ, Rio de Janeiro, 1991, p.92.

¹⁰⁵ “As casas que compunham a vila operária foram construídas de modo uniforme, embora houvesse três tipos de plantas apresentando disposições diferentes. Basicamente elas possuíam fundações em cantaria, paredes em alvenaria de tijolo pintado na parte externa, sustentando o madeiramento do telhado. Além da madeira do telhado, tínhamos também em madeira, as esquadrias, o forro e o piso”. Ver SILVA, Gracilda Alves de Azevedo. *Bangu: a fábrica e o bairro. Um estudo histórico (1889-1930)*. Dissertação (Mestrado em História Social) - Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1985, p. 77.

¹⁰⁶ OLIVEIRA, Márcio de. *Bangu: de fábrica-fazenda e cidade-fábrica a mais uma fábrica da cidade*. Dissertação (Mestrado em Geografia) — Programa de Pós-Graduação em Geografia, UFRJ, Rio de Janeiro, 1991, p.93.

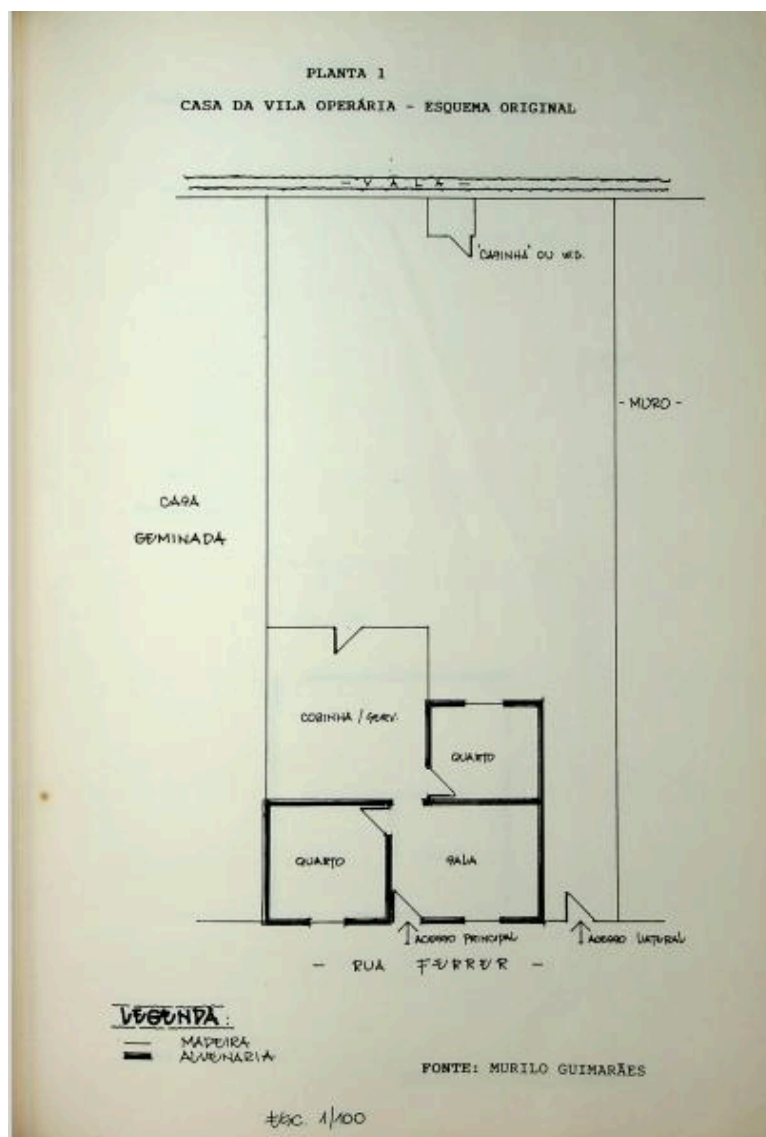


Figura 5 - Apud OLIVEIRA, Márcio de. *Bangu: de fábrica-fazenda e cidade-fábrica a mais uma fábrica da cidade*. Dissertação (Mestrado em Geografia) — Programa de Pós-Graduação em Geografia, UFRJ, Rio de Janeiro, 1991, p.94.

As casas da vila operária foram construídas de maneira uniforme, com fundações em cantaria e paredes de alvenaria de tijolos aparentes, contendo dois quartos, sala e cozinha. Embora padronizadas, havia três tipos de plantas com diferentes disposições internas. Inicialmente, o banheiro, chamado de "casinha", ficava separado da casa, nos fundos do terreno, conectado ao sistema de fossas corridas, ou "fossa italiana", instalado entre 1904 e 1917. Com o tempo, os banheiros passaram a ser integrados às casas, tornando-se parte do ambiente

interno.¹⁰⁷ Tratava-se, assim, de um tipo de construção que atendia às exigências da higiene no que se refere às habitações populares, que se mostrava de grande importância nos primeiros anos da República.¹⁰⁸

Com o aumento do número de trabalhadores na fábrica, em 1896 iniciou-se a construção de um novo grupo de casas conhecido por “olaria”. No antigo local da olaria criada pelos empreiteiros na época da construção da fábrica, a Companhia decidiu construir um novo grupo de habitações com casas com padrão que se pretendia semelhante àquele da vila operária, mas mais simples, algumas com apenas um cômodo.¹⁰⁹ Este novo grupo de moradia era composto por sete casas no estilo da vila operária, três outras com um padrão anterior e quarenta compartimentos de um único cômodo, com uma porta e janela. Os dois últimos tipos de habitação eram oferecidos para as famílias recém-chegadas a Bangu, que ficavam aguardando uma casa melhor na vila operária, e aos operários solteiros, que não possuíam família.¹¹⁰ Na própria distribuição das casas, a Companhia tratava assim de tentar organizar as diferenças entre a força de trabalho da fábrica.

Em abril de 1906, a “estação de Bangu” era apresentada, sob o ponto de vista industrial, como a localidade mais importante do Distrito Federal. A Fábrica Bangu era retratada no *O Paiz* a partir da multiplicidade de benefícios que aquela “grande casa de trabalho” trazia a um dos locais mais “pitorescos da capital da República”. Apesar dos proveitos vinculados a fábrica, a notícia enfatiza a divisão do bairro em duas povoações distintas: uma estabelecida pela fábrica, e outra formada por “ranchos” - uma denominação dada pelos próprios donos que

¹⁰⁷ OLIVEIRA, Márcio de. *Bangu: de fábrica-fazenda e cidade-fábrica a mais uma fábrica da cidade*. Dissertação (Mestrado em Geografia) — Programa de Pós-Graduação em Geografia, UFRJ, Rio de Janeiro, 1991, p.94-99.

¹⁰⁸ A contribuição de Lia Carvalho ao estudo das habitações populares, conforme apresentado no livro “A Era das Demolições”, é fundamental para compreender as complexas relações sociais e as condições de vida da população carioca durante um período de intensas transformações urbanas. Ver ROCHA, Oswaldo Porto; DE AQUINO CARVALHO, Lia. *A era das demolições: cidade do Rio de Janeiro, 1870-1920*. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1995.

¹⁰⁹ SILVA, Gracilda Alves de Azevedo. *Bangu: a fábrica e o bairro. Um estudo histórico (1889-1930)*. Dissertação (Mestrado em História Social) - Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1985, p. 78.

¹¹⁰ OLIVEIRA, Márcio de. *Bangu: de fábrica-fazenda e cidade-fábrica a mais uma fábrica da cidade*. Dissertação (Mestrado em Geografia) — Programa de Pós-Graduação em Geografia, UFRJ, Rio de Janeiro, 1991, p.98-99.

construíram a habitação e por uma rua fiscalizada pela municipalidade, e que “por isso é a única abandonada”. A localidade desenvolvida pela fábrica é apresentada no jornal como uma área harmoniosa do bairro, com uma vila operária com ruas bem cuidadas, onde os trabalhadores estrangeiros vivem na “maior camaradagem” com os nacionais. Além das propriedades da fábrica, a “outra parte do bairro” é tratada como uma região predominantemente rural, com muitos sítios, ranchos e plantações que pertencem aos seus proprietários, onde alguns são operários e outros vivem da lavoura, ou de profissões diversas.¹¹¹

A partir dos relatórios da CPIB, nota-se assim um esforço contínuo da Fábrica para controlar o espaço de moradia dos operários, criando, conseqüentemente, um núcleo urbano ao entorno da fábrica. Este esforço estava, no entanto, longe de contemplar de fato todos os trabalhadores envolvidos em seu serviço. Devido ao elevado número de trabalhadores que a fábrica já tinha em 1907, o relatório da companhia daquele ano decide

permitir que esses possam construir também se desejarem, casas para a sua moradia, mediante o prévio exame a aprovação das competentes plantas - isso para evitar que se furem elas a observância dos preceitos higiênicos, oferecendo a um tempo por sua feição exterior um aspecto que não destoe das já existentes em terrenos regularmente (SIC) arruados pelo qual pagarão mensalmente à Companhia a quantia de 4\$000.¹¹²

Ainda que tentasse manter a imagem higiênica e moderna que era uma das bases da afirmação de sua imagem, o relatório demonstrava que, mesmo no que se refere aos trabalhadores da fábrica, o bairro se desenvolvia para além de seu controle. Ainda assim, a Companhia continuava a tentar manter as rédeas desse processo. Como é mostrado no relatório, embora abrisse a possibilidade para a autoconstrução das habitações, a fábrica tentava controlar o padrão de moradia dos operários. Por trás de um discurso higienista que justificava tal decisão estava, porém, uma lógica paternalista que não apenas tentava manter os trabalhadores sob seu controle, mas também definir para ele custos que os manteriam dependentes da própria companhia.

¹¹¹ “O Paiz nos Subúrbios”. *O Paiz*, 14 de abril de 1906.

¹¹² *Relatório anual da Companhia Progresso Industrial do Brasil para ser apresentado à Assembleia Geral dos Srs. Acionistas convocada para 6 de abril de 1907*, Rio de Janeiro, Tip. Papellaria União, 1907, p.8.

O processo de construção de moradias em Bangu, com ou sem a permissão da fábrica, revela uma tensão entre o controle imposto pela Companhia e as formas de habitação no bairro. Em 1907 ocorre, uma intensificação da abertura das ruas na região, em terrenos arrendados pela Companhia para a construção de novas casas. A justificativa era baseada em um contrato verbal entre o interessado e a direção da fábrica, que padronizava as habitações na região. Esse esforço de padronização visava promover um modelo de moradia "higiênico" -no contraponto às formas tradicionais de moradia no bairro, definidas no relatório como “ranchos de sapê” que seriam “toscos, anti-estéticos e mal feitos”.¹¹³ Essa visão que desvalorizava as práticas de construção locais, mostra uma tentativa de impor normas urbanísticas e de higiene, refletindo a tentativa de controle da fábrica não só sobre o trabalho, mas também sobre o cotidiano dos operários e a organização do espaço urbano. Nesse sentido, as novas casas construídas na vila operária pela Companhia, sem pretensão de abrigar todos os trabalhadores do local, seriam apenas um exemplo de um tipo de moradia valorizado pela fábrica - em nome de um ideal de progresso, definido pelos padrões da indústria e da modernidade, e não uma descrição da realidade do bairro.

A construção de habitações fora dos espaços destinados aos trabalhadores pela Companhia mostra a expansão do bairro acontecendo de acordo com as demandas dos próprios moradores, evidenciando que a fábrica não controlava totalmente o crescimento da região e que havia uma diversidade de habitantes, como moradores que não estariam atrelados diretamente ao trabalho fabril, como os familiares dos operários, reúnas, costureiras, alfaiates, comerciantes, carroceiros, médicos, açougueiros, dentre outros, como familiares dos operários e profissionais diversos, envolvidos em atividades distintas do trabalho fabril.

O desenvolvimento urbano e o aumento populacional do bairro, somado ao elevado custo de alimentos no Rio de Janeiro,¹¹⁴ geraram as condições propícias para a Fábrica criar em 1900, a Cooperativa do Bangu. Com o intuito de contribuir com a dinâmica do engenho e da empresa agrícola, a Cooperativa funcionava como um armazém na região, no qual os arrendatários da Companhia poderiam vender a sua produção agrícola e os trabalhadores da fábrica poderiam

¹¹³ Biblioteca Nacional. *Relatório anual da Companhia Progresso Industrial do Brasil*, 1907, p. 8

¹¹⁴ Sobre a lógica do abastecimento e o universo mutualista, ver: VAN DER LINDEN, Marcel. *Trabalhadores do mundo. Ensaio para uma história global do trabalho*. 2013, p.95-194.

fazer suas compras com o valor descontado na própria folha de pagamento.¹¹⁵ Sob essa mesma lógica, quatro anos depois, a Companhia cria um mercado em uma localidade junto à fábrica, onde os moradores e comerciantes de fora do bairro tinham autorização para comercializar seus produtos.¹¹⁶ Ao construir uma cooperativa e um armazém, nota-se uma tentativa da fábrica em controlar a venda de gêneros para os moradores locais. Contudo, ao longo dos anos, os periódicos da cidade traziam anúncios de vendas de materiais rurais a serem tratados “na Cooperativa do Povo, estação do Bangu”,¹¹⁷ que apontam trocas comerciais realizadas pelos próprios moradores na “cooperativa do povo”, mostrando estratégias comerciais da região fora do controle fabril.

Não eram apenas as questões relativas à moradia e abastecimento, no entanto, que configuraram o esforço de controle daquele espaço e de seus habitantes por parte da fábrica. Através da Sociedade Musical Progresso de Bangu, fundada em 1892, a fábrica criava o primeiro grupo de caráter recreativo na região, constituindo um espaço controlado de lazer aos habitantes locais. Ainda que tivesse sido fundado por operários portugueses, brasileiros e italianos,¹¹⁸ proporcionando aos moradores da região um espaço de convívio entre os trabalhadores de origens diversas, a sociedade contava com o explícito apoio e financiamento da Companhia. Como resultado, em apenas três anos a banda Sociedade Musical Progresso de Bangu formada em sua maioria por operários da fábrica Bangu, assumiria oficialmente sua ligação com a Companhia, ao se tornar a Banda de Músicos da Fábrica Bangu.¹¹⁹ Mais do que fornecer uniformes e instrumentos, a diretoria da fábrica fazia assim da banda um elemento de seu complexo fabril.

A ligação da banda com a fábrica se mostrou mais sólida ao longo dos anos. O *Jornal do Brasil*, noticiava em 12 de agosto de 1900, uma visita a colônia

¹¹⁵ OLIVEIRA, Márcio Piñon de. “A trajetória de um subúrbio industrial chamado Bangu”.. In: OLIVEIRA, Márcio Piñon; FERNANDES, Nelson da Nóbrega (org.). *150 anos de subúrbio carioca*. Rio de Janeiro: Lamparina: Faperj: EdUFF, 2010, p.112.

¹¹⁶ OLIVEIRA, Márcio Piñon de. “A trajetória de um subúrbio industrial chamado Bangu”. OLIVEIRA, Márcio Piñon; FERNANDES, Nelson da Nóbrega (org.). *150 anos de subúrbio carioca*. Rio de Janeiro: Lamparina: Faperj: EdUFF, 2010, p.112.

¹¹⁷ *Jornal do Brasil*, 01 de maio de 1902.

¹¹⁸ GUIMARÃES, M. *Uma rua chamada Ferrer*. Rio de Janeiro: Grêmio Literário José Mauro de Vasconcelos, 1996. p. 14.

¹¹⁹ SILVA, Gracilda Alves de Azevedo. *Bangu: a fábrica e o bairro. Um estudo histórico (1889-1930)*. Dissertação (Mestrado em História Social) - Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1985, p. 255.

italiana em Bangu, e também mostrava com grande empolgação, a sede da Sociedade Musical Progresso de Bangu. Instalada em um dos chalés pertencentes à fábrica, o amplo salão destinado às festas contava com um pequeno palco, que dentre os distintos quadros do salão, uma moldura destaca-se na notícia. Tratava-se de um retrato, “em ponto grande, do diretor da fábrica de tecidos, presidente honorário da sociedade, o sr. Eduardo Gomes Ferreira, justamente apelidado por todos da localidade como o “pai dos operários”.¹²⁰ Este grupo passou a ser reconhecido por todos na região como uma referência musical. A presença de Anacleto de Medeiros como regente da banda nos primeiros anos do século XX,¹²¹ com toda a sua experiência, e de seu assistente, o maestro Albertino Pimentel, deu a esta formação musical maior projeção e credibilidade frente a outras do mesmo gênero. No dia 01 de maio de 1907, as instalações do conjunto passam para uma modificação de sede, instalando-se na Rua Estevão, nº127, recebendo a denominação de Casino Bangu.

A lógica paternalista das indústrias moldou as relações entre operários e companhias, incentivando a criação de clubes recreativos pelos trabalhadores do bairro e estabelecendo um modelo para essas associações. Não era de se estranhar portanto, a existência na capital federal, nos anos finais do século XIX e nos primeiros anos do século XX, de diversos grupos recreativos ligados a estabelecimentos fabris.¹²² Francisco Foot Hardman nota que grupos musicais formados por operários se apresentaram como vínculos importantes na vida social de alguns lugares, sobretudo dos que se situavam distantes dos centros urbanos.¹²³ Incorporada rapidamente pela fábrica, a iniciativa musical dos operários, ao ser reconhecida na região e ao participar dos eventos fabris, mostrava, através do incentivo da direção da Fábrica Bangu, um esforço constante por parte dela em manter uma imagem de harmonia entre os seus trabalhadores.

¹²⁰ “No Bangu - A colônia Italiana”. *Jornal do Brasil*, 12 de agosto de 1900.

¹²¹ Anacleto de Medeiros dirigia a Banda do Corpo de Bombeiros, considerada a melhor do Rio de Janeiro. Sobre a presença de Anacleto no grupo musical, ver “Bangu - Sociedade M. P. de Bangu”. *Jornal do Brasil*, 14 de agosto de 1902; “Bangu - Festa Santa Cecília”. *Jornal do Brasil*, 21 de novembro de 1902.

¹²² Nota-se por exemplo, a mesma lógica de empreendimento em fábricas localizadas no Jardim Botânico. Sobre a experiência dos trabalhadores do bairro operário do Jardim Botânico e a organização de suas solidariedades a partir dos vínculos construídos a partir do associativismo recreativo, ver COSTA, Mariana Barbosa Carvalho da. *Entre o lazer e a luta: o associativismo recreativo entre os trabalhadores fabris do Jardim Botânico (1895-1917)*. Dissertação (mestrado)—Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de História, 2014.

¹²³ HARDMAN, Francisco Foot. “Lyra da Lapa: acorde imperfeito menor” In: *Libertários e Militantes: Arte, Memória e Cultura Anarquista. Revista Remate de Males*. V. 5. 1985.

Algo semelhante se deu em relação à outra sociedade recreativa fundada no bairro anos depois: o Bangu Athletic Club, um clube de futebol fundado em 17 de abril de 1904 por dez trabalhadores da fábrica na casa nº12 da Rua Estevão, emprestada pela Companhia.¹²⁴ Além da sede emprestada pela fábrica, durante a reunião foi decidido que o Sr. Stack seria responsável por solicitar ao diretor da fábrica, João Ferrer, o tecido branco e encadernado que seria utilizado no uniforme da equipe, fundava-se assim, por iniciativa dos trabalhadores - mas que já tomavam como esperada a ajuda da fábrica, um clube esportivo que tornaria com o passar dos anos, o nome do bairro conhecido pelo mundo esportivo brasileiro.¹²⁵ A escolha dos trabalhadores de colocar João Ferrer como presidente honorário do clube é um gesto carregado de significado e ambiguidade. Como diretor da fábrica e presidente honorário do clube, Ferrer simboliza a estreita relação entre a fábrica e a iniciativa esportiva, que tinha como um de seus objetivos iniciais, a recreação dos trabalhadores britânicos da fábrica.¹²⁶ Entretanto, essa relação revela também uma hierarquia presente nas interações entre a direção e operários. Ao escolherem um representante da administração fabril para liderar o clube, os trabalhadores demonstram a influência e o poder da fábrica, mesmo em áreas que parecem ser independentes, como o esporte. Mas, sobretudo, evidenciam que as negociações das relações de poder se estendem tanto dentro, quanto fora do campo.

Segundo Leonardo Pereira, o campo do clube esportivo funcionava como uma extensão da fábrica, integrando-se ao espaço de trabalho. Como parte das instalações da companhia, o campo fazia parte do projeto arquitetônico da fábrica. Assim, era comum que a fábrica realizasse obras no clube, como a construção de muros e banheiros, tratando-o como um departamento adicional. A fábrica não só cedeu terreno para o campo e a sede do clube, mas também comprou móveis e utensílios, forneceu uniformes e financiou eventos. Desde a sua fundação, a

¹²⁴ Estavam presentes: John Stark, Fred. Jacques, Clarence Hibbs, Thomas Hellowell, José Soares, William Procter, William Hellowell, William French, Segundo Maffei e Andrew Procter. Ver: Ata de Fundação, The Bangu Athletic Club, 1904. “Ata da sessão de 17 de abril de 1904”, *Livro de atas das sessões da diretoria do Bangu A. C.* - 17.04.1904 - 26.10.1906.

¹²⁵ “Ata da sessão de 17 de abril de 1904”, *Livro de atas das sessões da diretoria do Bangu A. C.* - 17.04.1904 - 26.10.1906.

¹²⁶ PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *Footballmania: uma história social do futebol no Rio de Janeiro, 1902-1938*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Hucitec, 2024, p.40-41.

fábrica de tecidos foi fundamental para o clube, sustentando suas atividades e apoiando suas iniciativas.¹²⁷

Para além do lazer, a própria fé dos moradores do bairro também se apresentou como objeto da ação da Companhia, que tentava afirmar seu controle sobre a religiosidade praticada pelos trabalhadores do bairro - como uma clara perseguição aos não católicos. Em setembro de 1895, sob o título de “Liberdade Religiosa”, o jornal católico *O Apóstolo* noticiava e defendia a política de demissões dos evangélicos que estaria sendo promovida pela Companhia:

[...]Começou, porém, a ordem a ser perturbada, o próprio serviço da fábrica começou a ser desorganizado, porque os pregoeiros evangélicos entraram a arrebanhar de suas casas as mulheres e filhas dos católicos e das outras seitas; os chefes dessas famílias entraram muito louavelmente a alarmar-se; já sobressaltados, muitos deixavam o serviço a qualquer hora, para irem em busca de suas mulheres e filhas, pois estas eram muitas vezes levadas para sítios desertos e ignorados. Afinal a queixa subiu à zelosa administração da fábrica, que desde que a fábrica é sua, as casas são suas, o terreno é seu, usou do direito de que usa cada um em sua casa: intimou os sectários que já produziam tais perturbações no estabelecimento a que dali se retirassem; recalcitrar e reuniram-se em maior número, tomando aspecto de provocação. Os pais, esposos e irmãos justamente indignados pelo mau caminho em que iam suas filhas, mulheres e irmãs, em uma noite em que os sectários ostentavam sua propaganda tão oposta à vontade livre dos chefes do estabelecimento e de cada família de operários ali domiciliados, foram estes, os operários, intimá-los a se retirarem, intimação que em bons termos já havia sido feita em seu pleno direito pelos diretores da fábrica[...].¹²⁸

O trecho deixa claro que era o interesse em afirmar a ordem na localidade que levava a direção da Fábrica a se imiscuir no campo religioso. De acordo com o jornal, apesar da fábrica ter a “melhor tolerância e geral harmonia” com os operários que não eram católicos, desavenças religiosas estariam prejudicando o andamento do trabalho fabril. Na base deste conflito estaria a “importuna pregação” dos evangélicos na região, que atrapalhava a harmonia desejada para a localidade. Para evitar esse tipo de dissenso, seus diretores teriam assim controlar a religiosidade de seus operários, de forma a garantir a ordem e homogeneidade entre os trabalhadores locais. A própria postura do redator do jornal ao defender a posição da fábrica deixava claro o reconhecimento da fábrica como a verdadeira

¹²⁷ PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *Footballmania: uma história social do futebol no Rio de Janeiro, 1902-1938*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Hucitec, 2024, p.314-315.

¹²⁸ “Liberdade Religiosa”. *O apóstolo*, 1 de setembro de 1895.

responsável pela ordem do bairro, o que justificaria este tipo de intervenção até mesmo no campo da fé.

Ficava claro, desse modo, que a Companhia Progresso Industrial do Brasil apostou desde a sua fundação, em um projeto de harmonia industrial totalmente controlado por sua direção. Mais do que se voltar para o trabalho, se evidenciava um projeto de controle de todas as dimensões da vida social da localidade – que iam do urbanismo e das formas de moradia até o lazer e a religiosidade. Evidenciava-se, assim, uma lógica de dominação baseada no controle total daquele espaço, de modo a garantir a disciplina dos trabalhadores mesmo no tempo do “não trabalho”.¹²⁹ Era esta imagem idealizada do modelo fábrica vila-operária projetada pela própria Companhia que era celebrada pela imprensa e sucessivos governos republicanos desde a sua inauguração em 1893. Não era à toa que, passados alguns anos, outros presidentes da República tenham ido prestigiar a localidade com sua presença - como fez Rodrigues Alves em 1906, ao visitar a escola construída pela direção da fábrica.¹³⁰ Ao definir a localidade como “um dos mais importantes estabelecimentos fabris do Brasil”, a imprensa que cobria esta nova visita se rendia ao projeto da própria Companhia, vendo nele um modelo de harmonia e disciplina a ser projetado para outras localidades.¹³¹ Resta entender, no entanto, como este projeto foi experimentado por aqueles que eram seus alvos principais: os próprios moradores de Bangu.

1.3 Os limites da ordem

Apesar do entusiasmo das autoridades e da imprensa pela suposta disciplina e harmonia representada pelo projeto fabril da Companhia Progresso Industrial, ao longo dos anos os limites desta proposta foram cotidianamente

¹²⁹ GODOY ORELLANA, Milton. “Paternalismo industrial y disciplinamiento cultural en el mundo festivo de las ciudades carboníferas chilenas: Lota, 1920-1950”. *Atenea* (Concepción), n. 514, p. 31-48, 2016.

¹³⁰ “Atendendo ao gentil convite que lhe fez a respectiva diretoria, o Sr. Presidente da República, visitou na manhã do dia 12 do transacto, a Fábrica de Tecidos Bangu. Para solenizar a sua visita àquele importante estabelecimento industrial, foi no mesmo dia inaugurada a Escola Rodrigues Alves, criada exclusivamente para criar os filhos dos operários que ali empregam a sua atividade.” Ver “Visita do Sr. Presidente da República na Fábrica de Tecidos do Bangu”. *Revista da Semana*, 11 de novembro de 1906.

¹³¹ “A Fábrica de T. Bangu - a visita do Sr. Presidente da República”. *Gazeta de Notícias*, 11 de outubro de 1906.

colocados à prova pelos moradores da região. A ideia de que a fábrica efetivamente controlava a vida urbana e social do bairro, já era contestada antes mesmo da sua inauguração. Em janeiro de 1893, um acontecimento entre os trabalhadores da fábrica viria a dar um primeiro sinal sobre os limites do projeto disciplinar sobre eles implementado pela Companhia Progresso Industrial do Brasil, no bairro de Bangu: uma greve que paralisou os trabalhos da fábrica, colocando em xeque o princípio da harmonia fabril afirmado por sua direção.

A harmonia fabril já se mostrava abalada antes mesmo de sua inauguração oficial no dia 8 de março de 1893. Uma notícia publicada em janeiro daquele ano, quando a fábrica funcionava ainda em caráter experimental, revela que 50 operários vinculados à Companhia Progresso Industrial do Brasil haviam parado de trabalhar. Embora seus nomes e o motivo da paralisação não sejam revelados e a ação dos mesmos não tenha afetado o expediente da fábrica, nota-se como mesmo antes de sua inauguração, já existiam conflitos entre os trabalhadores e a direção da Fábrica.

Antes mesmo da inauguração, os trabalhadores já estavam contestando o controle do abastecimento na região, que era percebido como uma forma de dominação pela fábrica. Acusado de atuar em acordo com a direção fabril, o armazém de Guilherme dos Santos era então alvo de reclamações dos operários da região. O negociante estabeleceu seu armazém de secos e molhados desde o início das obras da fábrica, com o objetivo de “explorar os gêneros de estiva para prover os operários da fábrica de Bangu, na freguesia de Campo Grande”.¹³² Por mais que não se tratasse de um estabelecimento oficialmente ligado à Companhia Progresso Industrial, do ponto de vista dos trabalhadores da fábrica a ligação entre eles parecia evidente, sendo lida por eles como parte de um mesmo esforço de controle. Era o que deixava claro outra reclamação feita por eles no mês seguinte ao jornal *O Paiz*. Nela, queixavam-se do negociante pela utilização, como troco, de “uns cartões em que se vê escrito uma importância variável entre 100 e 800 réis”. “Isso serve para obrigar os operários a voltarem a efetuar compras no mesmo estabelecimento”, esclarecia a nota, que reproduzia a queixa dos trabalhadores.¹³³ Atentos a estes mecanismos de sujeição e controle, que podiam

¹³² “A Praça”. *Gazeta de Notícias*, 14 de janeiro de 1893.

¹³³ *O Paiz*, 10 de novembro de 1893.

ver como semelhantes àqueles operados pela fábrica em relação às casas, os trabalhadores da fábrica tratavam assim de denunciar tal estratégia, evidenciando seu esforço em fugir deste tipo de controle.

É o que começaria a ficar evidente em outubro de 1894, quando uma “comissão de operários da Fábrica de Tecidos Bangu” procurou a redação da *Gazeta de Notícias* para informar que “todos os empregados deste estabelecimento se achavam em greve”.¹³⁴ Ainda que fizesse a ressalva de se tratar de uma “greve pacífica”, eles faziam questão de expor suas reivindicações, que eram o restabelecimento de seus antigos salários e o pagamento de dois meses vencidos dos seus pagamentos. Para além das questões de remunerações, no entanto, o movimento denunciava também as falhas do próprio sistema implementado pela direção da Companhia para garantir a harmonia do local - como o protesto dos trabalhadores contra o alto aluguel das casas fornecidas pela Companhia, que havia subido consideravelmente em relação aos salários recebidos nos primeiros anos de funcionamento da fábrica. Eles também se queixavam da dificuldade de abastecimento na região, argumentando que um comerciante local, como Guilherme dos Santos, ao elevar os preços dos produtos oferecidos aos trabalhadores, estava aliado à administração da fábrica.¹³⁵

No dia seguinte, o diretor-gerente da fábrica, Antônio Xavier Carneiro, visitava a redação do jornal com o intuito de retificar as informações contidas na notícia do dia anterior sobre a greve.¹³⁶ Apressava-se em afirmar que a mobilização dos trabalhadores não foi geral, sendo uma movimentação apenas dos tecelões. E como resposta, às queixas dos operários da fábrica com relação aos preços dos gêneros alimentícios cobrados pelo negociante da região que seria ligado a fábrica, o diretor-gerente alegava que do ponto de vista da fábrica, “o negociante que vende gêneros aos operários, tem obrigação de vendê-los pelos preços mais correntes da capital”, e que a Companhia não teria recebido nenhuma reclamação a esse respeito.¹³⁷

Para confrontar as alegações dos trabalhadores, Antônio Xavier Carneiro alegava que não existiu atraso com relação aos pagamentos, assim como não teria

¹³⁴ “Greve”. *Gazeta de Notícias*, 14 de outubro de 1894.

¹³⁵ “Greve”. *Gazeta de Notícias*, 14 de outubro de 1894.

¹³⁶ “Greve”. *Gazeta de Notícias*, 15 de outubro de 1894.

¹³⁷ “Greve”. *Gazeta de Notícias*, 15 de outubro de 1894.

ocorrido uma diminuição dos salários dos operários, mas apenas uma redução no preço de um tipo específico de pano. O diretor-gerente da fábrica também afirmava que o preço dos aluguéis não foi alterado, garantindo que, embora a Companhia tenha reduzido o aluguel das casas pela metade durante a crise recente, “não podia mais continuar a fazê-lo desde que se regularizou o trabalho”.¹³⁸ Desse modo, alegava que quando o trabalho voltou ao normal, a redução no aluguel não poderia mais ser mantida. Embora pretendesse rebater as acusações que estavam na origem da greve, as respostas do diretor acabavam assim por confirmá-las, tanto no que diz respeito à diminuição dos salários quanto ao aumento do valor dos aluguéis. Ficava claro que, se contavam com benesses vistas pela direção da fábrica como uma dádiva paternalista, como a moradia para operários, os trabalhadores locais logo passaram a tratá-las como direitos, reivindicando a manutenção do padrão anunciado inicialmente que os levou a se mudar para Bangu. Dessa forma, os trabalhadores da região lutavam por dentro das contradições da lógica paternalista da fábrica, que, em vez de promover o bem-estar, contribuía para suas dificuldades e exploração. Pouco mais de um ano após a festejada inauguração daquele empreendimento industrial, os próprios operários se encarregavam assim de apontar os limites desta imagem, denunciando os mecanismos que garantiriam sua sujeição – em uma greve relacionada não só aos salários, mas também ao próprio modelo de paternalismo fabril, ali implementado.

Dois anos depois, em fevereiro de 1896, houve uma nova paralisação dos operários, motivada por diversas reivindicações dos tecelões da Fábrica Bangu. Através da manifestação de um grupo de quarenta operários na sala do diretor-gerente da fábrica, Eduardo Gomes Ferreira, os trabalhadores exigiam a diminuição dos aluguéis das casas que moravam, que eram pertencentes à companhia; o aumento da metragem do pano, pelo fato de alguns trabalhadores serem pagos com base na quantidade de metros de tecido concluídos sem falhas; e o pagamento nos segundos sábados do mês, uma vez que empresa adotava diferentes formas de pagamento – por metragem, jornada, semana ou mês – como estratégia para diluir os desembolsos ao longo do mês e evitar grandes

¹³⁸ “Greve”. *Gazeta de Notícias*, 15 de outubro de 1894.

pagamentos em um único dia.¹³⁹ Para além do esforço da fábrica em afirmar a harmonia da localidade, através de um modelo fabril que se apresentava de forma supostamente moderna e controlada, a mobilização dos trabalhadores na região aponta para disputas e reivindicações que se colocavam em contradição com aquele esforço de controle fabril.

As duas greves realizadas pelos operários do Jardim Botânico e de Bangu em 1896 ganharam destaque significativo no jornal *Don Quixote*, expressando abertamente sua admiração pela organização dos trabalhadores, o periódico demonstrava como essas “casas de tecido” não se resumiam apenas ao projeto de suas respectivas direções de uma unidade fabril:

Se isto não é sinal de adiantamento,
Se progresso não é,
O diabo leve meu contentamento
E me abandone a fê.
Não. Por tais greves não me vem o pânico,
Nem fico jururu:
Bravos a greve do Jardim Botânico
E a outra do Bangu!.¹⁴⁰

Ao enfatizar as greves como um sinal de avanço, o trecho colocado em destaque no jornal mostra seu apoio e admiração à greve do Jardim Botânico e a greve da Fábrica Bangu. A greve de 1896 foi uma continuidade de uma insatisfação anterior. Como em 1893, a greve parece ter terminado sem grandes conquistas. Como resultado, três anos depois os problemas voltariam a se repetir, levando a mais um movimento grevista. Às quatro horas da tarde do dia 19 de fevereiro de 1896 os trabalhadores da Fábrica Bangu pararam suas máquinas. Um grupo de quarenta operários se dirigiu à sala do diretor-gerente da fábrica para apresentar uma série de exigências. Entre as principais reclamações estava a insistência sobre os altos preços cobrados pelos aluguéis das casas pertencentes à

¹³⁹ O historiador Stanley Stein observa que as fábricas costumavam atrasar o pagamento dos salários até o segundo sábado do mês seguinte, ou até conseguirem juntar dinheiro suficiente. Gracilda Alves da Silva acrescenta que a variedade de formas de pagamento adotadas pela empresa – por metragem, jornada, semana ou mês – era uma estratégia para evitar grandes desembolsos em um único dia, diluindo os pagamentos ao longo do mês. Isso permitia cobrir despesas com as vendas e encomendas, manter uma reserva financeira para imprevistos e ainda ganhar juros ao manter o dinheiro em conta bancária. STEIN, Stanley Julien. *Origens e Evolução da Indústria Têxtil no Brasil, 1850-1950*. Rio de Janeiro: Editora Campos, 1979, p. 74-75; SILVA, Gracilda Alves de Azevedo. *Bangu: a fábrica e o bairro. Um estudo histórico (1889-1930)*. Dissertação (Mestrado em História Social) - Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1985, p.787; SEVERINO, Carlos Molinari Rodrigues. *Mestres estrangeiros; operariado nacional: resistências e derrotas no cotidiano da maior fábrica têxtil do rio de janeiro (1890 - 1920)*. Dissertação (Mestrado em História) —Universidade de Brasília, Brasília, 2015, p.94-96.

¹⁴⁰ F. Mendes, “A Semana”. *Don Quixote*, 29 de fevereiro de 1896.

Companhia, que eram consideradas abusivas pelos trabalhadores. Além disso, eles solicitaram que o pagamento dos salários fosse feito pontualmente no último sábado de cada mês, garantindo maior previsibilidade financeira. Outra demanda importante foi a garantia do fornecimento contínuo de carvão para as máquinas a vapor, que, quando em falta, afetava diretamente a produção e, consequentemente, o rendimento dos operários. Em resposta à manifestação operária, o diretor-gerente da fábrica disse aos operários que “nada poderia resolver sem consultar a diretoria da fábrica”. Uma hora após o ocorrido, os trabalhadores grevistas retornaram ao escritório, liderados pelo tecelão espanhol Antônio Motta Salles. Motta entregou um documento que expressava duas principais reivindicações: a primeira era a remoção do atual diretor da fábrica e a segunda, a demissão de alguns de seus auxiliares, incluindo Jorge Estrella, além de outros nomes que não foram especificados pelos periódicos. Durante a discussão que se seguiu, o operário brasileiro Joaquim José da Silva afirmou que não aceitaria outra solução além da proposta contida no documento.¹⁴¹

Na demonstração do perigo representado por aquela mobilização do ponto de vista da Companhia, no dia seguinte uma brigada com cinquenta policiais, sob o comando do Coronel Travassos, foi enviada à região. Além desta força militar, o Dr. Moura Carijó, 1º delegado auxiliar, seguiu com mais sessenta homens a caminho da vila operária em Bangu. Após os grevistas impedirem os foguistas de acenderem as máquinas na fábrica, três líderes do movimento foram presos em flagrante: Joaquim José da Silva, Antônio Motta Salles e José Pereira Fernandes.¹⁴² As prisões continuaram no dia seguinte, e outros seis grevistas de um grupo “mais exaltado” foram presos por impedirem que os operários voltassem às máquinas.¹⁴³ Embora no dia 24 de fevereiro o jornal *Cidade do Rio* afirmasse que a greve tenha acabado, ao relatar a visita a Bangu do Dr. Moura Carijó, 1º delegado auxiliar, para tentar conciliar os grevistas com os patrões, o periódico indicou que as negociações ainda estavam em andamento na região.

Frente às reclamações dos grevistas, o delegado disse considerar aos trabalhadores que parte delas “não eram procedentes”, mas prometeu-lhes “entender-se com a diretoria sobre a diminuição dos aluguéis das casas” – que o

¹⁴¹ “Greve”. *Gazeta de Notícias*, 21 de fevereiro de 1896.

¹⁴² “Greve no Bangu”. *Jornal do Brasil*, 21 de fevereiro de 1896.

¹⁴³ “Greve”. *Gazeta de Notícias*, 22 de fevereiro de 1896.

jornal fazia questão de dizer que seriam “bastante confortáveis”, custando as mais caras o valor de quarenta mil réis.¹⁴⁴ Prometia ainda a liberdade de onze operários que estavam detidos por conta da greve, conseguindo com isso a promessa de retomada do trabalho por parte dos cerca de 900 operários que continuavam em greve.¹⁴⁵ Mais uma vez, ficava claro que, longe de evitar os conflitos entre trabalhadores e patrões, o modelo paternalista implementado pela fábrica passava a ser visto como elemento ativo deste tipo de conflito. Longe de projetar qualquer tipo de harmonia fabril, ele se transformava na base de uma disputa por direitos que continuou a marcar o bairro de Bangu ao longo dos anos seguintes.

Não era só na relação entre os trabalhadores e a direção da fábrica, no entanto, que se expressavam os limites do projeto paternalista da Companhia Progresso Industrial. Mesmo após o fim da greve de 1896, disputas entre os próprios trabalhadores fabris viriam a evidenciar a precariedade das projeções de harmonia fabril por ela projetadas. Movido a “ódios originados na última greve que teve lugar naquela fábrica”,¹⁴⁶ o espanhol Antonio Motta, que havia se destacado como um dos líderes do movimento dos operários, atacou com duas facadas outro operário da fábrica. O conflito iniciou-se quando, durante os dias da greve, o operário Manuel Carneiro Gomes colocou-se do lado da direção da fábrica, contra os interesses dos grevistas. Vendo no comportamento de Manuel uma traição a seus companheiros de trabalho, Antonio Motta jurou vingança. Como resultado, ao se encontrarem em Campo Grande no mês seguinte, o operário espanhol deu duas facadas no seu desafeto, sendo alvejado por Joaquim Lopes, que dizia ser irmão de Gomes.¹⁴⁷

Mesmo com a prisão de Motta e com o encaminhamento de Gomes ao hospital, o conflito entre os trabalhadores da fábrica perdurava. No dia seguinte à

¹⁴⁴ A partir de anúncios nos periódicos de aluguéis na cidade do Rio de Janeiro em 1896, mostram-se cômodos com valores variados. Como é o caso do aluguel de um cômodo entre o valor de dezoito mil réis a trinta mil réis, “com janelas e com banheiro de chuva a 18\$, 25\$ e 30\$, na Rua Senador Eusébio”. *Gazeta de Notícias*, 22 de março de 1896; Ou como o anúncio de um cômodo na região do centro urbano da cidade, na Rua do Senado, de uma “casa nova e de confiança a preço de 50\$, 60\$ e 70\$”. *Jornal do Comércio*, 21 de janeiro de 1896; Apesar de muitos anúncios não terem de modo especificado o valor de aluguel e venda, observa-se no mesmo ano em Bangu a venda de “terrenos de vargem em rua aberta de novo e com água de cachoeira, no lugar denominado Viegas, com 1- metros de frente por cinquenta e tantos de fundos” a 50\$ (cinquenta mil réis) cada lote. “Terrenos no Bangu”. *Gazeta de Notícias*, 22 de abril de 1896.

¹⁴⁵ “Greve do Bangu”. *Cidade do Rio*, 24 de fevereiro de 1896.

¹⁴⁶ *Cidade do Rio*, 17 de março de 1896.

¹⁴⁷ “Assassinato”. *A Notícia*, 17 de março de 1896.

agressão, um grupo de operários que se apresentavam como “amigos da paz e boa ordem em quase sua totalidade” se dirigiu à redação do jornal *Cidade do Rio* com uma petição encaminhada para o Dr. 1º delegado, o chefe da delegacia. A reclamação surge devido ao ato de violência cometido por Manuel Gomes Carneiro que, após ofender o espanhol Motta, “o perseguiu até se dar cena de sangue”. Além desta reclamação, os trabalhadores também acusavam a diretoria da fábrica de manter “capangas” para controlar os trabalhadores.¹⁴⁸ A contestação ganhou ainda mais força pelo fato de Carneiro ser um amigo íntimo de Jorge Estrella, delegado da 3ª circunscrição suburbana, que havia sido nomeado “gerente do movimento externo da fábrica”. Estrella representava a influência direta da direção da fábrica sobre os moradores, exemplificando o controle e a coação exercidos pela direção da fábrica sobre a vida na vila operária.¹⁴⁹ Apesar dos periódicos não darem continuidade no acompanhamento do caso, a petição que os trabalhadores publicaram na imprensa mostrava a luta dos operários na região contra as tentativas de controle de suas vidas e de suas famílias.

Frente a esta situação de tensão permanente entre a direção da companhia e os trabalhadores da Fábrica, não era de se admirar que, em agosto de 1903, estes tenham aderido a um movimento grevista que envolvia todas as fábricas de tecido da cidade.¹⁵⁰ Conquistando adeptos e vencendo resistências, o movimento tomou uma grande proporção na capital federal.¹⁵¹ Em princípio, a imprensa parecia acreditar que ele não chegaria a Bangu, pois vários telegramas faziam questão de ressaltar a manutenção da ordem no bairro.¹⁵² Ainda assim, o jornal *O Paiz*

¹⁴⁸ *Cidade do Rio*, 18 de março de 1896.

¹⁴⁹ “Figura das mais temidas na vila operária, Jorge Estrella representa os olhos da direção da Companhia sobre todos os trabalhadores. Naquele perímetro, ele dita as regras, impede cultos não-católicos e manipula os votos em dia de eleição. Convidado para ser o “gerente do movimento externo da fábrica”, o capitão ilustra, de forma latente, o controle e a coação que a empresa procurou manter sobre quem vivia dentro do seu espaço urbano. A vigilância constante e as punições, incluindo expulsões do bairro em menos de 48 horas, são práticas comuns adotadas pelo capitão com a anuência da direção. Foram apenas cinco anos de domínio de Jorge Estrella, até que ele entrasse em rota de colisão com os mestres têxteis estrangeiros”. SEVERINO, Carlos Molinari Rodrigues. *Mestres estrangeiros; operariado nacional: resistências e derrotas no cotidiano da maior fábrica têxtil do rio de janeiro (1890 - 1920)*. Dissertação (Mestrado em História) —Universidade de Brasília, Brasília, 2015, p.9.

¹⁵⁰ “A Greve”. *O Paiz*, 18 de agosto de 1903.

¹⁵¹ Ao longo da Primeira República, 1903 foi o ano de maior número de greves no Rio de Janeiro. Tida pelos contemporâneos como uma “greve geral” com duração de 26 dias, Marcela Goldmacher afirma que a greve de agosto de 1903 juntou trabalhadores de diversas categorias, especialmente os do ramo de tecelagem. GOLDMACHER, Marcela. “As associações operárias e a ‘Greve Geral’ de 1903”. In: GOLDMACHER, Marcela; MATTOS, Marcelo Badaró; TERRA, Paulo Cruz (org.). *Faces do Trabalho: escravizados e livres*. Rio de Janeiro: EDUFF, 2010.

¹⁵² “Parede”. *Jornal do Brasil*, 21 de agosto de 1903.

afirmava que os trabalhos da fábrica haviam sido interrompidos às três horas da tarde, quando os diretores tiveram conhecimento de que “iria atacá-los um grupo numeroso de operários”, resolvendo desse modo, paralisar a atividade na fábrica.¹⁵³ Embora a notícia não explicitasse a origem dos operários, outras reportagens mostravam que um grupo de trabalhadores da região tentava negociar com a direção da fábrica. Em uma notícia que tinha o objetivo de ressaltar que os operários locais “se conservam em atitude calma, poucos dentre eles aderindo ao atual movimento grevista”, um redator do *Jornal do Brasil* reconhecia que “esses procuram o auxílio dos companheiros para apresentarem à diretoria uma reclamação, solicitando diminuição de horas de trabalho e aumento de vencimentos”. Como resultado, mesmo sem declarar formalmente a adesão à greve os trabalhadores locais conseguiam a deixar “fechada, como medida preventiva”, ficando o seu prédio sob proteção de um batalhão do exército.¹⁵⁴ Ainda que sob o manto do paternalismo, que tenta transformar em dádiva o que era fruto de luta, configuravam-se assim as tensões próprias às relações de trabalho no bairro de Bangu.

Além das interações profissionais, o controle das práticas religiosas no bairro estava longe de acontecer em sua plena “harmonia fabril”. As dinâmicas religiosas muitas vezes escapavam do controle rígido da fábrica, refletindo tensões e resistências entre os operários e a direção fabril. Era o que mostrava o *Jornal do Brasil*, ao informar os perigos de um curandeiro do bairro, que tinha como especialidade tratar as “mocinhas bonitas operárias da fábrica”, afirmando que realizaria seus desejos - desde “um bom casamento até um aumento em seus salários”. O “feiticeiro perigoso” em questão era o preto retinto, Benedicto Antônio, que de acordo com o periódico, tinha horror ao trabalho e fez-se assim, feiticeiro. Famoso por fazer casamentos, dar palpites no jogo do bicho, consertar “espinhelas caídas” e seduzir moças casadas, o trabalho do feiticeiro era bastante concorrido na região. Trabalhando, vez ou outra na lavoura, Benedicto tinha como sócio no “produto de feitiçarias” e companheiro de residência, um homem português. Contudo, a partir de queixas de pessoas que adoeceram após o tratamento, o 3º delegado da circunscrição prende o curandeiro em flagrante.¹⁵⁵

¹⁵³ “A Greve”. *O Paiz*, 18 de agosto de 1903.

¹⁵⁴ “Parede”. *Jornal do Brasil*, 23 de agosto de 1903; *Jornal do Brasil*, 29 de agosto de 1903.

¹⁵⁵ “O Preto Benedicto”. *Jornal do Brasil*, 20 de outubro de 1900.

Críticas vinculadas a feitiçaria em Bangu continuariam a aparecer nos periódicos nos anos seguintes. Seis anos após o caso de Benedicto, *A Imprensa* noticiava o que seria, de acordo com o relato, a uma volta no tempo a “alta e negra magia” praticada por Maria Elydia dos Santos, Maria da Conceição, Anna Luiza Pereira da Silva e Abilio Gomes. Entregavam-se a feitiçaria em Bangu, de acordo com a notícia, vendendo algumas drogas, como: “facas espetadas nas paredes, santos quebrados e peles de cobras”, sendo presos em flagrante - e soltos logo depois por terem pago a fiança.¹⁵⁶ Ao mostrarem práticas religiosas distintas das propagadas pela fábrica em Bangu, as duas notícias apontam para o fato de que o bairro, desde o início do seu desenvolvimento, recebeu trabalhadores de diferentes origens, sendo um ponto de encontro para diferentes tradições religiosas também.

Não era apenas no campo das trocas comerciais e religiosas que se expressavam ambientes distanciados do controle fabril. Espaços de sociabilidade foram criados ao longo dos anos pelos moradores da região, como é o caso do Grêmio Literário Ruy Barbosa. Criado no dia 02 de fevereiro de 1907, o “Grêmio Philomático”, que posteriormente em 1925, seria intitulado como “Grêmio Literário Ruy Barbosa”,¹⁵⁷ foi uma associação que buscava combater o analfabetismo do bairro. A partir de ações voltadas para o estudo, os sócios do grêmio organizaram um espaço de sociabilidade para os moradores que não faziam parte do vínculo operário organizado pela CPIB, e até mesmo para os trabalhadores que não eram contemplados com a escola construída pela fábrica.

Na sede que ficava na esquina da Rua Ferrer com a Estrada Rio-São Paulo, os rapazes se reuniam para jogar xadrez, dama, dominó, e também para se deliciarem com a leitura de livros da vasta biblioteca que possuíam. Numa sala anexa davam aulas às pessoas mais carentes, fornecendo gratuitamente, livros, lápis e cadernos.¹⁵⁸

Tendo em vista que a região era a “sede de uma grande fábrica em que mourejam centenas de homens, Bangu não possui uma escola noturna onde esses trabalhadores, após o honesto labor em que se empregam durante o dia, possam buscar as luzes da instrução que almejam”¹⁵⁹. Ao ofertar uma escola para analfabetos (primária e complementar) com um curso com doze professores,

¹⁵⁶ “Bruxos e bruxas”. *A Imprensa*, 30 de outubro de 1906.

¹⁵⁷ *Jornal do Brasil*, 09 de novembro de 1927.

¹⁵⁸ GUIMARÃES, Murillo. *Uma rua chamada Ferrer*. Grêmio Literário José Mauro de Vasconcelos, 1996, p.23.

¹⁵⁹ *Jornal do Brasil*, 23 de setembro de 1927.

biblioteca, palestras literárias e sessões cívicas,¹⁶⁰ nota-se como o *Grêmio Philomático* foi importante para os moradores da região. Diante deste grêmio, mostra-se como os trabalhadores locais organizaram ao seu modo, um espaço de sociabilidade voltado para a educação dos moradores da região, construindo assim, vínculos associativos que iam além dos projetos da fábrica.

Episódios como estes deixavam claro que a implementação e desenvolvimento da Companhia Progresso Industrial do Brasil se fazia de um modo mais complexo do que aquele projetado por sua direção. A relação entre a diretoria da fábrica e as manifestações operárias, práticas religiosas e espaços de sociabilidade revela uma constante disputa pela ordem no bairro de Bangu. As demandas dos moradores por melhores condições de trabalho, liberdade religiosa e acesso à educação rompem com a imagem de harmonia projetada pela fábrica, expondo os limites do paternalismo. Longe de eliminar os conflitos, as reivindicações operárias tornaram-se a sua linguagem, evidenciando como os moradores construíram suas próprias redes e dinâmicas na “cidade do Bangu”.¹⁶¹ A partir dos conflitos e reivindicações presentes na vidas dos moradores de Bangu, observa-se pelo cotidiano dos mesmos como o bairro não abrigava apenas trabalhadores modelos, que viviam para atender uma lógica industrial, mas também atuaram mediante suas próprias estratégias, nas redes do paternalismo e construíram ao seu modo, a “cidade do Bangu”.

Acompanhada de perto, a história de afirmação do bairro de Bangu como um espaço fabril mostrava assim os limites da imagem de um bairro industrial modelo projetada pela imprensa e pelas autoridades públicas nos primeiros anos de funcionamento da fábrica. Se a Companhia de fato se esforçou por manter o controle da localidade, projetando esta imagem de harmonia, ela estava longe de ser o único agente do processo de afirmação urbana do bairro. Além dos antigos trabalhadores rurais que já o habitavam, que não cabiam na imagem moderna projetada pela sua direção – sendo por isso desconsiderados nas análises da posteridade – as constantes queixas e reivindicações dos operários da fábrica mostravam que, se o paternalismo industrial servia de base para o modelo de cidade fabril projetado pela Companhia, ele estava longe de constituir uma

¹⁶⁰ *Jornal do Brasil*, 9 de novembro de 1927.

¹⁶¹ “Diário do Rio”, *Correio Paulistano*, 01 de maio de 1908.

realidade dada – sendo, pelo contrário, um elemento de disputa, que nunca permitiu que a harmonia projetada para aquele espaço se efetivasse plenamente. Levando em conta as experiências dos moradores do bairro, é possível assim romper com o imaginário fabril de um bairro totalmente formado, controlado e dirigido pela CPIB, mostrando como os mesmos também fizeram parte do processo de desenvolvimento urbano da região. Utilizando lógicas e ações próprias, os moradores do bairro, em contraposição à memória construída pela própria direção da fábrica e por jornalistas a ela ligados, evidenciaram assim os limites do modelo fábrica-vila operária implementada pela Companhia Progresso Industrial do Brasil, revelando as diversas lógicas de ação colocadas em disputa em meio a construção social de Bangu.

2. A identidade banguense em construção

Em setembro de 1907, a *Gazeta de Notícias* ainda destacava a harmonia que prevalecia entre os trabalhadores de Bangu. Naquela ocasião, usava para isso o exemplo do Bangu Athletic Club, associação esportiva que começava a desempenhar, ao longo daqueles anos, um papel importante na união e integração da comunidade local. Apenas três anos após a sua fundação, a reportagem tratava da festa esportiva promovida no bairro pelo clube:

Bangu é uma pequena cidade operária, com uma população de seis mil e tantas almas aproximadamente. Todo o seu território - enorme anfiteatro cujo recinto é demarcado pelos elevados cerros que se alteiam em redor - é de propriedade da fábrica de tecidos, e os seus habitantes, todos, são homens do trabalho, operários, que tiram os seus proventos desse grandioso estabelecimento, uma das glórias da nossa indústria. São os modernos feudatários, mas sem a opressão das de outrora, gozando de todas as regalias do homem livre de hoje, com uma vida à parte, confortável e tranquila, ignorando o que sejam as agruras dos seus irmãos operários de outros estabelecimentos e países. A palavra "operário", como modernamente se concebe - cortejada pelas dores, sofrimentos e miséria, que fazem o homem operário mau e feroz -, não pode ser aplicada ao operário brasileiro, máxime, ao que tem a felicidade de viver e trabalhar na fábrica de Bangu. As diversões em Bangu são dadas pelos clubes que lá existem. Imagine-se, pois, o que é uma festa ali, onde se reúne o inglês, o francês, o italiano e o brasileiro branco e de cor na mais ampla cordialidade, na mais encantadora harmonia, que não é perturbadora pela distinção de posições sociais e de outros prejuízos abomináveis. Todos ali têm um fim, divertem-se, têm um dever, portarem-se bem, porque lá estão os seus diretores solícitos e prontos, dispensando a todos eles amabilidades, atenções e tanta coisa, tanta que até parecem seus companheiros beber quando são seus dirigentes.¹⁶²

Ao reafirmar a imagem exemplar do bairro veiculada pela imprensa desde a inauguração da fábrica, a notícia vincula a “pequena cidade operária” a uma ideia de harmonia entre os trabalhadores de Bangu, que não teriam sofrimentos como outros operários. Vivendo na “mais encantadora harmonia”, eles teriam em clubes como aquele a expressão acabada das boas condições supostamente experimentadas pelos trabalhadores que tinham “a felicidade de viver e trabalhar na fábrica de Bangu”. Ao construir essa imagem idealizada, que vincula a vida dos trabalhadores da região a um imaginário de modernidade republicana, a

¹⁶² “Bangu Athletic Club”. *Gazeta de Notícias*, 12 de setembro de 1907.

reportagem apontava, porém, para uma diversidade entre os moradores do bairro que foi muitas vezes esquecida pelos que tentavam afirmar seu valor. Ao congregar “o inglês, o francês, o italiano e o brasileiro branco e de cor”, Bangu reunia trabalhadores de distintas nacionalidades, cores e perfis sociais. Se a matéria fazia questão de defender que essas diferenças seriam amenizadas pela “mais ampla cordialidade, a mais encantadora harmonia” que seria característica do bairro, ela mostrava que, para os contemporâneos, esta convivência entre sujeitos tão diversos se apresentava como um desafio.

Não foram apenas os periódicos do início do século XX, no entanto, que destacaram a suposta harmonia existente em Bangu. A imagem de um bairro onde os operários viviam em uma convivência harmoniosa e sem conflitos significativos foi amplamente aceita e reproduzida por muitos historiadores, criando uma narrativa unificada que, em muitos casos, desconsiderou as complexidades e diversidades internas da comunidade local. Pesquisas como a de Gracilda Silva, que destaca a influência da Fábrica Bangu na constituição do bairro, e a de Fernando Faria, que foca nas contradições do desenvolvimento capitalista e na centralização das decisões em torno da fábrica, reforçam essa narrativa. Ao ressaltarem o papel da Fábrica Bangu neste processo, sugerem que a indústria têxtil não apenas moldou a economia local, mas também influenciou profundamente a vida dos trabalhadores e da comunidade ali residente, contribuindo para a construção dessa narrativa unificada.¹⁶³ Esse tipo de representação contribuiu para consolidar a ideia de que os moradores fariam parte de uma classe operária coesa e homogênea, mascarando possíveis tensões que poderiam ter existido em Bangu.

Em direção contrária, este capítulo pretende acompanhar como os próprios moradores do bairro, em suas experiências cotidianas e disputas internas, lidaram na prática com essa diversidade. Enquanto Silva e Faria destacam em suas pesquisas, de modos distintos, a influência da fábrica na configuração social e econômica do bairro, torna-se igualmente significativo investigar como os

¹⁶³ SILVA, Gracilda Alves de Azevedo. *Bangu: a fábrica e o bairro. Um estudo histórico (1889-1930)*. Dissertação (Mestrado em História Social) - Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1985; FARIA, Fernando Antônio. *Três apitos. Estudo sobre a gênese e a expansão da Companhia Progresso Industrial do Brasil, 1889/1930*. Dissertação (Mestrado em História) - UFF, Niterói, 1985.

habitantes de Bangu, em sua diversidade, constituíram na localidade suas redes de solidariedade e diferença, organizando sua própria vida a partir delas. Como foi demonstrado no capítulo anterior, além das interações entre operários e a administração da fábrica, existiam tensões e rivalidades entre os próprios trabalhadores, que refletiam não apenas em diferenças de origem e classe, mas também a busca por direitos e reconhecimento em um ambiente de competição por emprego e condições de trabalho. Essa disputa interna revela a complexidade das relações sociais em Bangu, onde a luta por cidadania e melhores condições de vida se entrelaça com as hierarquias estabelecidas pela própria estrutura fabril. Portanto, para além da influência da fábrica, cabe investigar as experiências dos moradores que se viram obrigados a lidar com tais diferenças, moldando a partir delas a própria identidade do bairro. Em tal perspectiva, as disputas entre os próprios trabalhadores podem ganhar novos sentidos, diferindo das tradicionais tensões entre operários e a fábrica. Cabe analisar, por isso, como estes trabalhadores tão diversos construíram socialmente sua relação com o bairro, de modo a resolver suas diferenças. Pretende-se, assim, observar suas lógicas associativas e investigar o processo de formação das redes de solidariedade e diferença entre os moradores da região, observando a proliferação do associativismo recreativo do bairro. Nesse sentido, o capítulo possui o objetivo de compreender as lógicas particulares que orientam sua organização quanto de dar forma a uma geografia recreativa e identidade do bairro, que apresenta como estas diferenças se organizam pelo território do bairro.

2.1 Um espaço de diferenças

A cidade do Rio de Janeiro, capital federal da recém instaurada República, passou por grandes transformações na virada do século XIX para o século XX. A própria demografia da cidade aponta para transformações importantes relacionadas ao aumento populacional da cidade. Em primeiro plano, o acentuado crescimento da população da capital federal, atrelado à massiva chegada de imigrantes nacionais e estrangeiros, passava a marcar a realidade da cidade. Em parte, tal processo era derivado de uma política de apoio à imigração europeia promovido pelo poder público desde a década de 1870 como forma de garantir a força de trabalho agrícola e de minorar os supostos prejuízos raciais decorrentes

da grande presença negra no Brasil, em uma deliberada política de branqueamento que atraiu grande quantidade de mão de obra europeia para o território brasileiro.¹⁶⁴ Como resultado deste processo, em 1906 os estrangeiros formavam cerca de 26% dos habitantes da cidade do Rio de Janeiro, sendo em sua maioria portugueses, italianos e espanhóis.¹⁶⁵

Ao mesmo tempo, em um contexto posterior à abolição, muitos ex-escravizados e seus descendentes passaram a buscar na cidade um espaço para o exercício de sua liberdade. Apesar do censo de 1906 não apresentar a relação dos habitantes por cor, a demografia presente no censo de 1890 já evidenciava a intensidade da presença negra na capital republicana. Dos 522.651 habitantes, aproximadamente 180 mil eram identificados como negros ou mestiços.¹⁶⁶ Por mais que grande parte destes trabalhadores negros se dirigissem à zona urbana da cidade, não era de se estranhar, por isso, o aumento de um processo migratório para regiões da cidade nas quais o ofício principal ainda estava vinculado à agricultura. Em seu estudo sobre migrações negras no contexto posterior à abolição da escravidão no Rio de Janeiro, Carlos da Costa destaca que a primeira geração, ao migrar, não abandonou por completo o trabalho vinculado à lavoura. Mesmo que o destino fosse os grandes centros urbanos, em outras regiões do país ocorreu um processo similar de busca por áreas agrícolas. Isto é, embora a Capital Federal fosse o destino final, essa primeira geração de migrantes se integrou socialmente nas áreas circunvizinhas, pois eram nessas regiões que se encontravam as lavouras para o abastecimento alimentar da cidade. Dessa forma, ao chegarem ao Distrito Federal, haveria oportunidades de trabalho disponíveis para eles.¹⁶⁷ Como resultado, em 1872, moravam na capital 266.831 mil

¹⁶⁴ CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. Editora Companhia das Letras, 2017, p.23-29.

¹⁶⁵ IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Recenseamento do Rio de Janeiro realizado em 20 de setembro de 1906*. Rio de Janeiro: Oficina da Estatística, 1906, p.120. Disponível em [Recenseamento da Cidade do Rio de Janeiro 1906 \(ibge.gov.br\)](https://ibge.gov.br/recenseamento-da-cidade-do-rio-de-janeiro-1906) Acesso em: 1 jul. 2024.

¹⁶⁶ CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. Editora da UNICAMP, 2001 p.43.

¹⁶⁷ Para acompanhar todo esse processo de migração negra no Rio de Janeiro, ver COSTA, Carlos Eduardo Coutinho da. *“Faltam braços nos campos e sobram pernas na cidade”: famílias, migrações e sociabilidades negras no pós-abolição do Rio de Janeiro (1888-1940)*. Curitiba: Appris, 2020.

habitantes, em 1890 a população aumentou para 522.651 mil pessoas,¹⁶⁸ e em 1906 este número cresceu,¹⁶⁹ atingindo 811.443 habitantes na cidade.¹⁷⁰

A freguesia de Campo Grande, da qual Bangu fazia parte, tinha 9.686 habitantes em 1872. Em 1890 a localidade já possuía 15.950 habitantes, e em 1906 esse número cresceu ainda mais, atingindo 31.248 habitantes.¹⁷¹ De acordo com o relatório de 1907 da Companhia Progresso Industrial do Brasil, somente a região de Bangu contava naquele ano com 6.347 habitantes.¹⁷² Em 1920, seguindo o crescimento demográfico, a população do Rio de Janeiro chega a 1.147.599, e a freguesia de Campo Grande atinge a quantidade de 52.405 habitantes.¹⁷³

Tabela 1: População por ano segundo os censos. Rio de Janeiro, Freguesia de Campo Grande

Localidade	1872	1890	1906	1920
Rio de Janeiro	266.831	522.405	811.443	1.147.599
Freguesia de Campo Grande	9.686	15.947	31.248	52.405

Fonte: Censos de 1890, 1906 e 1920, IBGE.

¹⁶⁸ IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Recenseamento do Rio de Janeiro realizado em 20 de setembro de 1906*. Rio de Janeiro: Oficina da Estatística, 1906, p.147. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25490.pdf> Acesso em: 1 jul. 2024.

¹⁶⁹ Neste ano, o Rio de Janeiro era a única cidade do Brasil com uma população acima de 500 mil habitantes. Ver CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. Editora da UNICAMP, 2001 p.42-54.

¹⁷⁰ IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Recenseamento do Rio de Janeiro realizado em 20 de setembro de 1906*. Rio de Janeiro: Oficina da Estatística, 1906, p.13. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/biblioteca/visualizacao/livros/liv49678.pdf>. Acesso em: 1 jul. 2024.

¹⁷¹ IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Recenseamento do Rio de Janeiro realizado em 20 de setembro de 1906*. Rio de Janeiro: Oficina da Estatística, 1906, p.20-22. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/biblioteca/visualizacao/livros/liv49678.pdf>. Acesso em: 1 jul. 2024.

¹⁷² Biblioteca Nacional. *Relatório anual da Companhia Progresso Industrial do Brasil*, 1907, p. 8.

¹⁷³ IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Recenseamento do Rio de Janeiro realizado em 1 de setembro de 1920*. Rio de Janeiro: Oficina da Estatística, 1920, p. 433. Disponível em: biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv6446.pdf Acesso em: 1 jul. 2024.

A análise dos dados demográficos da Freguesia de Campo Grande entre 1872 e 1920 revela um crescimento populacional significativo - que se refletiu não apenas na urbanização da região, com a criação da zona suburbana, mas também na diversidade social de seus moradores. Esse crescimento foi impulsionado por um intenso processo de migração e urbanização, que atraiu pessoas de diferentes origens e classes sociais para a freguesia e, eventualmente, para o bairro de Bangu. A presença de trabalhadores de setores como a indústria têxtil e o comércio contribuiu para o aumento vertiginoso da população, consolidando uma quantidade significativa de novos habitantes na região.¹⁷⁴

Como resultado, o bairro de Bangu, para além dos projetos e arranjos da fábrica, se desenvolveu e transformou a partir da chegada de sujeitos diversos. Apesar dos mecanismos utilizados pela diretoria da Companhia como uma forma de aumentar o vínculo entre patrões e empregados, observa-se por isso, ao longo dos anos de desenvolvimento urbano do bairro, a formação de outros vínculos identitários encadeando os moradores de Bangu – em processo iniciado desde a fundação da fábrica, em 1889. Marcada até então pela presença de significativo número de ex-escravizados – a maior parte deles ligada ao trabalho nas terras do Barão de Itacurussá, o último dono da Fazenda Bangu – o bairro de Bangu começa a se desenvolver a partir da incorporação de parte desses trabalhadores às atividades da fábrica recém-criada.¹⁷⁵ A eles se juntaram, logo no início de seu funcionamento, em 1893, técnicos de origem europeia contratados pela Companhia para administrar suas principais seções.¹⁷⁶ Os trabalhadores estrangeiros, como ingleses, italianos, alemães e portugueses, chegaram assim em um bairro já ocupado por trabalhadores afrodescendentes para ocupar cargos técnicos especializados na Fábrica Bangu.

¹⁷⁴ Nos primeiros anos do século XX, a cidade do Rio de Janeiro, seguia um caminho de aumento demográfico similar ao das outras capitais espalhadas pelo continente americano, contudo, a capital federal atingiu o maior número de afrodescendentes entre a sua população. IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Recenseamento do Rio de Janeiro realizado em 1 de setembro de 1920*. Rio de Janeiro: Oficina da Estatística, 1920. Disponível em: biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv6446.pdf Acesso em: 1 jul. 2024.

¹⁷⁵ SILVA, Gracilda Alves de Azevedo. *Bangu: a fábrica e o bairro. Um estudo histórico (1889-1930)*. Dissertação (Mestrado em História Social) - Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1985, p.774.

¹⁷⁶ SILVA, Gracilda Alves de Azevedo. *Bangu 100 anos: a fábrica e o bairro*. Rio de Janeiro: Sabiá Produções Artísticas, 1989, p.26.

Para o bom funcionamento da fábrica, no entanto, não bastava a presença destes trabalhadores que já habitavam a região. Para resolver o problema da falta de trabalhadores, a solução encontrada pela Companhia, ao lado do investimento na chegada de trabalhadores europeus, foi a busca de mão de obra vinda do interior do estado do Rio de Janeiro. Em 1895, a direção da fábrica chegava mesmo a enviar emissários com o intuito de convidar famílias que residiam nas zonas rurais para morar em suas terras.¹⁷⁷ A chegada de trabalhadores como Dioclécio Machado e sua família a Bangu exemplifica o movimento migratório incentivado pela fábrica local, que atraía mão de obra de diversas regiões para o bairro. Dioclécio, em uma entrevista concedida décadas depois, relembra como ele e sua família se estabeleceram em Bangu, ressaltando a importância da fábrica como um polo de atração para trabalhadores de diferentes origens:

Cheguei em Bangu com dois anos e meio, ainda no ano de 1895, mas nasci no Estado do Rio de Janeiro. Nessa época havia dificuldades para a Fábrica arranjar operários. Nós morávamos em Queimados. Junto com a minha família vieram mais cinco famílias [...] Em Bangu colocaram a gente para morar uns juntos dos outros, a fábrica deu terreno e madeira para fazer a casa. Ninguém da minha família já tinha trabalhado em fábrica antes. Os homens da Companhia deixavam fazer lavoura e ter alguns bichos, porcos, galinhas; e assim tinham vários ranchos. Alguns plantavam cana e vendiam em média para o engenho. Em Paracambi já existia uma fábrica e muitas famílias de operários vieram também de lá. Havia gente também que veio de São João Del Marco [sic] que hoje não existe mais. A Light comprou a fazenda que tinha ali, e tudo virou açude para produzir eletricidade L. Esses emissários da fábrica saíam por toda aquela região atrás de gente. [...].¹⁷⁸

O relato do morador da região mostra como, de diversas maneiras, a fábrica recrutou distintos moradores para o local – mesmo aqueles que, como Dioclécio, não tinham nenhuma experiência fabril anterior. No mesmo relato, no entanto, ele deixa também claro que a distribuição das habitações em Bangu, por parte da Companhia, não se deu de forma igualitária. Enquanto as casas higiênicas alardeadas nos relatórios da companhia eram direcionadas aos técnicos estrangeiros que vinham dirigir os trabalhos, esses trabalhadores de menor renda,

¹⁷⁷ *Relatório anual da Companhia Progresso Industrial do Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia Perseverança, 1899.

¹⁷⁸ Machado, Dioclécio. Entrevista concedida a Mário de Oliveira, Rio de Janeiro, 23 abr. 1990. *Apud* OLIVEIRA, Márcio de. *Bangu: de fábrica-fazenda e cidade-fábrica a mais uma fábrica da cidade*. Dissertação (Mestrado em Geografia) — Programa de Pós-Graduação em Geografia, UFRJ, Rio de Janeiro, 1991, p. 114 - 116.

como ele, tinham que se contentar um terreno e madeira para construir a sua casa. Ainda assim, a atividade fabril em Bangu atraiu muitos trabalhadores vindos da zona rural, que desempenharam um papel crucial no crescimento populacional da região.¹⁷⁹

Ressalte-se ainda que, além das famílias vindas do interior, a fábrica ainda atraía para Bangu trabalhadores de outros empreendimentos têxteis do estado, seja da capital ou do interior. Em seu estudo sobre a fábrica de tecidos em Santo Aleixo, Juçara Mello aponta para a mobilidade de trabalhadores entre diferentes regiões rurais transformadas por fábricas de tecidos, evidenciando como as indústrias têxteis influenciaram a dinâmica populacional na região.¹⁸⁰ Essa mobilidade é demonstrada pelo caso do morador Solon, que, em 1918, aos 12 anos, já trabalhava na fábrica. Em uma entrevista concedida décadas depois, o ex-operário relembrou que quando a companhia precisava de operários mais especializados, ela buscava esses trabalhadores em Macacos, uma fábrica em Paracambi onde já existia uma mão de obra qualificada:

Uma boa parte deles vinha de Paracambi. Lá havia uma fábrica mais antiga que a Bangu, a Macacos, e quando precisava de operários mais especializados, já ambientados com o trabalho de tecelagem, ia buscar em Macacos. Costumo comparar Bangu e Paracambi com Brasil e Portugal. Portugal descobriu o Brasil e ficou naquilo mesmo, pequeno, e o Brasil cresceu e se tornou maior que Portugal. A mesma coisa aconteceu entre Paracambi e Bangu. Paracambi descobriu Bangu e nunca saiu daquilo, enquanto Bangu cresceu e hoje é isso que se vê (...).¹⁸¹

Isso ilustra como a fábrica de Bangu não apenas atraía trabalhadores locais, mas também recrutava mão de obra especializada de outras regiões para atender às suas necessidades industriais. A comparação feita por Solon entre Bangu e Paracambi, onde a primeira "cresceu e se tornou maior que" a segunda, ilustra a relação de dependência e interconexão entre as localidades do Rio de

¹⁷⁹ De acordo com Gracilda Silva, estima-se que em 1895 a população de Bangu teria mais ou menos mil habitantes. Enquanto em 1903, a população já se estimava em seis mil habitantes. SILVA, Gracilda Alves de Azevedo. *Bangu: a fábrica e o bairro. Um estudo histórico (1889-1930)*. Dissertação (Mestrado em História Social) - Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1985, p.294.

¹⁸⁰ MELLO, Juçara da Silva Barbosa de. *Identidade, memória e história em Santo Aleixo: aspectos do cotidiano operário na construção de uma cultura fabril*. 1. ed. - Curitiba: Appris, 2019, p.65-66; 104.

¹⁸¹ Solon. Entrevista concedida a Mário de Oliveira, Rio de Janeiro, 17 de abr. 1990. *Apud* OLIVEIRA, Márcio de. *Bangu: de fábrica-fazenda e cidade-fábrica a mais uma fábrica da cidade*. Dissertação (Mestrado em Geografia) — Programa de Pós-Graduação em Geografia, UFRJ, Rio de Janeiro, 1991, p. 114 - 116.

Janeiro, demonstrando como a busca da fábrica por mão de obra qualificada levou Bangu a recrutar trabalhadores já familiarizados com a tecelagem. Essa dinâmica não apenas reflete a interdependência entre as fábricas, mas também destaca a complexidade das relações sociais e econômicas entre os trabalhadores que, ao se moverem entre as fábricas, trazem consigo não apenas sua força de trabalho, mas também suas histórias e culturas.

Esses diferentes fluxos migratórios foram cruciais para a formação do perfil demográfico diverso de Bangu, contribuindo para a diversidade cultural e social do bairro, à medida que pessoas de várias partes do país se ligavam em um mesmo bairro, em busca de oportunidades de trabalho oferecidas pela indústria. A presença de uma população heterogênea moldou a identidade do bairro, com diversos modos de vida que coexistiam e se entrelaçavam no cotidiano dos moradores. Como resultado, a Fábrica de Bangu, para a qual se dirigiam os novos moradores do bairro, apresentava uma diversidade entre seus moradores expressa com clareza nos registros fotográficos de alguns de seus operários feito por um certo Antenor Ferreira em 1892, no ano anterior da sua inauguração oficial:



Figura 6 e 7: Arquivo de Antenor Ferreira “Nonô”. SILVA, Gracilda Alves de Azevedo. *Bangu 100 anos: a fábrica e o bairro*. Rio de Janeiro: Sabiá Produções Artísticas, 1989, p.26-27.



Figura 8 e 9: Arquivo de Antenor Ferreira “Nonô”. SILVA, Gracilda Alves de Azevedo. *Bangu 100 anos: a fábrica e o bairro*. Rio de Janeiro: Sabiá Produções Artísticas, 1989, p.27.

As fotos presentes no livro revelam um grupo heterogêneo de operários. A realidade social e racial da região contava com homens, mulheres, crianças, brancos, negros, brasileiros e estrangeiros. A primeira foto mostra os operários na olaria em 1892, revelando os trabalhadores que contribuíram diretamente para a construção da fábrica. A fotografia também apresenta o perfil de trabalhadores que possivelmente aceitaram o anúncio publicado em 1890 no jornal *Gazeta de Notícias*, que solicitava pedreiros para as obras da Fábrica Bangu. A maioria era de negros, possivelmente ex-escravizados e até crianças, que aparecem descalças entre os tijolos e o entulho da olaria.¹⁸² A partir da análise das fotos presentes no livro de comemoração de 100 anos da fábrica,¹⁸³ observa-se, com destaque para os trabalhadores da seção de cardas, uma significativa presença de crianças e mulheres, que compõem uma parte importante do perfil social desses trabalhadores. Essas imagens evidenciam a diversidade de gênero e idade no ambiente fabril, onde toda a família muitas vezes participava das atividades laborais, assim como mostra o perfil social variado dos trabalhadores, composto em sua maioria por trabalhadores negros.

Outra parte do relato de Dioclécio Machado, já citado anteriormente, ilustra a diversidade de vínculos de trabalho e sociabilidade presentes no cotidiano

¹⁸² “Alvenaria de tijolo – precisa-se de 20 bons oficiais pedreiros para as obras da Fábrica do Bangu. Paga-se bem”; “Pedreiros – precisa-se para trabalhar em tijolo na Fábrica do Bangu. Paga-se muito bem e dá-se casa. Trata-se na Rua do Rosário, 75, sobrado”. “Alvenaria de tijolo”. *Gazeta de Notícias*, 22 de maio de 1890; “Pedreiros”. *Gazeta de Notícias*, 27 de junho de 1890.

¹⁸³ SILVA, Gracilda Alves de Azevedo. *Bangu 100 anos: a fábrica e o bairro*. Rio de Janeiro: Sabiá Produções Artísticas, 1989.

dos moradores locais – que, para além de suas origens e perfis sociais e raciais, ainda se viam obrigados a lidar com seus variados ofícios:

“Morei quase toda minha vida em Bangu, mas nunca trabalhei na fábrica. Meu primeiro emprego foi na Rede Ferroviária em 1911, como maquinista, mas toda a minha família, da minha mãe à minha irmã, trabalhou na fábrica [...]”.¹⁸⁴

As palavras de Dioclécio evidenciam que, embora a fábrica fosse um importante polo empregador, havia outras oportunidades de trabalho que integravam a vida econômica do bairro. Apesar dos esforços da fábrica em controlar aspectos como o abastecimento da região por meio da Cooperativa e do mercado, casos como o de Dioclécio e sua família revelam estratégias de subsistência que iam além da organização fabril. A própria possibilidade de cultivar sua própria comida permitiu que a atividade rural se tornasse uma alternativa de mobilidade para alguns dos trabalhadores nos novos espaços industriais.¹⁸⁵ Esse cenário aponta para outras lógicas de trabalho e sociabilidade em um mesmo bairro, que se somavam àquelas diferenças iniciais de origem, nacionalidade e cor.

Como resultado desses fluxos migratórios e processos de afirmação identitárias que se desenvolvem em paralelo, o bairro de Bangu se tornava espaço privilegiado de convivência de trabalhadores muito diversos, que, independentemente de sua origem, compartilham um espaço comum e lutam por melhorias em suas condições de vida. A região do Marco Seis expressa essa diversidade, na qual coexistiam diferentes formas de organização laboral e social, sendo um espaço de destaque nas trocas comerciais feitas pelos moradores da

¹⁸⁴ Machado, Dioclécio. Entrevista concedida a Mário de Oliveira, Rio de Janeiro, 23 abr. 1990. *Apud* OLIVEIRA, Márcio de. *Bangu: de fábrica-fazenda e cidade-fábrica a mais uma fábrica da cidade*. Dissertação (Mestrado em Geografia) — Programa de Pós-Graduação em Geografia, UFRJ, Rio de Janeiro, 1991, p. 114 - 116.

¹⁸⁵ Mais de dez anos após a chegada de Dioclécio e sua família em Bangu, a atividade rural ainda se apresentava como uma alternativa viável para os moradores do bairro. A “outra parte do bairro” era apresentada como uma região predominantemente rural, com diversos sítios, ranchos e plantações pertencentes aos seus proprietários - alguns desses proprietários eram operários da fábrica, enquanto outros viviam da lavoura ou exerciam diferentes profissões. “O Paiz nos Subúrbios”. *O Paiz*, 14 de abril de 1906; Carlos Coutinho da Costa, em sua pesquisa, destaca que, na virada do século XIX para o XX, a produção de laranja se expandiu no Rio de Janeiro, sendo um cultivo que exigia pequenas propriedades, como chácaras. Ao apontar regiões como São Gonçalo, Campo Grande, Bangu, Santa Cruz e Nova Iguaçu como os principais polos dessa produção, o historiador evidencia uma importante atividade rural na localidade. Essa expansão dos laranjais, aliada ao fato de os moradores possuírem pequenos sítios e plantações, revela um cenário em que a atividade rural, como a plantação de laranjas, se tornou uma estratégia de mobilidade social para os habitantes de Bangu. COSTA, Carlos Eduardo Coutinho da. “*Faltam braços nos campos e sobram pernas na cidade*”: famílias, migrações e sociabilidades negras no pós-abolição do Rio de Janeiro (1888-1940). Curitiba: Appris, 2020, p.97-99.

região. Estabelecida desde 1891, paralelamente à Estrada Real de Santa Cruz, em um espaço desapropriado pela prefeitura para a continuidade da estrada de ferro,¹⁸⁶ região do Marco Seis estava situada próxima à Estrada de Ferro, à fábrica e à vila operária, conferindo-lhe uma centralidade na dinâmica espacial do bairro. Essa localização estratégica facilitava o acesso dos trabalhadores às suas ocupações e serviços, tornando o Marco Seis um ponto crucial na organização social e econômica da região, na qual coexistiam diferentes formas de organização laboral e social.

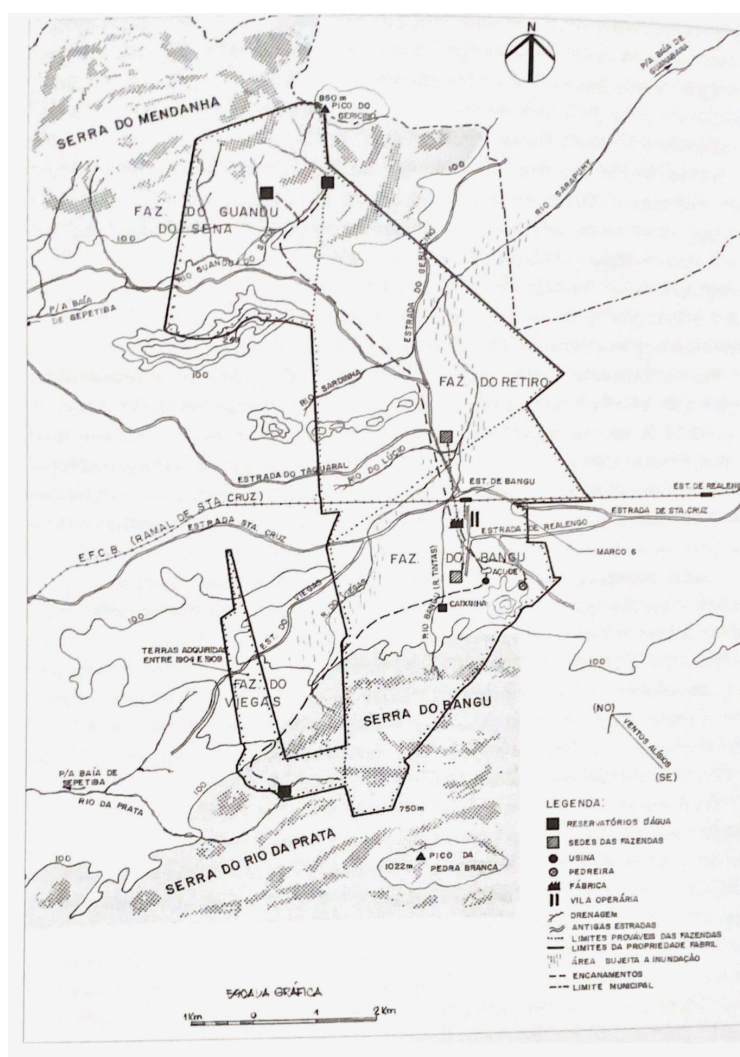


Figura 10: Mapa da constituição e organização da propriedade e territorial da CPIB.¹⁸⁷

¹⁸⁶ Ao longo dos anos, observa-se a presença de anúncios nos periódicos com relação aos terrenos do local, assim como em relação aos estabelecimentos ali já fixados. “Bons terrenos prontos para edificar no Bangu (Marco Seis) Estação da Estrada de Ferro Central próximo a importantíssima Fábrica de Tecidos”. *Jornal do Commercio*, 29 de setembro de 1895.

¹⁸⁷ Mapa da constituição e organização da propriedade territorial da CPIB (1889-1919). Organização: Márcio Piñon de Oliveira. Fontes: Arquivo da CPIB e arquivo particular de Manuel

O desenvolvimento de diferentes espaços no bairro pode ser observado ao longo dos anos na virada do século XIX e início do século XX. A partir da análise do mapa, que evidencia através da linha pontilhada, os prováveis limites das fazendas e a demarcação da propriedade fabril, que se estendem da Serra do Mendanha à Serra do Rio da Prata, nota-se como o bairro se expandiu além dessa delimitação geográfica inicial. Essa expansão revela o crescimento urbano e econômico da região, que ultrapassou as fronteiras originalmente estabelecidas pelas antigas fazendas, integrando novas áreas e modificando a dinâmica territorial ao longo do tempo. A região do Marco Seis no mapa está localizada ao sul, próxima à Estrada Santa Cruz e a Estação de Realengo, uma área que delimita a extensão das terras da Companhia, ajudando a definir os limites das propriedades e das áreas de influência da fábrica e suas atividades, uma vez que a área está localizada em uma zona de trocas entre áreas urbanas e rurais. O mapa apresentado acima mostra a dinâmica do bairro em meio ao seu processo de urbanização, e consequentemente revela outros espaços no bairro, localizados além da delimitação da fábrica e da vila operária, como a região do Marco Seis, a Estrada do Viegas, Estrada do Taquaral e demais localidades próximas a Estrada de Ferro. Embora a Companhia não tivesse poderes diretos para intervir na localidade, a fábrica iniciou a construção em terrenos de sua propriedade, uma “cooperativa monstro”- semelhante aos atuais supermercados, inclusive com serviços adicionais, estruturando assim, um estabelecimento comercial que beneficiava os moradores que tivessem vínculo empregatício com a fábrica.¹⁸⁸

Não era de se estranhar, portanto, que, em abril de 1906, a “estação de Bangu” fosse retratada nos periódicos a partir do reconhecimento de uma nítida divisão da população local. Sob o ponto de vista industrial, a região era vista como a mais importante do Distrito Federal, e a Fábrica Bangu, no jornal *O Paiz*, era elogiada pelos inúmeros benefícios que aquela “grande casa de trabalho” trazia a um dos locais mais “pitorescos da capital da República”. No entanto, a notícia enfatizava a divisão do bairro em duas povoações distintas: uma

Rodrigues de Moura. Apud OLIVEIRA, Marcio Piñon; FERNANDES, Nelson da Nóbrega (org.). *150 anos de subúrbio carioca*. Rio de Janeiro: Lamparina: Faperj: EdUFF, 2010, p.108.

¹⁸⁸ SEVERINO, Carlos Molinari Rodrigues. *Mestres estrangeiros; operariado nacional: resistências e derrotas no cotidiano da maior fábrica têxtil do rio de janeiro (1890 - 1920)*. Dissertação (Mestrado em História) —Universidade de Brasília, Brasília, 2015, p.83.

estabelecida pela fábrica, e outra formada por “ranchos” - uma denominação dada pelos próprios donos que construíram a habitação e por uma rua fiscalizada pela municipalidade, e que “por isso é a única abandonada”. A localidade desenvolvida pela fábrica é apresentada no jornal como uma área harmoniosa do bairro, com uma vila operária com ruas bem cuidadas, onde os trabalhadores estrangeiros vivem na “maior camaradagem” com os nacionais. Para além das propriedades da fábrica, no entanto, a “outra parte do bairro” é tratada como uma região predominantemente rural, com muitos sítios, ranchos e plantações que pertencem aos seus proprietários, onde alguns são operários e outros vivem da lavoura, ou de profissões diversas.¹⁸⁹ Mais do que uma simples divisão da população local, a notícia presente em *O Paiz* ressalta as diferenças entre os diversos espaços construídos em Bangu, sejam eles próximos ou distantes da fábrica, com características mais urbanas ou rurais, ao longo dos anos, o bairro se desenvolveu e foi moldado pelos distintos perfis de seus moradores.

A diversidade social de Bangu pode ser evidenciada pela própria lógica geográfica do bairro, onde existiam divisões claras de moradia e comércio entre os moradores. A existência de áreas como o Marco Seis, o comércio de Guilherme dos Santos, e a casa de líquidos e comestíveis de Luiz Mulica,¹⁹⁰ demonstram que, apesar das inúmeras estruturas criadas pela fábrica para controlar a dinâmica comercial e as relações sociais da região, os moradores desenvolveram seus próprios espaços e lógicas comerciais. Esses estabelecimentos independentes refletem a capacidade dos habitantes de Bangu de construir uma rede social e econômica diversa, que coexistia e, em alguns casos, competia com as imposições da fábrica, revelando a complexidade social e a autonomia que caracterizavam os moradores do bairro.

Ao longo de seu processo de desenvolvimento urbano, impulsionado pela instalação da fábrica, Bangu se consolidou assim como um espaço marcado por sua diversidade, tanto cultural quanto social. Distante da ideia de uma comunidade homogênea, o bairro rapidamente se tornou um ponto de encontro de pessoas provenientes de diferentes regiões, com origens e trajetórias que pouco tinham em

¹⁸⁹ “O Paiz nos Subúrbios”. *O Paiz*, 14 de abril de 1906.

¹⁹⁰ Os dois comerciantes citados no texto aparecem nas documentações referentes às infrações de posturas presentes no bairro. *Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, BR RJAGCRJ PDF INP 9.2.5.

comum. Essa mistura de trabalhadores, atraídos pela promessa de emprego na fábrica, assim como a presença de moradores com trabalhos distintos, construíram um espaço dinâmico, onde as diferenças culturais, sociais e econômicas coexistiam e, muitas vezes, se entrelaçavam. Bangu, portanto, expressava a complexidade de uma sociedade em transformação no início do século XX, mostrando-se como um espaço de diferenças.

2.2 Das diferenças aos conflitos

O fato de que Bangu, no início do século XX, fosse um local marcado pela diversidade social e étnica, abrigando trabalhadores de diferentes origens, se apresentava para os moradores locais como um desafio. Isso porque a convivência cotidiana dessa população heterogênea frequentemente resultava em tensões e disputas, tanto no ambiente de trabalho quanto na vida cotidiana. As diferenças culturais, sociais, aliadas às condições de trabalho adversas, alimentavam um clima de instabilidade, que por vezes resultava em conflitos e reivindicações. Foi o que ocorreu em setembro de 1901, em um conflito iniciado durante as comemorações de 20 de setembro - uma data significativa para os trabalhadores vindos da Itália, que celebravam a unificação do país. Durante as festividades, uma jovem italiana, designada para carregar a bandeira nacional brasileira, se recusou a cumprir essa tarefa. Em um gesto simbólico, ela deixou a bandeira jogada no chão, intensificando ainda mais as já existentes divisões e desentendimentos entre os diferentes grupos nacionais presentes no bairro.¹⁹¹ Apesar de um de seus compatriotas ter pego a bandeira e carregado na passeata, os operários nacionais reclamaram ao *Correio da Manhã* que a bandeira teria sido rasgada e seus retalhos jogados fora no momento em que passavam pelo Marco Seis.¹⁹² O desentendimento entre os moradores se agravou, no mesmo dia, após uma festa organizada pelos italianos, realizada no salão da Sociedade Musical Progresso do Bangu. Segundo o jornal *Gazeta de Notícias*, a entrada de brasileiros foi proibida, o que aumentou a tensão entre os grupos. A celebração, descrita como íntima, durou até a madrugada, e os trabalhadores italianos não compareceram ao trabalho nos dias 20, 21 e 22 de setembro,

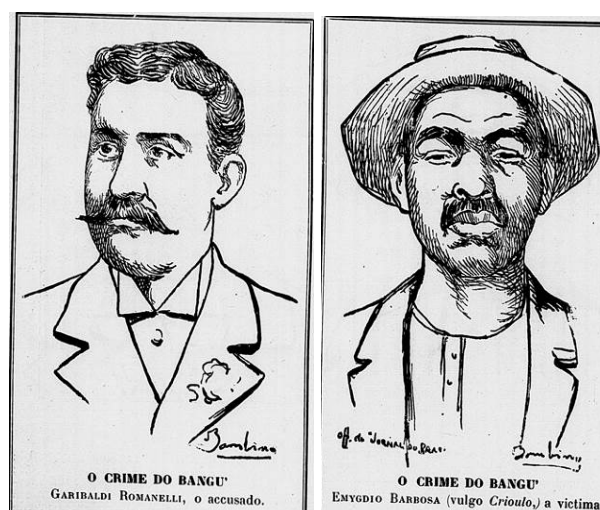
¹⁹¹ “Desordens do Bangú - Assassinato”. *Gazeta de Notícias*, 26 de setembro de 1901.

¹⁹² “Desordens do Bangú - Assassinato”. *Gazeta de Notícias*, 26 de setembro de 1901.

ampliando o descontentamento entre os diferentes grupos de operários no bairro.¹⁹³

Naturalmente, as repercussões do desfile se estenderam pelos dias seguintes no bairro. Como desdobramento deste episódio, no dia 23 de setembro surgiu uma questão entre um sapateiro italiano chamado Garibaldi Romanelli e o nacional Emygdio Barbosa, conhecido pelo vulgo de Emygdio Crioulo. Os dois, ao se encontrarem em uma casa de barbeiro no Marco Seis, se envolveram em uma discussão sobre o ocorrido durante as celebrações do dia 20 de setembro, levando a um confronto verbal que refletia as tensões e ressentimentos ainda presentes entre os moradores do bairro. Sentindo-se incapaz de enfrentar Emygdio, que era conhecido na região por sua valentia e destemor, Garibaldi decidiu recuar e se retirou para sua casa, que ficava próxima do local. Logo em seguida, ele retornou armado com um revólver. Com a arma em mãos, Garibaldi avançou contra Emygdio e disparou três tiros, fazendo com que ele caísse. Apesar dos ferimentos, Emygdio tentou se levantar e atacar Garibaldi, mas foi atingido por mais dois disparos, que o acertaram no peito e na cabeça, onde “mataram-no quase instantaneamente”.¹⁹⁴

As imagens dos envolvidos no “crime do Bangu”, sintomaticamente reproduzidas na *Revista da Semana*, revelam muito mais do que a figura de um assassino e uma vítima:



Figuras 11 e 12: *Revista da Semana*, 29 de setembro de 1901, p.12.

¹⁹³ “Desordens do Bangú - Assassinato”. *Gazeta de Notícias*, 26 de setembro de 1901.

¹⁹⁴ “Desordens do Bangú - Assassinato”. *Gazeta de Notícias*, 25 de setembro de 1901.

A figura de Garibaldi Romanelli, o italiano acusado do assassinato de Emygdio Barbosa (de evidentes traços negros) no caso amplamente referido como "crime do Bangu", ilustra um complexo conflito marcado por questões raciais e nacionais entre trabalhadores nacionais e italianos no bairro. Após o ato violento, Garibaldi fugiu e, ao voltar para casa, declarou: “acabo de matar um macaco”. Esse comentário, carregado de conotações raciais, refletiu e intensificou o ressentimento existente entre os trabalhadores afrodescendentes do bairro. Embora Garibaldi e Emygdio não fossem operários da mesma fábrica, e ambos tivessem a “pior reputação do local”, a notícia do crime se espalhou rapidamente pelo bairro.¹⁹⁵ Esse contexto ampliou os conflitos entre brasileiros e italianos na área, aumentando ainda mais a tensão na comunidade.

A morte de Emygdio foi o gatilho para a explosão de uma tensão que já se fazia presente no ambiente da própria fábrica, provocando intensas reclamações dos trabalhadores nacionais sobre os maus-tratos que vinham sofrendo nas mãos dos mestres ingleses e italianos que controlavam a produção. Como resposta, os operários nacionais entraram em greve, “até que o proletariado nacional fosse devidamente garantido pela diretoria da fábrica”.¹⁹⁶ As reportagens do *Correio da Manhã*, sob o título “Os sucessos de Bangu”, se estenderam por mais três dias. Através dos relatos, é possível observar a insatisfação de operários nacionais com relação aos trabalhadores estrangeiros – que, segundo eles, ocupavam posições superiores na fábrica. No dia 27 de setembro, um dos operários reclamava ao jornalista sobre os privilégios dados pelos mestres estrangeiros aos operários italianos:

Com esses dois, que são estrangeiros, é que eles contam. No mais, fiam-se os protocolos e indenizações. Eu decididamente, é que não voltarei à fábrica, enquanto isso não endireitar com honra para nós. Operário não quer dizer escravo!¹⁹⁷

A comparação feita pelo operário sobre o trabalhador nacional e o escravo, apenas treze anos após a abolição da escravidão no Brasil, aponta para a

¹⁹⁵ Garibaldi era sapateiro e morador local, e Emygdio morador do Marco Seis, foi despedido da fábrica há três anos por mau comportamento, tendo dois filhos empregados na fábrica na seção de fiação. “Desordens do Bangu - Assassinato”. *Gazeta de Notícias*, 26 de setembro de 1901.

¹⁹⁶ “Os sucessos de Bangu - Parede Pacífica”. *Correio da Manhã*, 26 de setembro de 1901.

¹⁹⁷ *Correio da Manhã*, 27 de setembro de 1901.

reivindicação dos trabalhadores da região por cidadania e igualdade. O relato dos trabalhadores nacionais sobre os cargos mais elevados ocupados por trabalhadores estrangeiros explicita uma tensão racial e nacional que permeia as relações entre os moradores locais de Bangu - assim como a dinâmica que permeia as relações de trabalho nas fábricas da época. Em grande parte, esta dinâmica estava dada pela distância que costumava separar os cargos exercidos por trabalhadores nacionais e estrangeiros. A pesquisa de Maria Alice Rosa Ribeiro sobre as condições de trabalho na indústria têxtil paulista entre 1870 e 1930 revela uma realidade em que a maior parte do operariado estava envolvida em atividades que não exigiam habilidades especiais. Essa dinâmica se reflete no caso de Bangu, onde a presença da Companhia Progresso Industrial do Brasil não apenas trouxe empregos para a localidade, mas também uma hierarquia visível entre os trabalhadores do bairro, reforçada pela contratação de mestres e contramestres europeus para ensinar os operários locais.¹⁹⁸ A situação do bairro, exemplificada pelo "crime do Bangu", revela as tensões geradas por sua diversidade social. Como resultado, as relações entre os trabalhadores do bairro eram frequentemente marcadas por rivalidades e disputas por reconhecimento e oportunidades, tanto dentro quanto fora do ambiente de trabalho.

Assim, ao problematizar a relação entre a estrutura hierárquica da fábrica e a vida cotidiana dos operários, é possível perceber, na comparação feita pelo operário sobre o trabalhador nacional e o escravizado, que os trabalhadores não apenas enfrentam a opressão do sistema fabril, mas também lutam para afirmar sua identidade e dignidade em meio a uma sociedade que frequentemente os segrega. Essa situação não apenas evidencia a insatisfação dos operários nacionais em relação à falta de oportunidades para ascender profissionalmente, mas também destaca um contexto em que a presença de trabalhadores estrangeiros é frequentemente associada a privilégios e à exclusão dos trabalhadores nacionais do acesso a posições de maior prestígio. A reclamação dos trabalhadores nacionais, portanto, não se limita a uma demanda por reconhecimento e valorização de suas habilidades, mas também reflete uma crítica mais ampla à desigualdade que se manifesta nas relações de trabalho, revelando como as

¹⁹⁸ RIBEIRO, Maria Alice R. *Condições de trabalho na indústria têxtil paulista (1870-1930)*. São Paulo: Hucitec/Unicamp, 1988, p. 132-146.

tensões raciais e nacionais moldaram a experiência cotidiana dos trabalhadores de Bangu.

Para além de um caso de assassinato no bairro, o conflito étnico ocorrido em 1901 exemplifica as lógicas de disputa que permeavam Bangu. A partir de suas diferenças culturais e sociais, os moradores agiam conforme seus interesses e desejos, gerando um espaço de tensões constantes entre os próprios trabalhadores. O episódio envolvendo o delegado da 3ª Urbana, Meira Dantas, e os operários evidencia o ambiente de disputas da época. O conflito chegou a tal ponto que, mesmo após libertar os envolvidos na “parede pacífica” algumas horas depois, Meira Dantas acabou solicitando sua exoneração. Isso se deve ao fato de que sua postura, ao negociar com os trabalhadores locais, desagradou o chefe da polícia, que, “enciumado” com a influência do delegado, agiu de forma a pressioná-lo a deixar o cargo. Esse desenlace revela como as tensões entre autoridades e operários afetavam as relações de poder.¹⁹⁹ As reclamações dos operários e os conflitos crescentes evidenciam como o perfil do bairro estava em disputa, com os trabalhadores manifestando-se publicamente por meio de paralisações e reivindicações na imprensa. Isso expõe uma realidade de negociações que contrastava com a imagem de harmonia frequentemente associada à comunidade operária de Bangu.

Frente às tensões resultantes de tal diversidade, o associativismo, refletido na proliferação de clubes dançantes e carnavalescos, foi um dos principais meios pelos quais os trabalhadores de Bangu trataram de organizar suas solidariedades e diferenças.²⁰⁰ A criação desses clubes evidencia a necessidade de construir novos vínculos sociais que fossem além do ambiente controlado pela fábrica, permitindo aos trabalhadores estabelecerem redes de convivência e lazer que atendiam suas próprias demandas e interesses. Esses espaços se tornaram fundamentais para o fortalecimento da comunidade local, proporcionando um ambiente onde a interação social podia ocorrer de maneira mais diversificada, contribuindo para a

¹⁹⁹ “Os sucessos do Bangu”. *Correio da Manhã*, 29 de setembro de 1901.

²⁰⁰ Leonardo Pereira observou que grande parte desse movimento era impulsionado pelas novas associações dançantes e carnavalescas que começaram a surgir aos montes em todos os bairros a partir das últimas décadas do século XIX. Compostas geralmente por 20 a 50 associados, quase todos trabalhadores de baixa renda, essas associações eram organizadas com base em laços de trabalho ou vizinhança e muitas vezes funcionavam na sala da casa de um dos membros. PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *A cidade que dança: clubes e bailes negros no Rio de Janeiro (1881-1933)*. 1. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2020 p. 11-12.

construção de uma identidade coletiva independente da influência direta da Companhia. Com essa finalidade, a cada ano um número crescente de novos clubes e sociedades do Rio de Janeiro, solicitava licença à polícia para funcionamento. Se em 1895 jornais como *O Paiz e Gazeta da Tarde* registravam 59 grupos licenciados, nove anos depois o *Jornal do Brasil* mostrava que esse número chegava a 134. A proliferação do associativismo na capital federal faria assim com que mais de 250 clubes do gênero solicitassem licença à polícia em 1919.²⁰¹

Diante da "febre dançante" que marcava os primeiros anos do século XX no Rio de Janeiro, engana-se quem supõe que o sistema cultural carioca ficou restrito às regiões centrais da cidade, muito pelo contrário, as manifestações culturais se espalharam por todo o território da capital. Como analisado por Alessandra Tavares, a participação dos moradores dos subúrbios no carnaval carioca também estava ligada à reivindicação e valorização de seus próprios espaços. Durante o século XX, com o surgimento das agremiações carnavalescas no Rio de Janeiro, os subúrbios se tornaram locais de construção de espaços de sociabilidade para a população negra, que, ao valorizar seus espaços de lazer, pavimentava o caminho para o protagonismo no associativismo recreativo. Ao longo do tempo, o associativismo no Rio de Janeiro, especialmente nos subúrbios, facilitou a construção de uma identidade cultural e social própria, destacando o papel das agremiações na sociabilidade e no protagonismo da população negra.²⁰²

Era o que aconteceria em regiões como Bangu. A primeira sociedade dançante fundada por trabalhadores do bairro, chamada Sociedade Recreativa Carnavalesca Flor da União, foi instaurada no dia 5 de março de 1899.²⁰³ Fundada na casa de nº 254 da Estrada Real de Santa Cruz, ela tinha um estandarte de cores preto, verde e vermelho, e uma diretoria composta por operários da fábrica de

²⁰¹ PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *A cidade que dança: clubes e bailes negros no Rio de Janeiro (1881-1933)*. 1. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2020 p. 11-12.

²⁰² De acordo com Alessandra Barbosa, as trajetórias e experiências negras no Rio de Janeiro estão intimamente ligadas às práticas sociais de um "associativismo negro com bases raciais", semelhante ao paulista durante a Primeira República, onde libertos e seus descendentes fundaram agremiações recreativas, religiosas e sociais. BARBOSA, Alessandra T.S.P. *A escola de samba "tira o negro do local da informalidade": agências e associativismos negros a partir da trajetória de Mano Eloy (1930-1940)*. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2018. p.209-210.

²⁰³ "Carnaval S. R. C. Flor da União". *Jornal do Brasil*, 17 de fevereiro de 1908.

tecidos do Bangu.²⁰⁴ Fernando João Machado, presidente da sociedade recreativa, era uma figura central em diversas atividades na região. Em 1901, o *Jornal do Brasil* destacou sua proximidade com a fábrica ao relatar seu agradecimento pelo almoço oferecido por Eduardo Gomes Ferreira, diretor da fábrica, “com as maiores atenções e delicadezas” aos sócios e operários da sociedade recreativa.²⁰⁵ Além de suas atividades na sociedade dançante, Machado também se envolvia em outros papéis comunitários: atuava como alferes na Guarda Nacional,²⁰⁶ participou da comissão que negociou o conflito étnico em Bangu em setembro de 1901,²⁰⁷ e presidiu a Sociedade Musical do Marco 6, um grupo musical local.²⁰⁸ Seguindo este modelo, foram assim criadas mais de 20 associações recreativas no bairro entre 1904 e 1920.²⁰⁹

Tais associações, formadas principalmente por trabalhadores de baixa renda e baseadas em laços de trabalho ou vizinhança, desempenharam um papel central na vida social do bairro. Elas promoviam eventos de lazer, como bailes, e eram uma forma de os moradores reivindicarem e valorizarem seus próprios espaços culturais. Mais do que simples espaços recreativos, no entanto, elas ofereciam aos seus sócios atividades que muitas vezes iam além do lazer - como demonstrado em março de 1908, quando a diretoria da “distinta sociedade” do grupo Flor da União apareceria no *Tribuna Espírita* por receber, em sua sede, membros da quarta conferência espírita realizada pelo periódico em questão. A recepção generosa e calorosa com que os diretores do Flor da União receberam os membros do grupo espírita evidenciava para uma realidade do bairro muito distinta da que permeou o conflito religioso ocorrido em 1895.²¹⁰ Assim, a situação envolvendo a conferência espírita evidencia, mais uma vez, uma diversidade social e religiosa no bairro, onde muitos moradores buscavam meios e espaços para professar sua fé, ressaltando a multiplicidade do espaço recreativo

²⁰⁴ Como Manoel Carreira de Medeiros, Ibrahim da Cruz Tavares e Manoel Pereira de Lima. “No Bangu”. *O Paiz*, 9 de fevereiro de 1907.

²⁰⁵ “Bangu- agradecimento”. *Jornal do Brasil*, 19 de fevereiro de 1901.

²⁰⁶ “Guarda Nacional”. *Jornal do Brasil*, 7 de setembro de 1903.

²⁰⁷ “Desordens em Bangu - volta ao trabalho”. *Gazeta de Notícias*, 28 de setembro de 1903.

²⁰⁸ “Sport - Atletismo”. *Correio da Manhã*, 25 de outubro de 1907.

²⁰⁹ DE MIRANDA PEREIRA, Leonardo Affonso. The Flower of the Union: Leisure, Race, and Social Identity in Bangu, Rio de Janeiro (1904–1933). *Journal of Social History*, v. 46, n. 1, p. 154-169, 2012, p. 155.

²¹⁰ Para saber mais sobre a perseguição religiosa aos “não católicos” em Bangu, ver “Liberdade Religiosa”. *O apóstolo*, 1 de setembro de 1895.

como um ambiente que favorecia a afirmação dessas práticas religiosas na região.²¹¹

Menos de um ano depois da fundação do primeiro clube carnavalesco do bairro, outro grupo recreativo foi ali fundado com a mesma finalidade. Criada em 1900, a Sociedade Recreativa Carnavalesca Flor da Lira, com estandarte de cores verde e amarelo,²¹² tinha sua sede na Rua Sorocaba nº29, próximo ao Marco 6 – ponto central do bairro.²¹³ A regularização do grupo ocorreu no dia 8 de março de 1903, a partir da constituição de seus estatutos. Tendo como finalidade a promoção de reuniões familiares carnavalescas dançantes, o objetivo do grupo era promover encontros de dança durante o carnaval. Para fazer parte, os sócios precisavam ter bom comportamento, independentemente de sua nacionalidade ou profissão, mas deveriam estar relacionados à sua arte, ofício ou emprego. Apesar de manter um padrão social para a participação do grupo, o Flor da Lira mostrava-se aberto para as pessoas de diversas origens e ocupações.²¹⁴

No mesmo ano em que seus estatutos foram regularizados, o grupo carnavalesco Flor da Lira enfrentou um contratempo significativo. Em 8 de dezembro de 1903, o delegado da 3ª Circunscrição Suburbana solicitou a cassação de sua licença. Esse pedido veio após os sócios do grupo terem circulado sem permissão pela área de Santíssimo, o que resultou em um conflito sério com moradores italianos da região. Embora o inspetor tenha conseguido conter o confronto entre os trabalhadores e evitar consequências mais graves, o incidente expôs as rivalidades e tensões sociais na região, refletindo as disputas por espaço e reconhecimento entre os diferentes grupos de trabalhadores – o que não impediria, contudo, que o grupo buscasse uma reconsideração da decisão em janeiro de 1904, conseguindo de volta a sua licença.²¹⁵

Ao longo dos anos, os sócios dos grupos recreativos do bairro construíram suas próprias normas e lógicas de ação, que expressavam as solidariedades que lhes serviam de base. Devido às semelhanças entre eles e à proximidade dos

²¹¹ O grupo Flor da União tinha em sua diretoria nomes como: Victor Hugo Ribeiro, Lindolpho Fagundes dos Santos e Felisberto Fagundes dos Santos. “Carnaval”. *Jornal do Brasil*, 17 de fevereiro de 1908; “Quarta conferência”. *Tribuna Espírita*, 31 de março de 1908.

²¹² “No Bangu”. *O Paiz*, 9 de fevereiro de 1907.

²¹³ “Estatutos do Grêmio Carnavalesco Flor da Lyra” (1903). *Arquivo Nacional*, GIF 6c 128.

²¹⁴ A contribuição do sócio no grupo era de 2 mil réis mensais; “Estatutos do Grêmio Carnavalesco Flor da Lyra” (1903). *Arquivo Nacional*, GIF 6c 128.

²¹⁵ *Arquivo Nacional*, GIF 6c 128.

sócios, seja por trabalho ou vizinhança, alguns grupos recreativos do bairro realizavam ações conjuntas. Um exemplo disso ocorreu durante o carnaval de 1901, quando os grupos carnavalescos Flor da Lira e Flor da União anunciaram nos jornais que, no dia 17 de fevereiro, iriam percorrer as ruas do centro da cidade para visitar colegas de outros grupos.²¹⁶

Embora compartilhassem semelhanças e frequentassem atividades em conjunto, isso não quer dizer que as relações entre as associações recreativas não fossem marcadas por diferenças e rivalidades que influenciavam a sua organização. Além de afirmar certa identidade entre seus sócios, os clubes se tornaram um canal de organização das diferenças entre os diversos grupos sociais do bairro. Era o que mostrava a rivalidade entre dois grupos de grande destaque do bairro: o Flor da União e o Flor da Lira. No Carnaval de 1902, o *Jornal do Brasil* documentou o início dessa acirrada rivalidade entre estas duas sociedades recreativas carnavalescas em Bangu. Segundo o jornal, a tensão entre os dois grupos começou quando o Flor da União foi premiado com uma coroa de flores e elogiado por Francisco Teixeira, redator do periódico. A direção do Flor da Lira, insatisfeita, questionou a legitimidade de Teixeira para julgar qual grupo merecia o título de melhor do Carnaval de 1902, chegando a duvidar da própria existência do redator.²¹⁷ Essa divergência deixou claro que, embora as sociedades tivessem propósitos recreativos semelhantes, as duas sociedades logo foram descritas pela imprensa como rivais e “inimigas entre si”, devido a antigas disputas que levavam seus membros a frequentemente se confrontarem nas ruas do bairro.²¹⁸

A rivalidade entre os dois grupos não se limitava, porém, às festas carnavalescas. Em novembro de 1902, a animosidade se intensificou quando membros do Flor da União agrediram violentamente os sócios do Flor da Lira.

²¹⁶ “Carnaval”. *Jornal do Brasil*, 10 de fevereiro de 1902.

²¹⁷ “O. G. Flor da Lira do Bangu”. *Jornal do Brasil*, 11 de fevereiro de 1902.

²¹⁸ A partir do relato presente no livro de comemoração aos 100 anos de fundação da Fábrica Bangu, de um antigo morador do bairro, Dioclécio Nunes Machado, nota-se a presença na memória dos moradores do bairro sobre a rivalidade entre os dois grupos: “O Carnaval naquele tempo era uma beleza! Logo na véspera vinha todo o mundo ver na estação os estandartes das sociedades. E quando chegava o dia era a maior disputa entre o pessoal da “Lira” e o da “União”. Havia máscaras, lança-perfume, jogava-se confete. No Cassino, ainda me lembro, os pés da gente ficavam escondidos no meio dos confetes. E tinha fantasias (dominós, colombinas) e muitos blocos, muitos foliões... o Juca Barros, as irmãs mulatas, a Leocádia... A “Lira” saía com a flor da moçada de Bangu, as moças da fábrica, todas elas. O Carnaval de Bangu nem se descreve de tão bonito que era!”. SILVA, Gracilda Alves de Azevedo. *Bangu 100 anos: a fábrica e o bairro*. Rio de Janeiro: Sabiá Produções Artísticas, 1989, p.111; “Entre Flores”. *Jornal do Brasil*, 12 de novembro de 1902.

Segundo uma acusação formalizada na justiça, enquanto o Flor da Lira realizava uma assembleia em sua sede na noite de 9 de novembro, foram inesperadamente atacados por muitos sócios do Flor da União, que, a mando de sua diretoria, arremessaram objetos contra a sede, causando danos materiais significativos. O conflito deixou sete feridos, sendo seis deles membros do Flor da Lira.²¹⁹ Em depoimento, Fernando João Machado, presidente do Flor da União, admitiu o ataque, mas alegou que foi uma retaliação a ofensas e conflitos anteriores.²²⁰ Na indicação do caráter permanente da disputa, uma nova briga entre os sócios dos dois clubes apareceria nos jornais em fevereiro do ano seguinte. O *Jornal do Brasil* informaria aos seus leitores que a rivalidade envolvendo os dois grupos causaria um “conflito sério entre os populares” no Marco 6. De acordo com o periódico, ao comparecer no local do conflito físico com “navalhadas” e armas de fogo, o inspetor da 3ª circunscrição suburbana foi agredido pelos infratores, e algumas prisões foram efetuadas logo em seguida.²²¹ Apesar do confronto noticiado, tanto a diretoria do Flor da União quanto a do Flor da Lira declararam à imprensa nos dias seguintes que não tomaram parte em nenhum tipo de embate na região. Mesmo reconhecendo que de fato houve um desentendimento no local onde o inspetor foi ferido, os mesmos negam qualquer tipo de envolvimento.²²² Diante do antagonismo entre os dois grupos, não era de se estranhar que menos de dois meses após o “suposto conflito” do Marco 6, a direção do Flor da Lira prestasse queixa e abrisse um inquérito contra o Flor da União.²²³ Aos gritos de “queima, queima”, os membros do Flor da Lira denunciavam a agressão e estragos produzidos pelos membros da Flor da União em sua sede.²²⁴

Embora a imprensa e os registros judiciais não esclareçam os detalhes das ofensas ou a verdadeira origem do antagonismo, moradores do bairro lembravam que havia uma diferença básica entre os frequentadores dos dois grupos, que alimentava aquela rivalidade: enquanto o Flor da Lira seria um clube composto majoritariamente por brancos, o Flor da União era um clube constituído

²¹⁹ “Entre Flores”. *Jornal do Brasil*, 12 de novembro de 1902.

²²⁰ *Arquivo Nacional*, 15ª Pretoria do Rio de Janeiro, CODES 7H335, 1903.

²²¹ “Grave conflito”. *Jornal do Brasil*, 24 de fevereiro de 1903.

²²² “Bangu”. *Jornal do Brasil*, 25 de fevereiro de 1903; “Bangu”. *Jornal do Brasil*, 26 de fevereiro de 1903.

²²³ “Seção forense”. *Jornal do Brasil*, 16 de abril de 1903.

²²⁴ *Arquivo Nacional*, 15ª Pretoria do Rio de Janeiro, CODES 7H335, 1903.

“basicamente por negros”.²²⁵ Essa característica fazia com que, dentre os diretores do clube, aparecessem com destaque figuras como José Gomes Carregal, que assumiu sua presidência em 1906. Tratava-se do irmão de Francisco Carregal, um dos primeiros jogadores negros do time do Bangu A.C.²²⁶ Embora nenhum dos dois clubes definisse em seus estatutos restrições raciais para a aceitação de novos sócios, nota-se assim uma significativa diferença racial na composição das duas sociedades

Para além do perfil racial de seus sócios, tais diferenças se afirmavam também no tipo de prática recreativa e carnavalesca que passavam a promover. Enquanto as descrições sobre Flor da Lira destacavam seus “ricos estandartes verdes e amarelo”, descritos pelos grandes jornais como um dos “mais chiques” entre os clubes cariocas,²²⁷ o Flor da União era apresentado através de suas “tradições por demais conhecidas”, “danças complicadíssimas” e “harmoniosas chulas” - evidenciando a partir de seus desfiles, uma aproximação mais clara em relação às culturas negras.²²⁸ Era o que mostravam em um desfile em fevereiro de 1902, onde os membros do Flor da União se exibiram pelas ruas vestidos de índios, cantando e batucando, o que despertou a atenção dos redatores do jornal. Eles entoavam versos como: “O velho vulcão/ É o rei da Terra/ Içou bandeira/ Declarou guerra/ Seu general/ já vou-me embora/ A Flor da União/ Meu caboclo chora”.²²⁹ As práticas do grupo atreladas à cultura negra não se restringiram, no entanto, ao carnaval de 1902. Quatro anos depois, os membros da Flor da União continuaram a se destacar nos periódicos, “deferindo trovas, num zabumbar impenitente”, com suas danças e tradições que já eram bem conhecidas no bairro.²³⁰

²²⁵ SILVA, Gracilda Alves de Azevedo. *Bangu: a fábrica e o bairro. Um estudo histórico (1889-1930)*. Dissertação (Mestrado em História Social) - Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1985, p.252.

²²⁶ GIFÍ 6c 171; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *Footballmania: uma história social do futebol no Rio de Janeiro, 1902-1938*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Hucitec, 2024, p. 84.

²²⁷ “Grupos e máscaras”. *O Paiz*, 15 de fevereiro de 1904.

²²⁸ “Grupos Carnavalescos”. *Jornal do Brasil*, 8 de março de 1905. Sobre o conflito entre os dois grupos carnavalescos, ver: DE MIRANDA PEREIRA, Leonardo Affonso. “The Flower of the Union: Leisure, Race, and Social Identity in Bangu, Rio de Janeiro (1904–1933)”. *Journal of Social History*, v. 46, n. 1, p. 154-169, 2012.

²²⁹ “Carnaval”. *Jornal do Brasil*, 10 de fevereiro de 1902.

²³⁰ *Correio da Manhã*, 27 de fevereiro de 1906.

Com diferentes feições, culturas e costumes, os trabalhadores de Bangu tinham assim no associativismo recreativo uma forma de expressar sua diversidade – revelando assim tensões e negociações que surgiram na convivência dos próprios habitantes, que se tornavam elementos fundamentais nas experiências dos moradores ao organizarem suas próprias diferenças dentro do bairro.²³¹ Frente às marcantes diferenças sociais, étnicas e culturais entre seus moradores, o associativismo recreativo desempenhou um papel crucial na organização das diferenças e na mitigação dos conflitos de um bairro que cresceu rapidamente em poucos anos. Essas associações recreativas não apenas promoveram o lazer, mas também criaram espaços de convivência onde as identidades culturais dos moradores do bairro puderam se afirmar. Os sócios dessas organizações construíram entre si, um senso de pertencimento, realizando festas, danças e celebrações que refletiam a diversidade étnica da região. O associativismo recreativo tornou-se, assim, um mecanismo importante para lidar com as tensões sociais geradas pelo desenvolvimento urbano na região, ajudando com isso a organizar e mitigar suas diferenças.

2.3 As harmonias possíveis

Apesar das inúmeras questões ligadas às disputas e à diversidade de moradores em Bangu, casos como o do Flor da União e do Flor da Lira sugeriam que o associativismo recreativo se mostrava, para eles, um meio de expressar e organizar tanto suas diferenças quanto seus laços de solidariedade. Em vista disso, a proliferação de grupos recreativos no "populoso e importante bairro de operários" continuou nos anos seguintes, refletindo essa necessidade de organização social – resultando na criação de clubes como o Grêmio Carnavalesco Estrela da Aurora, fundado em dezembro de 1905 no Marco 6, com sede na Estrada Real de Santa Cruz, nº 266.²³² Sua criação tinha como objetivo promover festejos para seus associados, desde que fossem “morais e honestos”. Significativamente, no entanto, aos poucos alguns desses clubes passavam a reivindicar uma identidade mais ampla, ligada ao próprio bairro. Era o caso de

²³¹ PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *A cidade que dança: clubes e bailes negros no Rio de Janeiro (1881-1933)*. 1. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2020 p. 112-116.

²³² “No Bangu”. *O Paiz*, 9 de fevereiro de 1907.

clubes como Grêmio Recreativo Banguense, o Flores de Bangu e o Pelintras de Bangu.²³³ Ao fazê-lo, os membros dessas associações apontavam para um processo progressivo de identificação mais ampla dos moradores locais com a localidade, que se afirmava progressivamente ao longo dos primeiros anos do século XX.

Como sugeria a notícia que abriu esse capítulo, a primeira e maior expressão coletiva deste sentimento barrial se deu em abril de 1904, quando foi fundado no bairro o clube esportivo Bangu Athletic Club. O futebol teve o início de sua história no Brasil nos primeiros anos do século XX. Com caminhos diversos de afirmação, a prática esportiva surge no Rio de Janeiro como uma ocupação moderna. A nova atividade física trazida pelos europeus para o Brasil aparecia, do ponto de vista das elites do período, como um “fidalgo esporte”, associado à modernidade e higiene que se tentava então afirmar para a jovem República brasileira. Seus primeiros anos seriam marcados assim pela construção dessa imagem na imprensa, que noticiava e valorizava a fundação de vários clubes para a prática do esporte nos bairros mais elegantes da cidade.²³⁴

Foi nesse contexto que alguns trabalhadores estrangeiros da fábrica fundaram, no dia 17 de abril de 1904, em uma casa emprestada pela Fábrica Bangu na Rua Estevão, o Bangu Athletic Club.²³⁵ Sobre as origens do clube, Leonardo Pereira afirma que inicialmente a direção da fábrica não parecia muito disposta a apoiar a atitude dos trabalhadores em fundar um grupo esportivo semelhante ao que conheciam em seu país de origem. No entanto, a imagem aristocrática vinculada a clubes como o Fluminense, por exemplo, acabou por convencê-la a apoiar a empreitada.²³⁶ Como resultado, o clube, criado por iniciativa dos trabalhadores, desde o início já contava com o apoio esperado da

²³³ *Arquivo nacional*, GIF1 IJ 6 693, IJ6 692, IJ 6 789.

²³⁴ Ao analisar os limites dessa ideia, Leonardo Pereira mostra como a memória do futebol no Brasil, que tem por base a produção do jornalista Mario Filho, frequentemente se concentrou nos clubes mais ricos, marginalizando as narrativas de clubes menos favorecidos e suas comunidades. PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *Footballmania: uma história social do futebol no Rio de Janeiro, 1902-1938*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Hucitec, 2024, p. 21.

²³⁵ Estavam presentes: John Stark, Fred. Jacques, Clarence Hibbs, Thomas Hellowell, José Soares, William Procter, William Hellowell, William French, Segundo Maffei e Andrew Procter. Ver: *Ata de Fundação, The Bangu Athletic Club*, 1904.

²³⁶ Como por exemplo a presença dos diretores das seções de dobração e teares, e de alvejamento, Thomas Hellowell e James Hartley. PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *Footballmania: uma história social do futebol no Rio de Janeiro, 1902-1938*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Hucitec, 2024, p.40- 41.

fábrica para sua implementação. Além do local onde foi feita a reunião ter sido emprestado pela direção da Companhia, foi resolvido nesse mesmo encontro que o John Stark, um dos trabalhadores presentes na reunião, pedisse a João Ferrer, diretor da fábrica, o pano de cores branca e encarnada, necessário para fazer o uniforme do time. A estreita ligação do clube com a fábrica também seria vista na escolha da diretoria do clube, a eleição para diretoria do clube aconteceu no mesmo dia da fundação, sendo João Ferrer nomeado para ser o presidente honorário do time.²³⁷

Apesar da presença majoritária de trabalhadores estrangeiros na sua implementação, a necessidade de assistência por parte da fábrica e a composição social variada no bairro fizeram com que a estrutura do time se modificasse rapidamente. Na própria reunião de fundação, no dia 17 de abril de 1904, os participantes afirmavam a importância de divulgar a fundação o clube nos jornais, e “também anunciar na Fábrica, convidando os rapazes de entrar como sócios”, apontando para uma possibilidade de admissão no clube de trabalhadores de outras origens.²³⁸ Como resultado, o clube, proposto de início por trabalhadores estrangeiros, acabou por se estender a todos os trabalhadores da fábrica, inclusive os negros. O próprio valor da joia para o ingresso no Bangu A. C. era o indicativo de uma abertura a trabalhadores menos especializados. De acordo com Pereira, o valor da mensalidade estipulada pelo clube de 2\$000 como joia para ingresso e 1\$000 mensais, contra 5\$000 cobrados pelo Fluminense no mesmo período – mostrando se tratar de uma associação muito mais acessível a trabalhadores de baixa renda. Ao ser retratado nos periódicos como um time formado por operários da fábrica de tecidos, composto por “homens de trabalho, fortes, alegres, bons companheiros, verdadeiros sportsmans”,²³⁹ e estar associado a prática de “todos os sports tendentes a desenvolver o físico e o moral dos operários da companhia a

²³⁷ A organização do clube teria como finalidade a prática de esportes de origem inglesa, como “foot-ball, cricket, lawn-tennis e outros jogos variados”, apontando a partir de seus estatutos, um dos objetivos principais do clube esportivo estar destinado ao divertimento dos trabalhadores de origem britânica da fábrica. “Ata da sessão de 17 de abril de 1904”, *Livro de atas das sessões da diretoria do Bangu A. C.* - 17.04.1904 - 26.10.1906.

²³⁸ “Ata da sessão de 17 de abril de 1904”, *Livro de atas das sessões da diretoria do Bangu A. C.* - 17.04.1904 - 26.10.1906.

²³⁹ “Sport”. *Jornal do Commercio*, 20 de julho de 1904.

que pertencem”;²⁴⁰ o clube revelava desde o início, o interesse da fábrica de que a prática esportiva também fosse executada por outros grupos de operários.

A abertura de participação para trabalhadores menos especializados já aparecia na segunda assembleia do clube, em que eram aceitos como sócios “operários” como Bernardino Brito, José Araújo, Roldão Maia, Antônio Bernardino e “outros que não tinham nomes ingleses da maior parte dos fundadores”.²⁴¹ Nesta mesma assembleia, feita no dia 4 de abril de 1904, define-se a obrigatoriedade de ser empregado da companhia para ser sócio do clube, e que, “se um sócio saísse da Companhia por mal comportamento tem de deixar de fazer parte do clube, porém, se saísse por sua livre vontade, não havendo nada contra a sua caráter, pode continuar a ser sócio do Club”.²⁴² Como resultado, o time tornou-se um símbolo de orgulho para a população de Bangu, composta então de pouco mais de 6.000 moradores. Em 1906, um cronista do jornal *O Paiz* destacou como o clube despertava grande entusiasmo entre os residentes locais, ressaltando a proximidade geográfica e emocional entre o time e a comunidade.²⁴³

A opção por ampliar a base social do clube para trabalhadores de baixa renda, se aumentou a penetração e importância do clube dentro do bairro, acabou, porém, por gerar um problema que ajudaria a reforçar uma identidade comum entre diferentes trabalhadores do bairro. O ano de 1905 marcou a história do futebol no Rio de Janeiro com a criação da Liga de Football do Rio de Janeiro, criada em uma reunião na sede do Fluminense em 8 de julho, com representantes

²⁴⁰ “Sport”. *Jornal do Commercio*, 17 de junho de 1904. Apud PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *Footballmania: uma história social do futebol no Rio de Janeiro, 1902-1938*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Hucitec, 2024, p.41.

²⁴¹ São os nomes dos seguintes operários que o secretário propôs para sócios do clube: Srs. João da Silva, Bernardino Brito, Roldão Maia, César Bachilini, Onofre Lages, Gastão Bonfim, José Araújo e Antônio Bernardino, os quais foram aceitos com exceção de César Bachilini, porque, não sendo ele operário da Fábrica, não pode ser sócio do Club. “Ata da sessão de 24 de abril de 1904”, *Livro de atas das sessões da diretoria do Bangu A. C.* - 17.04.1904 - 26.10.1906. PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *Footballmania: uma história social do futebol no Rio de Janeiro, 1902-1938*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Hucitec, 2024, p.41-42.

²⁴² “Ata da sessão de 24 de abril de 1904”, *Livro de atas das sessões da diretoria do Bangu A. C.* - 17.04.1904 - 26.10.1906.

²⁴³ De acordo com o relato de um cronista do jornal *O Paiz* em 1906, o que mais “entusiasmo desperta” entre os moradores de Bangu era o clube esportivo da região. Ao afirmar que na fronteira com a fábrica fica a “grande arena destinada a jogo de football, para o qual concorrem aos domingos, muitos sportmans aqui do centro da cidade”, o redator mostrava ao longo de sua crônica, a relação próxima - tanto geograficamente como emocionalmente, que os habitantes do bairro tinham com o clube esportivo. “O Paiz nos Subúrbios”. *O Paiz*, 14 de abril de 1906.

do Botafogo, Athletic and Football Club, Bangu e Fluminense.²⁴⁴ A liga foi estabelecida para organizar a prática esportiva na cidade e deu início ao primeiro campeonato de futebol em 1906.²⁴⁵ Àquela altura, no entanto, o time do Bangu contava com uma equipe muito diferente daquela dos outros clubes da Liga, em geral compostos dos filhos das famílias de posses da cidade. Esta diferença se expressava na própria imagem da equipe, em uma fotografia de 1905:



Figura 13: O time do Bangu em 14 de maio de 1905.²⁴⁶

Ao incluir no seu time não apenas jogadores ingleses, italianos e portugueses, mas também um brasileiro como Francisco Carregal – que aparece ao centro da imagem segurando uma bola – o Bangu A.C. mostrava incorporar a seus quadros jogadores negros como ele.²⁴⁷ A presença de Francisco Carregal, o

²⁴⁴ “Sport”. *O Malho*, 7 de outubro de 1905.

²⁴⁵ PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *Footballmania: uma história social do futebol no Rio de Janeiro, 1902-1938*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Hucitec, 2024, p.78.

²⁴⁶ O time do Bangu em 14 de maio de 1905, antes da partida contra o Fluminense no campo da fábrica: da esquerda para a direita, última fila: José Villas Boas (Presidente), Frederick Jacques e João Ferrer (Presidente Honorário); fila do meio: César Bochialini, Francisco de Barros, John Stark, Dante Delocco e Justino Fortes; fila da frente: Segundo Maffeu, Thomas Hellowell, Francisco Carregal, William Procter e James Hartley. Apud MOLINARI, CARLOS. *Nós é que somos banguenses*. 1. ed. Brasília: Ícone editora, 2011, p.20.

²⁴⁷ Neste mesmo ano o time do Bangu tinha em sua equipe cinco ingleses: Frederick Jacques, John Stark, William Hellowell, William Procter e James Hartley; três italianos: César Bochialini, Dante Delocco e Segundo Maffeu; dois portugueses: Francisco de Barros -guarda da fábrica, e Justino Fortes; e um brasileiro, Francisco Carregal.

único brasileiro no time de 1905,²⁴⁸ já evidenciava desde cedo a "proletarização" do clube, que se conectava cada vez mais com os trabalhadores da fábrica.²⁴⁹ Como resultado, as reclamações dos outros clubes sobre a presença do Bangu na Liga começaram a aparecer com certa frequência. Elas se voltavam, de início, à distância que separava o bairro do centro urbano da cidade - onde até mesmo alguns convites de jogos amistosos foram recusados pelos sócios de outros times - como aconteceu em 1906, com o time do Botafogo.²⁵⁰ Do mesmo modo, começaram aos poucos a surgir queixas sobre o comportamento menos educado de sua torcida, que não estaria de acordo com as normas esperadas aos verdadeiros sportmans. Ao não compartilharem os mesmos valores nobres atribuídos ao esporte pelos sócios de outros clubes, os componentes do Bangu eram percebidos como um corpo estranho dentro da liga.²⁵¹ Mais grave do que tudo isso seria aos olhos dos membros dos clubes congêneres seria, no entanto, esta presença negra nos seus quadros. Do desconforto com esta presença resultava, em 1907, uma regra incluída nos estatutos da Liga que tinha como alvo claro o Bangu A. C:

A diretoria da Liga, em sessão de hoje, resolveu por unanimidade de votos que não serão registrados como amadores nesta Liga as pessoas de cor. Para os fins convenientes ficou deliberado que a todos os clubes filiados se oficiasse nesse sentido a fim de que cientes dessa resolução de acordo com ela possam proceder.²⁵²

Ao proibir a presença negra nos grupos esportivos que fizessem parte da liga, a lógica da exclusão da associação se tornava bem clara com relação ao perfil social dos “verdadeiros sportmans”. Em proteção aos seus próprios sócios, Bangu se desliga da Liga Metropolitana - onde seu primeiro-secretário, Andrew Procter, ao se reportar sobre a saída do clube ao *Gazeta de Notícias*, afirma estar

²⁴⁸ Sobre Francisco Carregal, ver os dados de seu registro de casamento em "Francisco Carregal and Noemia Da Costa Araujo - Brasil, Rio de Janeiro, Registro Civil, 13ª Circunscrição", em Family Search (<https://www.familysearch.org/ark:/61903/1:1:KFS-D-R8D>, consultada em 15 de julho de 2024).

²⁴⁹ PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *Footballmania: uma história social do futebol no Rio de Janeiro, 1902-1938*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Hucitec, 2024, p.83.

²⁵⁰ “Ata sessão da diretoria de 20 de agosto de 1906”, *Botafogo F. C.* - Atas da diretoria - 04.07.1905 - 14.12.1906. Apud PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *Footballmania: uma história social do futebol no Rio de Janeiro, 1902-1938*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Hucitec, 2024, p.84.

²⁵¹ Sobre os conflitos e normas esperadas sobre os verdadeiros *sportman*, ver PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *Footballmania: uma história social do futebol no Rio de Janeiro, 1902-1938*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Hucitec, 2024.

²⁵² “Foot-Ball - Bangu Athletic Club”. *Gazeta de Notícias*, 18 de maio de 1907.

“muito feliz por ter saído de tal agremiação, à qual não cogita voltar”.²⁵³ Tal atitude revela uma solidariedade entre os trabalhadores locais que ia na direção contrária de suas disputas cotidianas. Se era por critérios raciais que muitas vezes se distinguiram nos clubes carnavalescos, o Bangu A.C. se convertia assim em representante de todos os trabalhadores do bairro. O time do Bangu se consolidava-se, assim, como representante de todo o bairro, em sua diversidade – como sugeriam imagens do time como uma fotografia tirada em 1917:



Figura 14: Time do Bangu antes da partida contra o Vila Isabel, na Rua Ferrer. Da esquerda para a direita, em pé: Luiz Antônio, Edgar Calvert, Américo Pastor, James Stirling, Antônio Godoy e Patrick Donohoe. Sentados: Achilles Pederneiras, Feliciano Machado, Archibald French, Benedicto Dantas e Antenor Corrêa.²⁵⁴

Em 1917, o time de Bangu refletia a heterogeneidade social da região, com uma composição diversa de jogadores. Entre eles, estavam filhos de imigrantes europeus, como Archibald French, filho do ex-presidente do clube William French, e jogadores negros, como Luiz Antônio da Guia, Américo Pastor, Antônio Godoy e Feliciano Machado. Essa diversidade dentro da equipe era um reflexo das diferentes histórias que compunham o bairro, mostrando como o futebol se tornava um espaço de inclusão e identidade local. Como resultado dessa identidade ampla formada ao redor do Bangu A.C., ele se consolidaria como um espaço propício à prática do futebol por parte de jogadores negros. Isso marcaria,

²⁵³ “Gazeta dos Sports”. *Gazeta de Notícias*, 26 de junho de 1907.

²⁵⁴ Apud MOLINARI, CARLOS. *Nós é que somos banguenses*. 1. ed. Brasília: Ícone editora, 2011, p.57.

pelos anos seguintes, uma singularidade do Bangu. Desde o início da prática do futebol no Rio de Janeiro, a tensão étnica em meio aos campos de futebol sempre influenciou a escolha de jogadores brasileiros que disputariam ou não, as partidas nacionais e as internacionais - que não incluíam jogadores negros. A transformação do futebol no Brasil, a partir da década de 1910, “em uma grande febre na cidade”, acabaria porém por chamar a atenção sobre a qualidade técnica de alguns atletas negros que jogavam em clubes com menor proporção no cenário esportivo – como o próprio Bangu ou os clubes das outras ligas criadas nos subúrbios.²⁵⁵ Foi o que aconteceu em Bangu, com Luiz Antônio da Guia, reconhecido por toda a imprensa esportiva da cidade como um dos melhores defensores em atividade no Rio de Janeiro. Frente a este destaque, Luiz Antonio chegou a ser convocado para formar a seleção carioca que enfrentaria os paulistas em 1916.²⁵⁶ Apesar de seu talento inegável, o fato de ser negro impediu que ele representasse o Brasil em competições internacionais. Mesmo assim, Luiz Antônio era motivo de orgulho para os moradores locais, assim como seu irmão Domingos da Guia seria anos depois, ao se tornar uma estrela na Copa de 1938.²⁵⁷ O futebol praticado pelos jogadores negros do bairro, portanto, convertia-se em um símbolo de orgulho coletivo, reforçando a identidade e o espírito de Bangu. Apesar das diferenças entre os trabalhadores do bairro não terem desaparecido, os moradores reconheceram ao longo dos anos o time esportivo como um centro catalisador de suas próprias diferenças, consolidado como um dos principais polos de integração na região.

Não era só na esfera esportiva, no entanto, que este tipo de identidade banguense passaria a se manifestar. Mesmo no campo dançante e carnavalesco, que de início serviu para afirmar as diferenças entre os moradores locais, essa identidade mais ampla acabou por prevalecer. Era o que mostrava o desenvolvimento das atividades da Sociedade Musical Progresso do Bangu. Criada em 1892 por trabalhadores da fábrica, como uma resposta à necessidade de

²⁵⁵ PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *Footballmania: uma história social do futebol no Rio de Janeiro, 1902-1938*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Hucitec, 2024, p.207.

²⁵⁶ “(...) Segue a leitura do expediente(...). Um ofício da liga metropolitana comunicando a escolha do *scratch* que disputaria em São Paulo, no dia três do corrente a posse da taça Rio-São Paulo, e na qual se acham inclusos o nossos jogadores Srs. Patrick Donohoe e Luís Antônio, este como reserva e aquele como *center forward* efetivo do *scratch*.(...)” . “Ata da sessão de 3 de agosto de 1916”, *Livro de atas das sessões da diretoria do Bangu A. C.* - 21.01.1915 - 07.09.19017, fl 63.

²⁵⁷ *O Jornal*, 5 de janeiro de 1939.

espaços recreativos no bairro, ela passou em 1907 a se chamar Casino Bangu.²⁵⁸ Em paralelo à afirmação das diferenças na região, a inauguração do Casino Bangu se construiria como uma afirmação de identidade ampla no bairro, como mostrava uma notícia de maio de 1907:

O Casino é o teatro do Bangu. Construído pelos próprios operários da fábrica, ele representa o maior esforço que se pode imaginar daquela gente ativa e boa. O Casino é positivamente um excelente teatro, que obedece rigorosamente às construções modernas, cheio de conforto e luz.²⁵⁹

A decoração do Casino Bangu, feita por José Vilas Boas, gravador da fábrica, e a entrega dos diplomas de presidentes honorários a Costa Pereira e João Ferrer, junto ao discurso de inauguração que agradecia o apoio dos diretores da fábrica, deixavam clara a forte ligação entre o Casino e a Fábrica Bangu. Através de um discurso que destacava a finalidade do edifício para o lazer e à instrução dos trabalhadores que “aos dias se entregam ao trabalho e a luta pela vida”,²⁶⁰ em conjunto com a fala do professor Jacintho Alcides, diretor das escolas do Bangu, reforçando como o Casino Bangu representava um “exemplo vivo” da força da união e da amizade entre os operários, o local era consolidado como ponto de encontro para diferentes grupos da região.

Era este modelo mais inclusivo de agremiação que passaria a se desenvolver a partir de então no bairro de Bangu, mesmo nas associações recreativas de menor porte. Era o caso do Grêmio Carnavalesco Prazer das Morenas, criado em março de 1909 por operários da Fábrica Bangu.²⁶¹ Em 1912, o grupo carnavalesco já era apresentado nos jornais como um dos “mais populares da estação do Bangu”, sendo um grupo “muito bem-vestido” e com “muita ordem”, com suas caixas e seus pandeiros.²⁶² Composto por uma “rapaziada sacudida”, o Grupo Prazer das Morenas, agradecendo e reconhecendo em 1917, a sua prosperidade a João Ferrer, o diretor-gerente da Fábrica Bangu- assim como outros grupos recreativos em Bangu, também se aproximava com a fábrica, onde

²⁵⁸ SILVA, Gracilda Alves de Azevedo. *Bangu: a fábrica e o bairro. Um estudo histórico (1889-1930)*. Dissertação (Mestrado em História Social) - Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1985, p.256.

²⁵⁹ “No Bangu”. *Gazeta de Notícias*, 3 de maio de 1907.

²⁶⁰ “No Bangu”. *Gazeta de Notícias*, 3 de maio de 1907.

²⁶¹ “Bangu”. *A Notícia*, 11 de março de 1909; “Carnaval do Rio”. *Jornal do Brasil*, 07 de fevereiro de 1910.

²⁶² “Carnaval”. *Gazeta de Notícias*, 15 de fevereiro de 1912; “Carnaval”. *Gazeta de Notícias*, 8 de abril de 1912; *Arquivo nacional*, GIF1 6c 170 e 171; IJ6 648; IJ6 171, 692, 693.

seus associados mostravam em serem gratos pelas “suas atenções”.²⁶³ Ao longo dos anos, o clube também estabelecia uma relação de proximidade com os outros grupos da região. Em abril de 1917 um “torneio íntimo” era organizado no campo do Esperança F. C., entre alguns “old sportmen” banguenses, onde os times das principais sociedades do bairro: “Lira, Casino, Caravana, Prazer das Morenas, For da Mocidade e Grêmio Philomático” participaram do encontro.²⁶⁴ Ao longo dos anos, o grupo se destacava ao se apresentar como uma sociedade inclusiva, que acolhia todo o bairro, sem fazer distinções, promovendo a união e o convívio entre seus moradores.

Ao se reunirem em ocasiões diversas, o estabelecimento de uma relação de proximidade entre os clubes, mostrava como o associativismo também atuava como um mediador de conflitos no bairro, como exemplificado no registro das atas do Bangu A.C. sobre os treinos compartilhados entre os times e o Esperança F.C., os comunicados sobre as eleições dos demais grupos e os inúmeros convites para os festivais dos grupos recreativos.²⁶⁵ Os contatos fraternos entre os clubes, claramente registrados nas atas do Bangu A.C., revelam como o associativismo, além de afirmar as diferenças sociais e culturais dos seus membros, também atuava como um meio eficaz para harmonizá-las. Através de eventos e colaborações mútuas, os clubes funcionavam como espaços de integração, onde as divergências eram atenuadas em prol de um senso comum de pertencimento e solidariedade. Essa dinâmica permitia que o associativismo se consolidasse não apenas como um reflexo das tensões locais, mas também como um instrumento de união e convivência pacífica no bairro.

Apesar das rivalidades e conflitos entre as associações recreativas em Bangu, os clubes locais se tornavam assim pontos de encontro e integração para a comunidade local. Os dirigentes e lideranças desses grupos recreativos precisavam, nesse sentido, negociar e estabelecer acordos, mesmo entre clubes

²⁶³ “Grêmio Carnavalesco Prazer das Morenas do Bangu”. *Gazeta de Notícias*, 20 de fevereiro de 1917.

²⁶⁴ “Torneio íntimo”. *O Imparcial*, 29 de abril de 1917.

²⁶⁵ “Ata da sessão de 8 de setembro de 1916”, *Livro de atas das sessões da diretoria do Bangu A. C.* - 21.01.1915 - 07.09.1917; “O expediente constou de circulares do grêmio carnavalesco Flor de Lira e do Tupi F. Club comunicando a eleição de suas diretorias(...)”, “Ata da décima primeira sessão ordinária realizada 01.05.1919”, *Livro de atas de sessão de diretoria do Bangu A. C.* - 13.02.1919 - 15.12.1921; “Ata da décima sétima sessão ordinária, realizada em 12.06.1919”, *Livro de atas de sessão de diretoria do Bangu A. C.* - 13.02.1919 - 15.12.1921.

“inimigos entre si”,²⁶⁶ organizando eventos e campeonatos. Não era surpreendente, portanto, a existência de sócios que circulassem por diferentes sociedades - tal como acontecia em 1907 na região o Marco Seis, onde Fernando João Machado, presidente da Sociedade Musical do Marco Seis (e que já havia sido, em 1901, presidente da Flor da União²⁶⁷) - era anunciado no periódico como a liderança responsável pela inscrição aberta para os moradores do grupo musical.²⁶⁸ Ficava claro assim que, ao mesmo tempo que os moradores afirmavam cada vez mais suas diferenças na criação de inúmeros grupos recreativos em Bangu, o associativismo recreativo permitiu que moradores do bairro conseguissem lidar com eles de modo mais pacífico. Longe de anular as diferenças dos moradores do bairro, o associativismo recreativo em espaços e clubes como o Casino Bangu e o Bangu A.C., permitiu aos trabalhadores da região construírem suas lógicas de solidariedade, e consequentemente a construção de uma identidade mais geral do bairro.

Os contatos e compartilhamentos entre os clubes do bairro desempenharam, desse modo, um papel crucial na construção de uma identidade coletiva entre os moradores locais, ao mesmo tempo em que também afirmavam suas diferenças e possíveis solidariedades. Esse processo ajudou a suavizar as tensões sociais, permitindo que diferentes grupos interagissem e se reconhecessem mutuamente, criando uma rede de solidariedade que ultrapassava as divisões raciais e sociais. Assim, o associativismo recreativo emergiu como uma resposta efetiva às complexidades de um bairro em transformação, evidenciando a capacidade dos moradores de construir coletivamente uma identidade comum, mesmo diante das desigualdades que permeavam seu cotidiano. Essa dinâmica não apenas promoveu um senso de pertencimento em Bangu, mas também facilitou a troca de experiências e a colaboração entre os distintos moradores do bairro, afirmando tanto suas diferenças quanto suas possíveis solidariedades como moradores de Bangu.

A formação de uma identidade mais ampla entre os moradores do bairro de Bangu, longe de apagar as diferenças entre seus diversos grupos, foi assim um

²⁶⁶ “Entre Flores”. *Jornal do Brasil*, 12 de novembro de 1902; *Gazeta de Notícias*, 13 de novembro de 1902.

²⁶⁷ “Bangu- agradecimento”. *Jornal do Brasil*, 19 de fevereiro de 1901

²⁶⁸ *Jornal do Brasil*, 10 de novembro de 1907.

processo complexo que se deu nos espaços de interação social, como o Casino Bangu e o próprio clube esportivo. Esses locais funcionaram como pontos de articulação entre os trabalhadores, permitindo a construção de uma identidade possível, que abraçava a diversidade étnica e cultural do bairro. Ao longo das décadas, essa identidade banguense singular se consolidou, não como uma mera extensão das imagens criadas pela fábrica no passado, mas como uma expressão autêntica de um bairro suburbano com identidade própria e em constante transformação.

3. A cidade em disputa

Em abril de 1920, o jornal *Voz do Povo*, publicado pela Federação dos Trabalhadores do Rio de Janeiro, voltava sua atenção para os inúmeros problemas enfrentados pela população operária em Bangu. Através da reprodução de uma carta enviada por um morador local que se apresentava como a “Última vítima”, ele trazia em suas páginas uma “grave denúncia”, descrita como um “grito de alarme” aos habitantes da região:

Bangu, é hoje uma cidade enormemente edificada pela exclusiva iniciativa de seus habitantes: que à custa de seus esforços e de suas economias centuplicaram o valor daquelas terras há bem pouco tempo cobertas de matas e brejões. Senhora desta próspera situação vem a Companhia de há tempos a esta parte, ponde em prática um plano diabólico cujo final está agora fria e cruamente executando.²⁶⁹

Ao defender o protagonismo dos próprios moradores locais na edificação daquela “cidade”, vendo em seus “esforços” e “economias” a base da transformação de um território antes caracterizado por “matas e brejões”, o autor da carta mostrava-se já distante da memória projetada sobre a localidade pela própria Companhia Progresso Industrial do Brasil. Fruto não da Fábrica Bangu, mas sim da “iniciativa dos seus habitantes”, o bairro de Bangu era representado como um espaço de conflito, que tinha na fábrica apenas um de seus agentes. A disputa existente no bairro no início da década de 1920 era exposta no periódico a partir da reclamação sobre um “contrato draconiano”²⁷⁰ feito entre a companhia e os seus arrendatários. Ao noticiar que a “proprietária das terras daquela extensa zona” colocava em prática um “plano diabólico” de despejo, a carta publicada no *Voz do Povo* revelava os perigos presentes no novo contrato que a companhia desejava firmar com os arrendatários de suas terras: o de serem arbitrariamente despejados, por simples interesse da companhia. Mais do que isso, a carta denunciava ainda o esforço da direção da Companhia em acabar com a “única e problemática garantia” que possuíam: a de se resolver diretamente com a prefeitura. Longe de ver na fábrica um legítimo controlador daquele território, a

²⁶⁹ “Coisas de Bangu”. *Voz do Povo*, 26 de abril de 1920.

²⁷⁰ Um contrato draconiano é um acordo excessivamente rígido, que traz uma vantagem desmesurada a uma das partes em detrimento da outra. Esse tipo de contrato é caracterizado por uma das partes se beneficiar de maneira excessiva, enquanto a outra fica em uma posição de desvantagem significativa.

carta desnudava assim a percepção, entre moradores locais, de que era à municipalidade que precisavam recorrer para garantir seus direitos. Sem reconhecer mais na direção da companhia a prerrogativa de se imiscuir nos problemas urbanos do bairro, seus moradores passavam assim a se voltar, de modo mais direto, para as autoridades públicas – fossem aquelas da Intendência Municipal ou ao governo federal, responsável pela gestão da capital da República.

Significativo, a este respeito, foi um episódio ocorrido poucas semanas após a publicação desta carta. Através de uma notícia publicada em *O Jornal*, os moradores de Bangu reclamavam sobre a instalação de fossas a céu aberto na região. Ao alegarem que, apesar da reprovação dos higienistas, a prática continuava a ser tolerada em habitações isoladas (onde o perigo higiênico afetaria uma pequena parcela de vítimas), “os reclamantes da estação de Bangu” expressavam suas reivindicações sanitárias – cobrando do poder público uma estrutura urbana adequada para uma população “maior de mil fogos”, que seria merecedora dos mesmos cuidados dedicados a outras áreas mais valorizadas da cidade. Ainda que reconhecessem no bairro características próprias a uma “zona rural”, os habitantes locais não deixavam assim de cobrar da prefeitura melhorias próprias à área urbana. Afirmavam, com isso, aquela que seria a marca peculiar da região: o fato de que fizesse parte da zona suburbana, compartilhando dos desafios de urbanização comuns a outros bairros da região. Longe da imagem de uma cidade ideal projetada décadas antes pela Companhia e pelos entusiastas de seu projeto fabril, era assim como habitantes da suburbana que os moradores locais passavam a se representar.²⁷¹

Longe de ser casual, aquela nova forma de compreender o território se ligava à afirmação de uma nova configuração urbana da cidade iniciada nos primeiros anos do século XX, que viria a redefinir as fronteiras da cidade do Rio de Janeiro. Marco principal desse processo, as reformas urbanas inauguradas em 1904 no Rio de Janeiro, realizadas por iniciativa do presidente Rodrigues Alves e do prefeito Pereira Passos, representaram um significativo esforço de redefinição do desenho urbano da cidade. Voltadas para a região central, e marcadas pela abertura de uma avenida ampla e arborizada que cortaria a área de maior densidade populacional da cidade, a reforma tinha um deliberado intuito de

²⁷¹ “As fossas na zona rural”. *O Jornal*, 17 de março de 1920.

modernização – pretendendo afirmar no coração da cidade uma imagem de modernidade que, deliberadamente inspirada no modelo parisiense, servisse como uma espécie de farol para os ideais de progresso que se tentava associar ao novo regime.²⁷²

Impulsionada por uma visão higienista e modernizadora, que visava não apenas a melhoria das condições de saúde pública mas também a reconfiguração social e espacial da capital, tal reforma foi marcada, porém, pelo esforço de exclusão dos trabalhadores de baixa renda da região central, vítimas maiores da derrubada dos antigos casarões convertidos em cortiços que serviam de moradia para boa parte deles.²⁷³ Na lógica dos reformadores, aos expulsos do centro restaria a moradia nos subúrbios, definidos por intelectuais e autoridades públicas como destino inevitável dos trabalhadores de baixa renda.²⁷⁴ A partir da consolidação urbana da capital federal resultante desta reforma, a cidade passaria assim a ser caracterizada como um espaço de contrastes, no qual uma região central perfil cosmopolita se mostrava distante da realidade da precariedade que marcava a maior parte dos arrabaldes e subúrbios nos quais viviam os habitantes de menor renda.

Resultava, desse processo, a definição de um perfil particular dos subúrbios cariocas. Situada às margens da Estrada de Ferro D. Pedro II, inaugurada em 1858 com as estações Central, Engenho Novo, Cascadura, Moxabamba e Queimados, a região suburbana se desenvolveu em paralelo ao progresso das ferrovias, cujas estações se transformaram em focos centrais do desenvolvimento de diferentes bairros suburbanos.²⁷⁵ Como resultado, em março de 1914, quando a revista *O Malho* voltou sua atenção para a região, ela já era caracterizada com uma zona com características peculiares, que passavam a ser

²⁷² NEVES, Margarida de Souza. "Uma capital em trompe l'oeil. O Rio de Janeiro, cidade-capital da República Velha." IN MAGALGI, Ana Maria et alii. *Educação no Brasil. História, cultura e política*. Bragança Paulista: EDUSF, 2003, pp. 253-286.

²⁷³ PECHMAN, Sergio e FRITSCH, Lilian. "A Reforma Urbana e seu Averso: algumas considerações a propósito da modernização do Distrito Federal na virada do século", *Revista Brasileira de História*. São Paulo, 5 (8/9), set. 1984-abr. 1985.

²⁷⁴ ROCHA, Oswaldo Porto. *A Era das Demolições*. Cidade do Rio de Janeiro: 1870-1920. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura/Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1986; AZEVEDO, André N., *A grande reforma urbana do Rio de Janeiro*. Pereira Passos, *Rodrigues Alves e as ideias de civilização e progresso*. Rio de Janeiro: Editora da PUC:Rio, 2016, p.21 - 30.

²⁷⁵ O'DONNELL, JULIA. "Matto Grosso existe!": os subúrbios em disputa na imprensa carioca do início do século XX. In: Renata Sá Gonçalves e Ligia Ferro. (Org.). *Cidades em mudança: processos participativos em Portugal e no Brasil*. 1ed.Rio de Janeiro: Mauad, 2018, v, p. 73-90.

vistas pelos contemporâneos como diversas daquelas do mundo urbano da região central e comuns aos diferentes bairros que ali se desenvolveram:

Arrabalde e subúrbio confundem-se na mesma significação de *cercamas*, lugares vizinhos da cidade ou melhor, fora da zona urbana; mas aqui no Rio de Janeiro designam-se erradamente por arrabaldes muitos lugares que ficam dentro dos limites dessa zona e aos quais apenas caberia a designação de bairros. Faz-se mais: distingue-se entre arrabaldes e subúrbios, isto é, só se chama “subúrbios” aos “arrabaldes” cortados pela E. F. Central do Brasil. Em suma, é sensível a diferença significativa entre bairro e arrabalde ou subúrbio entre estes dois últimos vocábulos, porém, só há a diferença assinalada pelo caso particular do Rio de Janeiro.²⁷⁶

A categoria de subúrbio carioca apresentava-se, de acordo com a notícia, como uma ideia em disputa. Enquanto “arrabaldes” e “subúrbios” muitas vezes se confundiam como áreas vizinhas à cidade, no contexto do Rio de Janeiro neste período, essa distinção ganhou variações específicas. Os subúrbios passaram a ser vistos não apenas como extensões rurais ou periféricas, mas como espaços urbanos com características próprias, marcados pela conexão ferroviária e pela gradual urbanização. Assim, a diferenciação entre “arrabalde” e “subúrbio” foi moldada por fatores de mobilidade e urbanização, revelando as complexidades da expansão urbana carioca naquele período. Em 1914, a categoria “subúrbio” já estava associada à realidade dos bairros situados ao longo da linha férrea da Estrada de Ferro Central do Brasil, refletindo uma distinção geográfica e social que ia além da simples localização fora do núcleo urbano.

Ao analisar os discursos sobre o subúrbio carioca presentes na imprensa e destacar a complexidade dessa categorização, Julia O'Donnell mostra como, apesar das imagens definidas na atualidade, atreladas às ideias de carência e exclusão, as zonas suburbanas mostravam-se, no início do século XX, como um espaço em constante movimento e reconfiguração. Ao acompanhar o desenvolvimento da Estrada de Ferro, os bairros suburbanos tiveram sua história atrelada ao crescimento e urbanização das antigas zonas rurais, que se valiam da novidade para o escoamento da sua produção – dando início aos primeiros núcleos urbanos nos arredores de cada estação.²⁷⁷ Disto resultava uma significativa

²⁷⁶ *O Malho*, 28 de março de 1914.

²⁷⁷ O'DONNELL, JULIA. “Matto Grosso existe!”: os subúrbios em disputa na imprensa carioca do início do século XX. In: Renata Sá Gonçalves e Ligia Ferro. (Org.). *Cidades em mudança: processos participativos em Portugal e no Brasil*. 1ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2018, v, p. 73-90.

modificação na realidade daquela zona, que passou a servir não apenas como possibilidade de moradia para grupos diversos (como as classes trabalhadoras ou membros das camadas médias urbanas) mas também como destino de muitos empreendimentos industriais, como a própria Fábrica Bangu. Para se aproveitar da novidade, os antigos fazendeiros, proprietários de vastas terras na região, passaram a lotear suas terras e abrir ruas, aumentando com isso o valor de suas propriedades., deixando para trás os tempos em que esses arrabaldes eram vistos pelos cariocas como uma representação direta do ambiente rural. A afirmação mais ampla das características peculiares do subúrbio carioca destaca assim, a mistura de influências rurais e urbanas, que gerou um espaço singular onde a modernização se integrava às tradições locais, formando uma identidade distinta do centro da cidade.²⁷⁸

Como resultado, uma primeira ideia associada aos subúrbios no período foi a de que se trataria de um espaço de moradia privilegiado para os trabalhadores. Em livro publicado em 2011, a historiadora Cristiana Miyasaka analisa a experiência dos trabalhadores da freguesia suburbana de Inhaúma entre a década de 1890 a 1910. Observando a relação e estratégia dos habitantes com as ações policiais vivenciadas na região, Miyasaka propõe uma análise sobre o perfil dos habitantes de Inhaúma. Ela destaca ao longo de sua pesquisa a intensidade da ocupação da região por trabalhadores de baixa renda e suas famílias, que ao longo dos anos construíram um cotidiano marcado por constantes negociações e reivindicações com a municipalidade por melhores condições de vida e acesso a serviços. Desse modo, mais do que analisar o perfil social desses novos moradores da região, Miyasaka se preocupa em mostrar como esses trabalhadores se preocuparam em garantir melhores condições urbanas para seu espaço de habitação, negociando cotidianamente com a municipalidade ou com a própria polícia para afirmar seus direitos urbanos.²⁷⁹

Não eram apenas trabalhadores de baixa renda, no entanto, que passavam a habitar a zona suburbana. Junto a eles, um significativo contingente de profissionais liberais e funcionários públicos, que compunham os setores médios

²⁷⁸ O'DONNELL, JULIA. "Matto Grosso existe!": os subúrbios em disputa na imprensa carioca do início do século XX. In: Renata Sá Gonçalves e Ligia Ferro. (Org.). *Cidades em mudança: processos participativos em Portugal e no Brasil*. 1ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2018, v, p. 73-90.

²⁷⁹ MIYASAKA, Cristiane Regina et al. *Viver nos subúrbios. A experiência dos trabalhadores de Inhaúma (Rio de Janeiro, 1890-1910)*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2011.

urbanos, também fizeram dos subúrbios seu espaço de moradia. Ao analisar esta presença no livro *Nas margens: experiências de suburbanos com periodismo no Rio de Janeiro (1880-1920)*, Leandro Clímaco Mendonça mostra como coube a esses sujeitos, com mais posses e mais escolarizados, dar forma a uma série de periódicos suburbanos produzidos no Rio de Janeiro entre 1880 e 1920, através dos quais as reivindicações dos moradores da zona poderiam se expressar de forma mais direta. Ao analisar os jornais locais e as colunas suburbanas, o historiador demonstra que, através desses periódicos, Mendonça mostra como esta elite suburbana tentava negociar sua inserção na vida urbana do Rio de Janeiro, expondo reivindicações que eram apresentadas como próprias ao conjunto dos moradores da zona suburbana. Configurava-se, nesse processo, uma identidade suburbana em construção. Ainda que afirmada a partir das reivindicações de jornais editados de diferentes bairros, afirmava-se uma pauta comum de reivindicações de seus moradores junto à municipalidade que dava à zona suburbana um perfil mais claro e definido.²⁸⁰

Para os contemporâneos, parecia claro que se tratava de uma estratégia discursiva para afirmar os contrastes entre os grandes investimentos na região central e o abandono ao qual eram legados os bairros suburbanos. Longe de estarem de fato isolados do resto da cidade, os moradores dos subúrbios se mostravam, desde o final do século XIX, articulados a seus movimentos e processos – como mostra Elaina Serfaty no livro *Pelo trem dos subúrbios: disputas e solidariedades na ocupação de Engenho de Dentro (1870-1906)*, publicado em 2017. Focado nas disputas que marcaram o cotidiano de diferentes grupos de Engenho de Dentro, Serfaty demonstra como as reivindicações sobre a ausência de serviços e estrutura não eram uma exclusividade das zonas suburbanas, sendo comuns a muitos outros bairros da zona urbana. Ao mesmo tempo, aponta para a crescente integração entre esses bairros do subúrbio e outras regiões da cidade. Como resultado, mostra que a ocupação dos subúrbios cariocas pode ser compreendida como algo muito distante de uma ideia de cidade partida - onde as zonas suburbanas estão isoladas a parte do centro urbano. Sua pesquisa nos permite assim compreender esses espaços como territórios construídos e modificados pelos seus próprios moradores em constante negociação com o

²⁸⁰ MENDONÇA, Leandro Clímaco. *Nas margens: experiências de suburbanos com periodismo no Rio de Janeiro, 1880-1920*. Editora da UFF, 2014.

próprio Estado – resultando daí, e não de alguma característica distintiva essencial, a própria afirmação de certas imagens que passaram a caracterizar a zona suburbana. A partir disso, evidencia-se como os espaços suburbanos se formavam em relação direta com a região central.²⁸¹

Bangu, um bairro frequentemente deixado de lado nos estudos sobre a zona suburbana do Rio de Janeiro, contrasta com o foco usual em áreas suburbanas como Engenho de Dentro e Inhaúma. Uma diferenciação que, ao reforçar a ideia da peculiaridade de Bangu, promovida pela presença da Fábrica de Tecidos Bangu, que a apresentava como uma “cidade operária”, diferenciava a região dos demais subúrbios. No entanto, a realidade dos moradores de Bangu, evidenciada por questões como a precariedade das fossas e o acesso limitado a serviços básicos, demonstra que eles enfrentaram desafios semelhantes aos de outras áreas suburbanas do Rio de Janeiro. Assim, Bangu não é apenas um exemplo isolado, mas reflete as dificuldades comuns de um mundo rural em processo de urbanização, compartilhando as lutas por infraestrutura e dignidade que permeiam a experiência suburbana carioca.

Seguindo o caminho de trabalhos recentes que têm apontado para a importância de análise da vivência dos diferentes moradores das zonas suburbanas – seja mostrando como os periódicos foram espaços fundamentais para a organização dos moradores da região,²⁸² como fez Leandro Clímaco ou analisando as negociações presentes na relação entre os moradores dos subúrbios e a municipalidade, como proposto por Elaina Serfaty²⁸³ – cabe assim considerar, no presente capítulo, como os moradores de Bangu passaram a defini-lo, ao longo das primeiras décadas do século XX, como mais um bairro suburbano, somando-se às lutas e reivindicações urbanas dos moradores de outros bairros da região. Ao analisar o processo de afirmação desta ideia, busca-se compreender como, para além da imagem inicial de *cidade ideal* projetada para o bairro por parte da fábrica, os moradores locais podem ter desenvolvido esta identificação mais ampla com outras regiões que estavam distantes do caráter modelar muitas vezes

²⁸¹ SERFATY, Elaina Reoli Cirilo. *Pelo trem dos subúrbios: disputas e solidariedades na ocupação do Engenho de Dentro (1870-1906)*. – Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio/ Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2018.

²⁸² Cf. MENDONÇA, Leandro Clímaco. *Nas margens: experiências de suburbanos com periodismo no Rio de Janeiro, 1880-1920*. Editora da UFF, 2014.

²⁸³ SERFATY, Elaina Reoli Cirilo. *Pelo trem dos subúrbios: disputas e solidariedades na ocupação do Engenho de Dentro (1870-1906)*. – Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio/ Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2018.

atribuído à Bangu. Observar o processo de desenvolvimento urbano, as negociações com a municipalidade e as demandas dos moradores locais apresenta-se por isso, neste capítulo, como um meio para analisar como os moradores de Bangu negociaram com a própria política da capital federal e participaram ativamente no processo de disputa e direito à cidade.

3.1 O direito ao bairro

Nos primeiros anos do século XX, Bangu já se distanciava do projeto de cidade operária harmoniosa, idealizado pela Companhia Progresso Industrial do Brasil, tornando-se um espaço de constantes disputas. Longe da imagem de uma "pequena cidade operária" com uma "vida à parte, confortável e tranquila",²⁸⁴ os moradores começaram a reivindicar melhorias em diversas áreas, como saúde, educação, habitação e lazer, afirmando suas demandas perante a municipalidade. Ao se distanciarem das imagens idealizadas daquele território, acabaram por evidenciar seus problemas e desafios, que eram semelhantes àqueles de outras áreas suburbanas da cidade.

Em um momento no qual o poder público municipal se esforçava por controlar as ruas, de modo a afirmar uma pretendida imagem moderna para a capital federal, essas disputas vieram a se expressar, na primeira década do século XX, na constante aplicação de multas por infrações de posturas em Bangu. Através destas multas e dos pequenos processos delas decorrentes, é possível compreender outras dimensões das negociações entre os moradores do bairro e o poder público. Os moradores, ao serem confrontados com as exigências do novo estatuto suburbano do bairro, davam a ver suas próprias concepções sobre o mundo urbano, assim como sobre as desigualdades nele assinaladas.

Destas infrações, destacavam-se aquelas relativas às necessárias licenças para o estabelecimento de casas de comércio e para o exercício de diversas atividades profissionais. No primeiro caso, tratava-se de regulações que tentavam regular a informalidade que muitas vezes ainda marcava o comércio de zonas rurais. Foi o que aconteceu em março de 1903 com Antônio Carneiro da Silva, dono de uma barbearia local que, por abrir seu estabelecimento sem licença, foi multado pela municipalidade.²⁸⁵ Evento semelhante ocorreu no mesmo ano com

²⁸⁴ "Bangu Athletic Club" *Gazeta de Notícias*, 12 de setembro de 1907.

²⁸⁵ *Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, BR RJAGCRJ PDF INP 9.2.5.

Luiz Mulica, dono da Casa de líquidos e comestíveis, uma vez que o mesmo utilizava o estabelecimento com uma licença sem visto.²⁸⁶ Casos como estes, que se voltavam para representantes da elite suburbana, apontavam para o outro lado da relação dos moradores locais com a municipalidade: a intensificação da cobrança sobre aqueles à medida que o bairro se urbanizava.

Não eram só os comerciantes, no entanto, os alvos deste esforço de controle. Além deles, não foram raros os casos em Bangu em que artesãos ou profissionais liberais foram multados por ausência de uma licença para trabalhar. Era o caso de Henrique da Silva Gomes, que trabalhava como alfaiate até ter suas portas cerradas no dia 20 de maio de 1903. Ao dizer que estaria esperando o mês de julho para solicitar a licença de 6 meses, o alfaiate denuncia para o poder público o caso ocorrido em sua propriedade:

O senhor agente interino chegando a minha casa empurrando a porta sem ao menos pedir licença e encontrando um manequim com um paletó por fazer isto mesmo encostado e nada mais encontrou e nem podia encontrar porque mesmo nada tenho, e, no entanto, multou-me conforme o auto junto venho respeitosamente pedir a vossa relevação da multa.²⁸⁷

Ao solicitar a relevação da multa, o alfaiate se descrevia como morador do Marco Seis, uma área muito importante para as trocas comerciais do bairro, que estaria “exercendo a profissão de alfaiate e trabalhando em sua própria casa, portas fechadas tomando apenas pequenas encomendas, sem ter oficina que possa estar *afecta* a postura respectiva”.²⁸⁸ Longe de se caracterizar como um empresário, mostrava ser apenas um artesão de poucos recursos, que não teria como pagar a multa estipulada – apontando o nome de outras testemunhas presentes em sua casa para comprovar o ocorrido. Após ser multado, Henrique demonstrou seu descontentamento por meio de um abaixo-assinado, questionando a legitimidade da penalidade imposta. Esse ato reflete não apenas a resistência individual do alfaiate, mas também aponta uma tentativa de mobilização coletiva, mostrando como os moradores buscavam formas de contestar as ações do poder público e afirmar seus direitos, em um cenário de crescentes tensões e disputas locais. Ainda que a multa não tenha sido cancelada, a situação ocorrida demonstra

²⁸⁶ Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, BR RJAGCRJ PDF INP 9.2.5.

²⁸⁷ Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, BR RJAGCRJ PDF INP 9.2.5.

²⁸⁸ Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, BR RJAGCRJ PDF INP 9.2.5.

a novidade representada, na experiência dos moradores locais, por aquelas tentativas de regulamentação urbana por parte do poder público.

Dez anos depois, em 1913, outro acontecimento viria a apontar para a tensão presente na transformação de um antigo território rural em zona suburbana. O negociante e lavrador João Marques da Silva, morador do Sacco do Viegas - uma localidade situada em Bangu, próxima à Fazenda do Viegas, uma das áreas adquiridas pela Companhia Progresso Industrial do Brasil²⁸⁹ - recorreu ao ato feito pelo agente da Prefeitura do 22º Distrito de Campo Grande. Tendo sua casa invadida pelos agentes, onde os mesmos encontraram carne em processos de salga, o agricultor alega que

Quiseram inutilizá-la, mas o requerente ponderou-lhes que praticavam uma arbitrariedade pela qual os responsabilizaria, pois a lei não proíbe que se abata o gado, mas sim que se exponha à venda ou se forneça ao consumo público gado abatido clandestinamente (...) ante esta observação do requerente, retiraram-se os guardas afirmando que de ocorrido iam notificar o Sr. Agente do Distrito.²⁹⁰

Ao julgar o caso encerrado, o negociante distribuiu parte das carnes com alguns parentes que residiam nas proximidades, e o restante ficou para uso próprio, “coisa que faz todos os anos pela Páscoa”. O desdobramento do episódio ocorreu na manhã do domingo de Páscoa, onde João Marques viu sua casa sendo invadida pelo agente da Prefeitura, acompanhado de escrivão, guardas e policiais para fazer a apreensão da carne. Apesar de não terem encontrado um objeto que justificasse a apreensão, no dia seguinte o Agente da Prefeitura envia uma carta para o negociante do Saco do Viegas. Ao solicitar a revogação de um ato considerado injusto, o negociante destaca o fato de muitos lavradores da localidade estarem a mercê da “prepotência ou senilidade desse funcionário pouco escrupuloso que os pode arrastar a miséria com a sua funesta maldade”,²⁹¹ mostrando como os conflitos iam além da simples imposição de multas. Percebe-se, a partir dos recursos pedidos pelos moradores, como os trabalhadores da região acreditavam na possibilidade de negociar com o poder municipal. A reivindicação do lavrador aponta para a permanência de práticas rurais que se

²⁸⁹ Arquivo da CPIB e arquivo particular de Manuel Rodrigues de Moura. Apud OLIVEIRA, Marcio Piñon; FERNANDES, Nelson da Nóbrega (org.). *150 anos de subúrbio carioca*. Rio de Janeiro: Lamparina: Faperj: EdUFF, 2010, p.108.

²⁹⁰ *Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, BR RJAGCRJ PDF INP 9.2.2.

²⁹¹ *Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, BR RJAGCRJ PDF INP 9.2.2.

colocavam no período em tensão com as normas urbanas: o processo de transformação em uma zona suburbana, que colocava aquele território na mira do poder público.

Para muitos dos trabalhadores suburbanos, a contestação das autuações era uma maneira de atenuar as dificuldades que enfrentavam, especialmente as econômicas. Ao apontar a desproporção encontrada entre as multas aplicadas e pagas nos distritos suburbanos no início do século XX na cidade do Rio de Janeiro, Cristiane Miyasaka revela que, apesar da quantidade de infrações de postura nos distritos suburbanos serem inferiores quando comparadas com a zona urbana, a relação entre o poder público municipal nos subúrbios e os moradores das respectivas regiões era conflituoso.²⁹² A partir dos recursos pedidos pelos cidadãos, observa-se o constante diálogo dos moradores locais com o controle municipal, assim como não se submetiam diretamente a uma dominação fabril. Revelando desse modo, um sistema de fiscalização e trocas comerciais que aconteciam além dos portões da fábrica.

Casos como estes deixavam clara a novidade representada pelo processo de urbanização de Bangu, que se expressava pelas tentativas de controle do poder público sobre aquele território. Como resultado do mesmo processo, no entanto, os próprios moradores passariam a cobrar da municipalidade o reconhecimento de seus direitos urbanos. Se enfrentavam as dificuldades impostas por regulamentos urbanos que geravam essas infrações, eles começaram por sua parte a reivindicar melhorias e uma maior regulamentação na região, negociando com a municipalidade. De fato, em demonstração de autonomia em relação ao planejamento urbano proposto pela Fábrica Bangu, a população que ocupava aquele território tratou de lutar, ao longo das duas primeiras décadas do século XX, pelo estabelecimento de melhores condições de vida na localidade.

Era o que sugeria, em 1903, uma notícia publicada na *Gazeta Operária* sobre a insalubridade de Bangu, que mostrava as preocupações dos moradores locais com as doenças graves que se tornavam comuns na região. Tais preocupações relacionavam-se diretamente ao aumento significativo da

²⁹² MIYASAKA, Cristiane Regina. Na mira dos funcionários municipais: considerações acerca das infrações de postura nos distritos suburbanos do Rio de Janeiro no início do século XX. *Revista Mundos do Trabalho*, Florianópolis, v. 5, n. 9, p. 75–100, 2013. DOI: 10.5007/1984-9222.2013v5n9p75. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/1984-9222.2013v5n9p75>. Acesso em: 27 mar. 2024.

mortalidade no bairro, especialmente pelo fato de só existir um único médico na localidade - que trabalhava para a fábrica, realizando mais de 50 visitas domiciliares por dia. Ao destacar a falta de preocupação dos industriais, da junta de higiene, do prefeito, do governo e de outros responsáveis, que ignoravam as calamidades no bairro, os moradores locais enfatizavam que, embora ainda fossem “escravizados como antes do 13 de maio”, era necessário garantir que não morressem, já que eram tratados como mercadorias, que podiam ser negociados, comprados e vendidos. Ao compararem suas condições de vida no bairro ao período da escravidão, os moradores de Bangu manifestavam uma crítica à negligência com que eram tratados pelo poder público e pelos industriais. Aos olhos da imprensa operária, a ausência de assistência médica revelava como a vida dos trabalhadores era vista como substituível, uma vez que havia uma grande oferta de mão de obra na região.²⁹³ Sintomaticamente, uma semana depois o descontentamento da população com relação à assistência médica no bairro voltava a ser tratado no mesmo periódico. No dia 8 de fevereiro de 1903, uma nota sobre o falecimento de cinco pessoas por febre amarela era o mote para a denúncia sobre o descaso do poder público em relação à saúde dos moradores do bairro. “Foge, povo de Bangu, deixa esse matadouro”, afirmava a matéria, através da qual os moradores locais expressavam à municipalidade suas preocupações sanitárias. Mais do que cobrar da fábrica, era assim ao poder público municipal que recorriam para tentar garantir a assistência médica na localidade.²⁹⁴

Não era só na imprensa operária, no entanto, que este tipo de queixa passaria a aparecer nos anos seguintes. Mesmo nos grandes jornais da cidade, tão ciosos em afirmar o valor daquela cidade industrial, queixas como estas se tornariam cada vez mais frequentes. Era o que acontecia em 1907 no jornal *Correio da Manhã*, em nota que afirmava que a “população abandonada” reclamava sobre o abastecimento de água no bairro - destacando o fato de que a população local precisava carregar água em “baldes e latas” por uma distância de “meia légua”, atravessando “estradas empoeiradas”, para conseguir utilizar água em suas respectivas habitações. A notícia ressaltava que até mesmo os guardas da agência da estrada enfrentavam dificuldades na localidade, onde era necessário que os “guardas carregassem aos ombros a água que ali se bebe”. Em um pedido

²⁹³ “Bangu”. *Gazeta operária*, no.19, 1 de fevereiro de 1903.

²⁹⁴ “Bangu”. *Gazeta operária*, no.20, 8 de fevereiro de 1903.

quase desesperado, os habitantes de Bangu reclamavam que, embora a água estivesse a “meia dúzia de passos”, ela não era canalizada para o uso dos moradores do bairro. A partir do relato dos moradores do Marco Seis, observa-se que, embora a Fábrica tenha investido na canalização das águas do Rio da Prata em 1906,²⁹⁵ um ano depois, os moradores do Marco Seis ainda passavam por problemas relacionados a questões hídricas em suas habitações, passando a cobrá-las da municipalidade.²⁹⁶

Ao longo dos anos, notícias vinculadas ao abastecimento de água no bairro tornavam-se comuns nas queixas locais. Não era de se estranhar, portanto, uma reivindicação feita em 1909 no jornal *A Imprensa* que destacava a situação de abandono da região, ressaltando a precariedade em que se encontra o “posto do Marco Seis”. Ao reclamarem da recorrente falta d'água na localidade, a notícia solicitava ao poder público, os “senhores da higiene”, que tomassem providências em relação à estrutura urbana da região.²⁹⁷ Em setembro de 1911, do mesmo modo, foi noticiado um encontro entre o presidente da República e uma comissão de moradores de Bangu e Santíssimo. Durante a reunião, mediada pelo Senador Augusto Vasconcelos, os moradores expressaram sua insatisfação com a falta de abastecimento de água na região, solicitando a proteção do “Sr. presidente da República, a fim de que seja abastecida água naquela localidade”.²⁹⁸

Críticas semelhantes à estrutura urbana da região eram publicadas, ao longo dos anos, no jornal *O Paiz*, um dos que de início havia se mostrado mais entusiasmado com a proposta de cidade fabril da Companhia. Embora apresentasse em 1906 Bangu como a estação “mais importante dos subúrbios”, que constituía um dos “locais mais pitorescos da capital”, o redator da coluna “O Paiz dos Subúrbios” já noticiava os inúmeros problemas relacionados à estrutura urbana da localidade. Partindo de reclamações dos próprios moradores, o relato se voltava para a falta de estrutura da estação de trem. Além disso, os moradores queixavam-se da escassez de casas para alugar na região. Segundo a nota, até mesmo os funcionários da estação ferroviária, sendo obrigados pelo seu

²⁹⁵ DE OLIVEIRA, Márcio Piñon. Quando a fábrica cria o bairro: estratégias do capital industrial e produção do espaço metropolitano no Rio de Janeiro. *Scripta Nova: revista electrónica de geografía y ciencias sociales*, n. 10, 2006, p. 51.

²⁹⁶ “Vida Suburbana - população abandonada”. *Correio da Manhã*, 31 de janeiro de 1907.

²⁹⁷ “Reclamações suburbanas”. *A Imprensa*, 5 de fevereiro de 1909.

²⁹⁸ *O Paiz*, 30 de setembro de 1911; *Correio da Manhã*, 16 de setembro de 1911; *Gazeta de Notícias*, 26 de setembro de 1911; *A Noite*, 29 de setembro de 1911.

regulamento a residir nas redondezas, viam-se prejudicados com a falta de casas para alugar, tendo que “recorrer a boa vontade de algum amigo, porquanto não há uma casa em que o agente possa se instalar”. A notícia presente no jornal descreve uma região dividida pela "grande chaminé da fábrica". De um lado, destaca-se uma povoação elegante e simples, habitada pelos moradores das vilas operárias. A cerca de um quilômetro dali a região do Marco Seis é apresentada como um exemplo de área suburbana que "se acha sob ação direta da municipalidade", mas que sofreria com uma grande falta de infraestrutura urbana. Ao evidenciar uma região onde “os prédios são abomináveis e sem conforto algum”, e estão localizadas a agência dos correios e as escolas mantidas pela municipalidade, a sujeira nas ruas e as valas cheias de águas contaminadas, a reportagem apontava as condições precárias em que vivia a população local, onde a região do Marco Seis era apresentada como uma localidade "a parte” do bairro.²⁹⁹

As reportagens sobre Bangu enfatizavam a divisão do bairro em duas povoações distintas: uma estabelecida pela fábrica, e outra formada por “ranchos” - uma denominação dada pelos próprios donos que construíram a habitação e por uma rua fiscalizada pela municipalidade, e que “por isso é a única abandonada”. Além das propriedades da fábrica, a “outra parte do bairro” é tratada como uma região predominantemente rural, com muitos sítios, ranchos e plantações que pertencem aos seus proprietários, onde alguns são operários e outros vivem da lavoura, ou de profissões diversas.³⁰⁰ Situada a um quilômetro de distância da vila operária, a região do Marco Seis, diferente das outras áreas sob o domínio da fábrica, tinha uma “rua imunda e as valas vivem cheias de águas podres”, exalando um “fétido insuportável”. Frente à constatação de que as áreas que estavam sob o controle da municipalidade tinham uma urbanização muito diferente das localidades desenvolvidas pela “companhia proprietária do grande estabelecimento fabril”, os moradores reivindicavam assim da prefeitura a mudança dessa situação, cobrando seu direito à higiene.³⁰¹

Desse modo, o “estado lamentável de abandono” em que vivia a parte da população de Bangu que não residia nos domínios da companhia proprietária da fábrica de tecidos era denunciado constantemente nos periódicos. As colunas dos

²⁹⁹ “O Paiz nos Subúrbios”. *O Paiz*, 11 de maio de 1906.

³⁰⁰ “O Paiz nos Subúrbios”. *O Paiz*, 14 de abril de 1906.

³⁰¹ “O Paiz nos Subúrbios”. *O Paiz*, 11 de maio de 1906.

jornais voltadas para os moradores dessa região mostravam que somente as casas construídas para residência dos operários possuíam esgoto e água para uso diário, assim como também existia iluminação elétrica nas avenidas onde estas casas estão localizadas. Porém, nas outras ruas do bairro, nota-se a “carência absoluta” desses serviços, onde as valas permanecem cheias de “lama podre e mato”, que as obstruem, impedindo o escoamento.³⁰² Como resultado, odor que emanava desses “focos pestilenciais” era apresentado pelos moradores como “uma terrível ameaça à saúde das pessoas que residem no Marco Seis e em outros locais sob a jurisdição da Prefeitura”. Tratava-se, assim, de cobrar do poder público o direito do acesso às mesmas condições de salubridade implementadas nos espaços geridos pela fábrica em todo o bairro – na mostra de que, para os moradores, tratava-se de direitos, não de benesses.³⁰³

As queixas sobre a iluminação do bairro seguem o mesmo padrão. Segundo a mesma notícia, as localidades próximas à fábrica são “profundamente iluminadas a eletricidade”; no entanto, no resto do bairro, pelo qual se deveria responder a municipalidade, “logo que anoitece, mergulha-se em profundas trevas”. Ao alegar que, “talvez devido a uma excessiva e injustificável complacência com a diretoria da fábrica”, o poder público deixava os contribuintes “à míngua de toda a assistência”, a população local tratava de exigir seus direitos, deixando claras as suas demandas de urbanização frente ao poder público.³⁰⁴

Frente à perenidade deste tipo de queixa, no início da década de 1910 a região do Marco Seis, na zona central do bairro, continuava sendo representada no *Correio da Manhã* como um “desgraçado lugar”. Evidenciando como o “Marco Seis não faz outra coisa senão chorar”, fosse pelo abastecimento de água ou pela limpeza das ruas, o relato reiterava as denúncias feitas pelos moradores do bairro, assim como denunciava o poder público - tendo em vista que o “empreiteiro, um felizardo, a essa hora, deve estar pensando no dinheiro que recebe, somente para descansar”, enquanto os moradores da região experimentariam cotidianamente o resultado de seu descaso. O articulista clamava assim pelo “direito ao bairro” por

³⁰² “Vida Suburbana - população abandonada”. *Correio da Manhã*, 31 de janeiro de 1907.

³⁰³ “Vida Suburbana - população abandonada”. *Correio da Manhã*, 31 de janeiro de 1907.

³⁰⁴ “Vida Suburbana - população abandonada”. *Correio da Manhã*, 31 de janeiro de 1907.

parte de seus moradores, que deveriam extrapolar aquelas regiões atendidas pela fábrica.³⁰⁵

Nem só em torno da estrutura urbana, no entanto, se organizavam as reivindicações dos moradores locais. Ao lado das lutas relacionadas ao abastecimento e canalização de água, ao esgoto, à falta de habitações, aos valores dos aluguéis das casas existentes, ao arruamento e a falta de eletricidade, a educação se destacava como uma das principais demandas da população. A busca por melhores condições educacionais refletia a necessidade de formação e desenvolvimento da comunidade. Devido à total ausência de escolas em Bangu até 1905, a diretoria da fábrica decidiu naquele ano utilizar a casa que havia sido construída para abrigar a Cooperativa do Bangu e estabelecer nela uma escola chamada Escola Rodrigues Alves.³⁰⁶ No mesmo ano, a diretoria da fábrica, através de João Ferrer, modificou o nome da escola, que passou a se chamar “Escola da Companhia Progresso Industrial do Brasil”. Foi estabelecido que os filhos dos operários estudariam nas aulas diurnas e os operários, nas aulas noturnas.³⁰⁷ O relatório anual de 1907 da companhia destacava a “máxima regularidade” do estabelecimento que vem prestando “tão bons serviços à infância do Bangu”.³⁰⁸ Para se obter uma média do número de alunos ao longo dos anos, em 1905 a escola teve 350 matrículas; no ano seguinte, 250 matrículas; em 1907, 500 alunos estavam matriculados; e em 1908, a escola contava com 455 alunos matriculados. A Companhia administrou a escola até 1917, quando a doou para a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Em seguida, a Prefeitura renomeou a instituição de ensino para Escola Martins Junior.³⁰⁹

³⁰⁵ “Correio suburbano - Bangu”. *Correio da Manhã*, 31 de março de 1910.

³⁰⁶ Este nome foi dado em homenagem a uma visita feita a Bangu pelo Presidente da República, Rodrigues Alves; “Escola Rodrigues Alves”. *O Paiz*, 26 de agosto de 1905.

³⁰⁷ De acordo com Gracilda Silva, havia também na região a Escola do Professor Diniz Tavares de Mello, localizada na Rua Estevão, onde o mesmo alfabetizava várias turmas - composta somente por alunos do sexo masculino. p.213.

³⁰⁸ COMPANHIA PROGRESSO INDUSTRIAL DO BRAZIL. *Relatório para ser apresentado à Assembleia Geral dos acionistas convocada para 6 de abril de 1907*. Rio de Janeiro: Tipografia Perseverança, 1907.

³⁰⁹ Em 1918, a escola sofreu sua primeira interrupção devido à epidemia de gripe "espanhola" que se espalhou por toda a cidade. O prédio da escola foi transformado em hospital para que o Dr. Francisco Borges Ramos pudesse atender melhor os doentes, já que não havia um hospital na área e ele atendia em sua residência. A interrupção durou até 1920, quando a epidemia foi finalmente contida. A Escola voltou a funcionar apenas em 1920. SILVA, Gracilda Alves de Azevedo. *Bangu: a fábrica e o bairro. Um estudo histórico (1889-1930)*. Dissertação (Mestrado em História Social) - Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1985. p. 215.

Longe de ser vista como uma dádiva pelos moradores da localidade, no entanto, aquele padrão escolar passou a ser visto por eles como um direito. Uma reportagem de 1907 deixava claro que, apesar desta escola no bairro “muito bem montada” pela Fábrica Bangu, grande parte da população escolar de Bangu ainda não encontrava “onde a aprender a ler”.³¹⁰ Em parte, isso parecia se ligar à própria localização da escola, no Marco Seis – onde a frequência de alunos na escola era muito baixa, “por motivos que nos abstermos de elaborar”.³¹¹ Com isso, um proprietário da área adaptou um de seus prédios para o estabelecimento de uma escola pública na região. Segundo a notícia de 1907, as obras haviam sido realizadas, mas até aquele momento a casa permanecia fechada - o que fazia os moradores locais perderem “toda a esperança” de que a promessa fosse cumprida, apesar de ter sido feita por um “chefe político muito conhecido”. Tal situação se estenderia ao longo dos anos seguintes, gerando reiteradas queixas – como sugeria o relato de Luiza Ferreira de Medeiros, uma operária que entrou para a fábrica de tecidos no período da Primeira Guerra Mundial com sete anos de idade: “a escola Martins Júnior, única existente, estava praticamente entregue às moscas, porque os operários não tinham recursos para comprar material escolar, (...) e assim não podiam mandar os filhos para o estudo”.³¹² O relato da operária e as frequentes queixas sobre a situação revelavam que os moradores de Bangu insistiam em destacar que, apesar de uma população de “seis mil almas”, o bairro não contava com uma única instituição escolar acessível a todos os residentes. Isso evidenciava, de forma clara, a falta de assistência pública na região, especialmente no que diz respeito às instituições de ensino e aos recursos necessários para atender adequadamente a população local.³¹³

O acesso à educação em Bangu era para poucos, com limitadas opções de instituições de ensino disponíveis e grande parte da população sem acesso adequado à escolarização. Diante dessa realidade, criou-se o Grêmio Philomático. Fundado no dia 02 de fevereiro de 1907 por um grupo formado por dez moradores do bairro, dentre eles Jacintho Alcides,³¹⁴ o grêmio teve, inicialmente, uma das

³¹⁰ “Vida Suburbana - instrução primária”. *Correio da Manhã*, 31 de janeiro de 1907.

³¹¹ “Vida Suburbana - instrução primária”. *Correio da Manhã*, 31 de janeiro de 1907.

³¹² RODRIGUES, Edgar. *Alvorada operária: os congressos operários no Brasil*. Rio de Janeiro: Mundo Livre, 1979, p. 213.

³¹³ “Vida Suburbana - instrução primária”. *Correio da Manhã*, 31 de janeiro de 1907.

³¹⁴ São eles: Jacintho Alcides, Horacio de Carvalho, Alfredo Nunes Machado, Hermenegildo Guimarães, Francisco Xavier, Guilherme Pastor, Marciliano Curvello, Francisco Nascimento, Orlando Vasques e Miguel Pedro.

salas da casa de Marciliano Curvello como sede. Ali foi organizada uma biblioteca que logo foi aberta à população local. O grupo oferecia ensino gratuito aos jovens interessados, promovia reuniões sociais, palestras literárias e outras atividades culturais para a comunidade.³¹⁵ Apesar do progresso com o surgimento do jornal "Philomático", a construção de uma biblioteca com mais de mil livros aberta ao público e o aumento de sócios que ajudavam na arrecadação. A partir de 1912, começaram a circular boatos sobre o fim do grêmio, e paralelamente, esse clima de especulação foi acompanhado por um aumento das críticas, que questionavam a eficácia e a relevância da instituição. Esse cenário de descontentamento e dúvida, contribuiu para o surgimento de uma forte oposição entre os associados do Grêmio e a população local, levando ao fim do Grêmio em 1925.³¹⁶

Com o objetivo de suceder e continuar o trabalho e os ideais do "Grêmio Philomático", foi fundado no mesmo ano o Grêmio Literário Ruy Barbosa, uma associação que buscava combater o analfabetismo do bairro.³¹⁷ Aproveitando a antiga sede, o grêmio oferecia atividades essenciais, como uma biblioteca aberta aos associados e ao público em geral, palestras literárias, uma escola que oferecia aulas gratuitas a todos os interessados, a publicação de um boletim e a organização de reuniões sociais e culturais para a população local.³¹⁸ A partir de ações voltadas para o estudo, os sócios do grêmio organizaram um espaço de sociabilidade para os moradores que não faziam parte do vínculo operário organizado pela CPIB, e até mesmo para os trabalhadores que não eram contemplados com a escola construída pela fábrica.³¹⁹ O grêmio oferecia ensino noturno para muitos trabalhadores que, “após o honesto labor em que se

³¹⁵ SILVA, Gracilda Alves de Azevedo. *Bangu: a fábrica e o bairro. Um estudo histórico (1889-1930)*. Dissertação (Mestrado em História Social) - Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1985. p. 246-251.

³¹⁶ SILVA, Gracilda Alves de Azevedo. *Bangu: a fábrica e o bairro. Um estudo histórico (1889-1930)*. Dissertação (Mestrado em História Social) - Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1985. p. 246-251.

³¹⁷ *Jornal do Brasil*, 09 de novembro de 1927.

³¹⁸ Nota-se como já em 1925, o grêmio já atuava em sessões cívicas no bairro. “Echos do centenário de D. Pedro II”. *O Paiz*, 4 de dezembro de 1925.

³¹⁹ De acordo com o relato presente no livro “Uma rua chamada Ferrer”, na sede do grêmio localizada na esquina da Rua Ferrer com a Estrada Rio-São Paulo, os jovens se encontravam para jogar xadrez, dama e dominó, além de aproveitarem a leitura dos livros da extensa biblioteca que possuíam. Em uma sala adjacente, ofereciam aulas para pessoas mais necessitadas, fornecendo gratuitamente livros, lápis e cadernos. GUIMARÃES, Murillo. *Uma rua chamada Ferrer: Grêmio Literário José Mauro de Vasconcelos*, 1996, p.23.

empregam durante o dia, possam buscar as luzes da instrução que almejam",³²⁰ que não tinham acesso em outras instituições da região, proporcionando conhecimento e recursos que, de outra forma, estariam fora do seu alcance.³²¹

Ao ofertar uma escola para analfabetos (primária e complementar) com um curso com doze professores, biblioteca, palestras literárias e sessões cívicas,³²² - sem contar com recursos financeiros externos - o Grêmio se destacava na região. Para garantir sua manutenção e promover a cultura entre seus membros, a agremiação organizava festivais de arte, onde a comunidade participava ativamente.³²³ Ao ganhar apoio da população local com seu programa de combate ao analfabetismo no bairro, o grêmio mantido pelos “jovens amantes de letras” assume a responsabilidade de difundir o ensino entre “a gente rústica do Bangu”.

Ao promover a educação em Bangu, oferecendo alternativas de aprendizado e preenchendo a lacuna deixada pela municipalidade em relação à oferta de ensino, iniciativas particulares como estas visavam suprir a ausência de investimentos educacionais na região – demarcando a demanda dos moradores locais por uma melhor oferta educacional no bairro. Dessa maneira, tais iniciativas evidenciavam como os trabalhadores de Bangu se mostravam atentos à necessidade de instalação desse tipo de serviço público, organizando-se de forma própria para garanti-lo. Disso resultava o esforço de diálogo e cobrança dos moradores em relação ao poder público ao longo dos anos, como o encontro de uma comissão de moradores do bairro com o Presidente da República em 1911, pedindo abastecimento de água na região,³²⁴ a denúncia dos valores dos gêneros alimentícios comercializados no bairro,³²⁵ ou até mesmo a organização de um abaixo-assinado contra um guarda municipal da localidade.³²⁶

³²⁰ *Jornal do Brasil*, 23 de setembro de 1927.

³²¹ *Jornal do Brasil*, 23 de setembro de 1927.

³²² *Jornal do Brasil*, 9 de novembro de 1927.

³²³ Esses eventos não só angariavam os fundos necessários para a continuidade de suas atividades, mas também promoviam a união e solidariedade entre outros grupos de sociabilidade do bairro. É o que mostrava *A Manhã*, na notícia sobre o baile realizado em março de 1927, nos salões “luxuosamente ornamentados” do Flor da Lira, para um evento em homenagem ao Grêmio Literário Ruy Barbosa, em que a venda dos ingressos tem como objetivo a aquisição de material escolar para os cursos noturnos, públicos e gratuitos, que “há muito tempo vem mantendo em seu programa”. “Clubs e Dancings - Flor da Lyra de Bangu”. *A Manhã*, 11 de março de 1927; Em sentido semelhante ao evento realizado na sede do Flor da Lira, inicia-se no bairro a promoção de festivais para angariar recursos, um deles ocorreu em setembro de 1927, no Casino Bangu. “Para manutenção de escolas gratuitas noturnas”. *Jornal do Brasil*, 23 de setembro de 1927.

³²⁴ “Água para Bangu e Santíssimo”. *A Noite*, 29 de setembro de 1911.

³²⁵ “O comissariado e os escândalos em Bangu”. *A Razão*, 17 de setembro de 1918.

³²⁶ “Contra um guarda municipal”. *A Noite*, 16 de outubro de 1919.

Desse modo, as frequentes queixas e reivindicações dos moradores de Bangu ao poder público por melhores condições urbanas apontavam para outro lado do processo de transformação daquela antiga zona rural em território suburbano. Se os moradores locais precisavam se adequar às normas que geriam o espaço urbano, podiam também cobrar da municipalidade o que mostravam acreditar ser seu direito à cidade. Ao dialogar com o poder público, esses moradores locais negociavam seu espaço na cidade, buscando transformar suas carências, similares a muitas outras existentes nas zonas suburbanas, em demandas legítimas. Essa mobilização da comunidade local, ainda que enfrente desafios, demonstra a agência dos habitantes de Bangu na construção de sua própria realidade urbana. Suas queixas e reivindicações evidenciam assim uma luta constante por cidadania, em processo no qual os moradores locais foram sujeitos ativos.

3.2 Bangu nos trilhos

Para além das questões que diziam respeito diretamente ao bairro de Bangu, outro elemento que se mostrava fundamental para os moradores locais era a questão da mobilidade urbana. Situados ao longo dos ramais da Estrada de Ferro D. Pedro II, os bairros suburbanos tiveram um desenvolvimento que acompanhou a história da malha ferroviária no Rio de Janeiro. Por esse motivo, a importância dos trens na ocupação das zonas suburbanas do Rio de Janeiro no final do século XIX e início do século XX é um tema central para compreender a dinâmica urbana do período. Com a expansão da malha ferroviária, os trens tornaram-se um meio crucial de transporte para os moradores da zona suburbana, conectando os subúrbios ao centro urbano e facilitando o deslocamento dos que ali residiam. Essa infraestrutura não apenas promovia a mobilidade, mas também incentivava a ocupação dessas áreas, transformando-as em espaços habitáveis e economicamente viáveis – constituindo-se em elemento central de sua aspiração de direito à cidade.

Elaina Serfaty, cuja pesquisa aponta para a importância da ferrovia como um agente de transformação social na região suburbana, enfatiza que a chegada dos trens proporcionou uma nova configuração espacial da cidade, na qual as zonas suburbanas passaram a ser vistas como sua extensão. Transformando não

apenas a paisagem urbana, mas também impactando as relações sociais, a malha ferroviária cria um novo espaço de convivência por grupos diversos que viram naquele território uma alternativa de moradia. A inauguração da Estrada de Ferro D. Pedro II em 1858 foi um importante marco para esta expansão urbana no Rio de Janeiro. Além desta estrada de ferro, na década de 1880 outras ferrovias também foram inauguradas na cidade, como é o caso do ramal de Santa Cruz, inaugurado em 1878, que partia de Sapopemba até a estação de Santa Cruz, incluindo as estações de Realengo, Bangu e Campo Grande. Esse trecho inicial representou apenas o começo de uma vasta expansão das linhas ferroviárias, cujo principal objetivo era atravessar o sertão e conectar todo o país, facilitando o transporte de passageiros e mercadorias até os portos, especialmente os do Rio de Janeiro e São Paulo.³²⁷ O mapa a seguir revela a expansão alcançada pelas estações da Estrada de Ferro instaladas nos subúrbios do Rio de Janeiro pelo Ramal de Santa Cruz no ano de 1914.



Figura 15: Mapa elaborado com base no “Esquema Geral das Linhas da Estrada de Ferro Central do Brasil, ano 1914”. *Arquivo Nacional*.³²⁸

³²⁷ SERFATY, Elaina Reoli Cirilo. *Pelo trem dos subúrbios: disputas e solidariedades na ocupação do Engenho de Dentro (1870-1906)*. – Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio/ Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2018.

³²⁸ “Mapa das estações da EFCB II nos subúrbios do Rio de Janeiro Ramal de Santa Cruz” Apud. SERFATY, Elaina Reoli Cirilo *No trilho dos direitos: os trabalhadores da Estrada de Ferro*

O projeto mostra que, a partir do Ramal Santa Cruz, existiria uma integração dos bairros suburbanos do Rio de Janeiro. Partindo de Sapopemba até a estação de Santa Cruz, a linha ferroviária conectou regiões rurais, como a Fazenda Bangu, Fazenda do Viegas, Fazenda do Lamarão, Inhoaíba, Santa Cruz, entre outros. Facilitando o acesso ao centro da cidade e entre os próprios bairros suburbanos, permitindo a ligação dos trabalhadores locais com o centro urbano da cidade. Essa possibilidade de deslocamento não só melhorou a mobilidade da população local, mas também incentivou o desenvolvimento econômico e social das áreas atendidas pelo ramal.

Ao longo dos anos, os horários dos trens no Ramal Santa Cruz foram aumentando significativamente, refletindo a crescente demanda por transporte ferroviário. Apesar do aumento da quantidade de trens, ainda existia certa escassez com relação aos trens que paravam na estação de Bangu - conforme pode ser observado na tabela a seguir, que apresenta dados sobre os horários e tipos de trens entre 1890 e 1910, destacando as operações de trens mistos e “de subúrbios”, com ênfase nas frequências das partidas e chegadas em diferentes turnos:

ANO	Tipo de trem	Ida (Manhã)	Ida (Tarde)	Ida (Noite)	Volta (Manhã)	Volta (Tarde)	Volta (Noite)	Observações
1890	Mistos	2	2	0	3	2	0	
1891	Mistos	2	2	0	3	2	0	
1892	Mistos	2	2	1	3	2	0	
1892	Subúrbios	2	6	0	2	5	0	Da “central para o interior” e do “interior para a central”
1893	Mistos	3	1	1	3	2	0	
1893	Subúrbios	0	3	0	1	2	0	Da “central para o interior” e do “interior para a central”

1896	Mistos	1	0	1	0	0	0	
1896	Subúrbios	4	9	0	4	9	0	Da “central para o interior” e do “interior para a central”
1900	Subúrbios	4	3	0	6	2	0	
1900	Subúrbios	1	1	0	0	0	0	Da “central para o interior” e do “interior para a central”
1904	Subúrbios	3	3	0	3	3	0	
1904	Mistos	1	1	0	0	0	0	
1905	Ramal Santa Cruz	3	4	1	4	3	0	
1910	Ramal Santa Cruz	6	3	3	6	4	2	

Fonte: *Almanak administrativo, mercantil e industrial do Rio de Janeiro* para 1891, 1892, 1893, 1896, 1900, 1910; *Almanaque Garnier* para o ano de 1904 e 1905.

Analisando a tabela constituída a partir dos dados do *Almanak administrativo, mercantil e industrial* e *Almanaque Garnier*, é possível perceber como ao longo dos anos houve um aumento parcial dos horários dos trens que paravam na estação de Bangu. Apesar do aumento não ser de grande expressão, a modificação nos horários entre a manhã, tarde e noite, foi sendo modificada ao longo dos anos. A partir de outubro de 1890, o horário dos trens mistos no Ramal Santa Cruz era de 4 trens na ida e 5 na volta.³²⁹ Em 1892, houve um aumento para 5 trens na ida e a conservação de 5 trens na volta. No mesmo ano, os horários dos trens dos subúrbios "da central para o interior" incluíam 2 trens passando por

³²⁹ *Almanak administrativo, mercantil e industrial do Rio de Janeiro* para o ano de 1891.

Bangu na parte da manhã e 6 na parte da tarde; do "interior para a central" eram 2 na parte da manhã e 5 na parte da tarde.³³⁰ Em 1893, o número de trens mistos se manteve em 5 na ida e 5 na volta. Os horários dos trens dos subúrbios "da central para o interior" incluíam 3 trens na tarde e nenhum na manhã; e do "interior para a central" eram 1 na parte da manhã e 2 na parte da tarde.³³¹ Em 1896, o horário dos trens mistos no Ramal Santa Cruz foi reduzido para 2 trens na ida e nenhum na volta. No entanto, o número de trens dos subúrbios aumentou significativamente "da central para o interior" com 4 trens na manhã e 9 na tarde; "do interior para a central" também eram 4 da manhã e 9 da tarde.³³² No ano de 1900, os horários dos trens dos subúrbios mostravam que, durante os dias úteis, havia 4 trens na ida e 6 na volta. Em 1904, os trens de subúrbios operavam na ida e volta com 3 trens de manhã e 3 de tarde. Os trens mistos operavam apenas com 1 de manhã e 1 de tarde. Em 1905, o Ramal Santa Cruz registrou 3 trens na ida e 4 na volta. Em 1910, os horários dos trens mistos no Ramal Santa Cruz atingiram um pico com 6 trens na ida e 6 na volta. O aumento dos horários de trem era uma demanda constante dos moradores de Bangu, diretamente relacionada ao crescimento populacional e à necessidade de melhor acesso aos serviços básicos disponíveis no centro urbano da cidade. A crescente demanda dos habitantes da região por melhorias no transporte é evidenciada em uma reportagem da *Gazeta de Notícias* publicada em julho de 1905. Nela, os moradores solicitam diretamente ao diretor da Estrada de Ferro, Dr. Osório de Almeida, que o trem das 12h30 da noite, que partia de Realengo, passe a ir até a estação de Bangu. A justificativa apresentada pelos moradores era a necessidade de transporte após o horário das atividades culturais, como o teatro, mostrando o quanto o transporte ferroviário era essencial para o lazer e a integração da comunidade com a cidade.³³³

A situação descrita reflete um padrão comum em muitos sistemas de transporte público ao longo da história: enquanto a infraestrutura e os horários podem parecer em expansão, a distribuição e a frequência dos serviços nem sempre atendem às necessidades de todos os bairros ou áreas residenciais de maneira igualitária. Em 1891, a Estrada de Ferro do Rio de Janeiro oferecia 34

³³⁰ *Almanak administrativo, mercantil e industrial do Rio de Janeiro* para o ano de 1892.

³³¹ *Almanak administrativo, mercantil e industrial do Rio de Janeiro* para o ano de 1893.

³³² *Almanak administrativo, mercantil e industrial do Rio de Janeiro* para o ano de 1896.

³³³ "Reclamações - no Bangu". *Gazeta de Notícias*, 12 de julho de 1905.

trens diários, o que era uma quantidade significativa para a época.³³⁴ A desigualdade no atendimento a algumas regiões, como evidenciado pela situação de Bangu e dos demais bairros situados no ramal Santa Cruz, revela um problema de distribuição de recursos e exclusão dos moradores em relação a quantidade de trens disponíveis e consequentemente, a possibilidade de locomoção na cidade através das linhas ferroviárias.

No entanto, a situação em Bangu foi modificada em 1910. Em fevereiro, foi criada uma linha de trem que partia da Central, passava por Realengo e seguia até Bangu, com 11 trens de ida pela manhã, 11 à tarde e 3 à noite. Nos horários de “volta”, havia 14 trens pela manhã, 7 à tarde e 5 à noite.³³⁵ Mesmo com o aumento significativo da circulação ferroviária em Bangu, esse trecho não abrangia as estações seguintes dos “trens do subúrbio” após a estação de Bangu. A ampliação das linhas de trem até Bangu evidencia a importância crescente da região na cidade. Além disso, no mês seguinte, a região sofreu outra alteração em sua rede ferroviária, com a duplicação da linha do ramal Santa Cruz. Facilitando a locomoção dos seus passageiros, a bifurcação da linha tinha seu início na estação de Deodoro e acabava em Bangu. Após a inauguração de um novo horário feito pelo diretor da Estrada de Ferro, Dr. Paulo de Frontin, também foram adicionados outros trens, proporcionando uma melhoria de “grande utilidade para os moradores do ramal Santa Cruz”. A construção da linha foi motivada pelas dificuldades e perigos das manobras realizadas na estação de Realengo, onde a ausência de linhas específicas obrigava o agente do trem a utilizar o desvio da fábrica de cartuchos em Realengo. Para reduzir esse problema, o diretor da Estrada de Ferro ordenou, em 1910, a construção de uma linha dupla entre Deodoro e Realengo, estendendo a linha de alguns trens até a estação de Bangu.³³⁶ A razão para a criação da linha está relacionada às manobras das linhas de trem, tornando necessária a duplicação até Realengo. No entanto, como a extensão da linha foi levada até Bangu, fica evidente que, sob o pretexto de aumentar a oferta de horários, a região mostra-se consolidada como uma parte essencial da malha ferroviária da cidade.

³³⁴ SERFATY, Elaina Reiola Cirilo *No trilho dos direitos: os trabalhadores da Estrada de Ferro Central do Brasil (Rio de Janeiro, 1865-1922)*. Tese (doutorado)—Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de História, 2024, p. 143.

³³⁵ “Estrada de Ferro Central do Brasil”. *Jornal do Commercio*, 27 de janeiro de 1910.

³³⁶ “Estrada de Ferro Central”. *O Paiz*, 11 de março de 1910.

A expansão da linha urbana na região teve sua continuidade em novembro de 1910, com a inauguração de uma linha circular no bairro.³³⁷ Em sua edição de 16 de novembro daquele ano, o jornal *A Notícia* destacou o “regozijo” entre os moradores com a implementação de um novo horário de trem, que aumentou consideravelmente as comunicações entre a localidade e a capital.³³⁸ Presente à inauguração, o próprio presidente da República, o marechal Hermes da Fonseca, foi recepcionado na estação de Bangu pela banda de música dos operários da Fábrica Bangu, recebido com muitas vivas por “todos os operários da fábrica”.³³⁹ A inauguração da nova linha circular, com a presença do presidente, destaca a importância do bairro na cidade e, ao mesmo tempo, representa uma conquista significativa para os moradores da região, melhorando sua mobilidade.

Ao se tornar o ponto terminal dos “trens de subúrbios” do ramal de Santa Cruz, a estação de Bangu ganhava maior destaque na região. De modo que a linha dupla entre Realengo e Bangu³⁴⁰ já passava a operar um serviço regular dentro desse ramal, ampliando sua importância na rede ferroviária.³⁴¹ Ao argumentar em 1911 pela necessidade de dar continuidade a duplicação da linha em todo o trecho do ramal, a direção da Estrada de Ferro Central do Brasil destacava em seu relatório a importância estratégica dessa bifurcação do ramal Santa Cruz. A bifurcação até Bangu é um indício, neste sentido, de que o fluxo para a região era significativamente intenso para a cidade.³⁴² O aumento considerável de trens oferecidos na Estação de Bangu a partir de 1910 destaca a relevância econômica de Bangu e a consolidação de parte desse território dentro das zonas suburbanas atravessadas pelo ramal Santa Cruz. Esse desenvolvimento representa, assim, a integração da região em termos de urbanidade e o seu direito à cidade a partir da mobilidade urbana.

Mais do que apenas oferecer serviços de deslocamento urbano, a ampliação desses horários de trens nas regiões suburbanas representava uma conquista importante dos moradores, fruto das negociações e demandas por

³³⁷ “Santa Cruz a Itacuruçá”. *O Paiz*, 14 de novembro de 1910; “Ramal de Itacuruçá”. *A Notícia*, 14 de novembro de 1910.

³³⁸ *A Notícia*, 16 de novembro de 1910.

³³⁹ *A Notícia*, 14 de novembro de 1910.

³⁴⁰ “Estrada de Ferro Central”. *O Paiz*, 18 de outubro de 1910.

³⁴¹ *Almanak administrativo, mercantil e industrial do Rio de Janeiro* para o ano de 1914.

³⁴² *Relatório da Estrada de Ferro Central do Brasil do ano de 1911*. Apresentado ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Indústria, Viação e Obras Públicas pelo diretor engenheiro Dr. Paulo Frontin. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1911.

melhor mobilidade. Essa melhoria permitia aos passageiros organizar seus deslocamentos diários com maior precisão, atendendo às necessidades da comunidade, impactando não apenas suas rotinas profissionais, mas também suas atividades pessoais. A dificuldade de acesso e circulação no centro urbano, vinculada a desigualdade nos horários dos trens, desempenha um papel crucial no desenvolvimento e dinamização dos serviços na região de Bangu. Essa disparidade não apenas dificultava o deslocamento dos moradores, mas também estimulava a expansão de serviços locais.

Os moradores de Bangu, ao enfrentarem o crescimento populacional e as dificuldades de acesso aos serviços básicos do centro urbano, tornaram-se agentes ativos na transformação de sua realidade local. A locomoção limitada, especialmente pela dependência dos trens para chegar ao centro urbano da cidade, motivou reivindicações por melhorias no transporte, como o aumento dos horários dos trens e maior conectividade com outras áreas da cidade. Em parte, eles conseguiram conquistar o que exigiam, com a ampliação dos horários dos trens, mostrando que suas ações influenciaram diretamente o processo de configuração da cidade. Dado o seu limite de locomoção na cidade, os moradores de Bangu buscaram soluções locais e trilharam seus próprios caminhos para garantir seus direitos e necessidades, promovendo, assim, o desenvolvimento da zona suburbana e seu direito à cidade.

3.3 - Uma imprensa banguense

A partir do final da década de 1910, alguns jornais começaram a dar mais destaque às reivindicações dos trabalhadores de Bangu, refletindo o crescente engajamento do movimento operário na região. Esses periódicos passaram a atuar como importantes veículos de comunicação para as demandas dos operários locais, que estavam em constante diálogo com outros grupos de trabalhadores do Rio de Janeiro. Como forma de expressão dessas demandas, em 1918 apareceu em Bangu um novo jornal que desempenharia um papel importante na comunicação local, o *Bangú-Jornal*. Criado em julho de 1918, sob direção dos jornalistas e moradores do bairro, Augusto Rangel e Luiz Barbosa,³⁴³ o novo jornal se

³⁴³ De acordo com algumas reportagens do jornal *A Época*, o jornalista Augusto Rangel era uma figura controversa e de reputação duvidosa. Em 1919, ele foi preso sob a acusação de roubo de um guarda-chuva com cabo de ouro e também acusado de envolvimento em "atos indignos" com um

propunha a defender os interesses locais, “com sinceridade e sem paixão de espécie alguma”.³⁴⁴ O jornal, que teve uma duração de dois anos e contava com 4 páginas, oferecia uma assinatura semestral pelo valor de 5\$000, enquanto a venda avulsa custava \$200 por exemplar.³⁴⁵ Durante sua primeira fase, entre julho de 1918 e setembro de 1918, foram publicados 11 volumes sob a direção de dois editores. Na segunda fase,³⁴⁶ de abril de 1919 a dezembro de 1920, foram lançados 14 volumes, embora com intervalos longos entre as edições.

A grande imprensa também começou rapidamente a ecoar o tema do abandono dos subúrbios, manifestando cada periódico a seu modo, a tensão entre o orgulho suburbano e a constatação das deficiências que marcaram a área. Segundo Julia O'Donnell, diversos periódicos de grande circulação começaram a incluir colunas regulares dedicadas aos bairros suburbanos. Com um tom de denúncia, esses periódicos procuravam sensibilizar a população sobre os problemas dessas áreas, contribuindo significativamente para a associação progressiva dos subúrbios com a precariedade e o abandono. Apesar da grande diversidade dos bairros presentes na zona suburbana, tanto os jornais locais como os de grande circulação criaram a ideia de uma identidade suburbana. Tanto em suas mazelas quanto em seus trunfos, "os subúrbios" deixavam de ser meramente um perímetro territorial para se tornarem, gradualmente, uma categoria da vida urbana carioca.³⁴⁷

A ampliação das experiências com o jornalismo entre o final do século XIX e as duas primeiras décadas do século XX, incluindo as zonas suburbanas e seus moradores nas “negociações impressas” da cidade do Rio de Janeiro, resultaram, segundo Leandro Clímaco, das novas oportunidades proporcionadas pela expansão do conhecimento das técnicas tipográficas, assim como das condições que possibilitaram o acesso e o controle de equipamentos e linguagens

menor de 13 anos que vivia sob seu teto. “Mais um pirata preso”. *A Época*, 24 de fevereiro de 1919; “Rangel é... um tarado” *A Época*, 19 de março de 1919.

³⁴⁴ “Qual a pretensão do Bangu-Jornal?”. Augusto Rangel. *Bangu-Jornal*, 14 de julho de 1918.

³⁴⁵ Em comparação com o *Gazeta de Notícias* em 1918, o valor semestral era de: 16\$000 e avulso: \$100. *Gazeta de Notícias*, 5 de janeiro de 1918.

³⁴⁶ A segunda fase do periódico, acontece após um período de suspensão das publicações do periódico devido a epidemia da gripe espanhola em 1918 e a consequente morte de um dos seus diretores, Luiz Nogueira Barbosa. “Reaparecendo...”. *Bangu-jornal*, ano I, no. 12, 26 de abril de 1919.

³⁴⁷ O'DONNELL, Julia. "Mato Grosso existe: os subúrbios em disputa na imprensa carioca do início do século XX". In: FERRO, L. e GONÇALVES, R. *Cidades em mudança: processos participativos em Portugal e no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2018.

da imprensa por novos grupos de produtores. Desse modo, à medida que a capital federal passava por transformações, a cidade habitada por milhares de pessoas com necessidades, interesses e valores diversos e, por vezes, conflitantes, a imprensa começou a ser disputada por diferentes setores da sociedade. Nesse sentido, a formação de uma imprensa suburbana mais geral torna-se um espaço de afirmação de diferentes grupos.³⁴⁸

A criação daquele periódico não representava um fenômeno isolado. Ela era resultado de um processo que vinha se desenvolvendo ao longo das primeiras décadas da república, marcadas pela diversificação e especialização da imprensa carioca – que passava a se voltar para públicos específicos, seja nas colunas temáticas dos grandes jornais ou no lançamento de folhas destinadas a certas regiões particulares. Como resultado, antes mesmo do *Bangú-Jornal* outras folhas já buscavam dar visibilidade às demandas da região suburbana, criando uma tradição de periodismo voltado para o diálogo entre os interesses dos moradores locais e a municipalidade.

Este foi um processo inaugurado na própria imprensa comercial da cidade – que, no afã de aumentar seu público, passava a dedicar colunas específicas para o interesse de diferentes grupos urbanos. Era o que mostrava em março de 1918, o *Gazeta de Notícias*, ao tratar do apoio da União dos Operários em Fábrica de Tecidos prestando auxílios aos operários em greve, e a existência de uma reunião no Marco Seis dos operários da fábrica, afim de “tratar assuntos de seu interesse”.³⁴⁹ Apesar da movimentação dos trabalhadores em março, os ânimos dos trabalhadores da região estariam muito mais exaltados em novembro de 1918. O periódico *Gazeta de Notícias*, interessado em se aproximar das reivindicações e perspectivas dos moradores locais, evidenciou que o descontentamento dos operários da Fábrica Bangu, ao declararem greve pacífica, tinha a mesma razão que “determinou a parede na Gávea (na fábrica Corcovado)”.³⁵⁰ A motivação dos trabalhadores estava baseada “como já é sabido” que, desde julho do ano passado, os operários tecelões conseguiram, “após grandes sacrifícios”, uma jornada de trabalho de 56 horas semanais, correspondente a 6 dias de trabalho. No entanto, no último acordo fechado no final de agosto, os empregadores tentaram

³⁴⁸ MENDONÇA, Leandro Clímaco. *Nas margens: experiências de suburbanos com periodismo no Rio de Janeiro, 1880-1920*. Editora da UFF, 2014, p.140-143.

³⁴⁹ “Movimento Operário”. *Gazeta de Notícias*, 03 de março de 1918.

³⁵⁰ “Em Bangu”. *A Razão*, 19 de novembro de 1918.

“sorratamente” abolir essa jornada, propondo o pagamento por hora em vez dos 6 dias estabelecidos. A comissão da União, que havia participado do acordo em nome dos operários, rejeitou essa proposta.³⁵¹

Três dias depois, o jornal *A Razão* trazia uma denúncia dos moradores de Bangu sobre o “banditismo da polícia” em Bangu ao praticar atos de violência “contra os trabalhadores pacíficos, famílias e até menores”.³⁵² Em meio a narrativa da notícia, constata-se que trabalham 3.600 operários na Fábrica Bangu, mas apenas 1.800 compareceram devido ao seguinte motivo: o gerente declarou que o crédito e as cartas de fiança, que estavam suspensos, seriam restabelecidos apenas para os trabalhadores que se apresentassem. Além disso, os operários faltosos seriam expulsos com suas famílias das residências. “Somente sob tão vergonhosa pressão exercida pelos dirigentes da fábrica de Bangu” foi que, 1.800 trabalhadores compareceram. Ao chegarem à estação de Bangu para observar a greve dos operários da Companhia Progresso Industrial do Brasil, os informantes do periódico afirmavam ter encontrado uma área tranquila - exceto pela presença de policiais armados. Cartazes na fábrica anunciavam que 75 operários dispensados poderiam retirar seus salários.³⁵³

Após o primeiro sinal, o jornal mostrava que, grupos de trabalhadores começaram a aparecer e a entrar na fábrica, com a chegada de mais de 1.500 operários que retornaram ao trabalho sob forte pressão e ameaças de expulsão e prisão. Ao estranharem essa ‘falta de união e de lealdade’ dos operários da Companhia Industrial Progresso do Brasil, as testemunhas do *A Razão*, interrogavam alguns operários:

E- Então, como se explica essa falta de coleguismo e de solidariedade?

- Que quer o senhor. Estávamos ameaçados pelos diretores da fábrica, em cujas casas residimos, com as nossas famílias, de sermos postos para a rua, sem a menor piedade. Por sua vez a polícia nos ameaçava de prisão e deportação, caso não retomemos o serviço.

³⁵¹ “A causa da greve”. *A Razão*, 19 de novembro de 1918.

³⁵² “Bravatas policiais em Bangu”. *A Razão*, 22 de novembro de 1918.

³⁵³ “Em Bangu - Na Companhia Progresso Industrial do Brasil”. *A Razão*, 26 de novembro de 1918.

Vimo-nos completamente desamparados e as nossas famílias, os nossos queridos filhos, sem teto.

A polícia dispõe de numerosa força à qual dá ordens e as mais selvagens. Que partido tínhamos a tomar? Resolvemos, pois, retomar o trabalho, o que fizemos coagidos pela força.³⁵⁴

A descrição da articulação operária dos trabalhadores de Bangu revela algo muito maior do que a própria dinâmica de organização e negociação dos trabalhadores cariocas: a especificidade de Bangu com relação a outros bairros suburbanos. Ao notarem uma identidade muito mais forte do que as próprias lideranças imaginavam, os trabalhadores do bairro mostravam como sua mobilização aconteceu a partir de questões mais concretas em seu cotidiano. Ao noticiar a greve de novembro de 1918, a reportagem destaca as particularidades de Bangu: a dificuldade de realizar greves devido à dependência da fábrica, enfatizando a necessidade de outras formas de organização no bairro. Nesse contexto, surge a criação de um jornal dedicado a representar os moradores como um todo, refletindo suas demandas e fortalecendo suas identidades. A grande imprensa ampliou o espaço para as reivindicações locais, enquanto os moradores encontravam no jornal um meio eficaz de expressar suas vozes e lutar por seus direitos.

A análise de Leandro Climaco sobre a imprensa suburbana no Rio de Janeiro entre os anos iniciais do século XX e o final dos anos 1910 mostra como o princípio de representação na imprensa gerou um movimento significativo de criação e fortalecimento de veículos de comunicação nos subúrbios. O sucesso desses periódicos entre os leitores cariocas revela como os jornalistas, ao posicionarem em suas redações, os subúrbios como protagonistas políticos, não apenas influenciaram a realidade social da época, mas também construíram uma rede de comunicação que refletia as demandas e aspirações locais.³⁵⁵ Desse modo, ficava claro que a imprensa comercial desempenhou, nos primeiros anos do século XX, um papel importante na vida dos moradores de bairros como Bangu, oferecendo um meio de comunicação para a expressão de suas reivindicações e a construção de uma identidade local.

³⁵⁴ “Em Bangu - Na Companhia Progresso Industrial do Brasil”. *A Razão*, 26 de novembro de 1918.

³⁵⁵ MENDONÇA, Leandro Climaco. *Jornalismo como missão: militância e imprensa nos subúrbios cariocas, 1900-1920*. Mauad Editora Ltda, 2020.

O desenvolvimento da imprensa suburbana no Rio de Janeiro durante o final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX reflete a crescente importância e visibilidade dos subúrbios na vida da cidade. Leandro Clímaco constata em sua pesquisa a existência de diferentes projetos editoriais nos subúrbios do Rio de Janeiro. Alguns periódicos foram criados por setores de uma classe média já estabelecida, que buscavam reproduzir o modelo de jornal voltado para as elites das áreas nobres da cidade. Esses jornais abordavam temas diversos, como economia local e literatura, com o intuito de construir uma imagem associada ao bom gosto e refinamento, reproduzindo o estilo de vida elitista como uma forma de distinção social nos subúrbios. Em contraste, outros periódicos surgiram a partir da necessidade de expor a insatisfação com o abandono dessas áreas pelo poder público. Esses veículos defendiam melhorias "materiais e intelectuais", criticando a falta de investimentos nos subúrbios em comparação com o Centro e a Zona Sul, especialmente a partir de 1900. Essa disparidade no tratamento por parte do Estado gerou mobilizações entre advogados, médicos, comerciantes, funcionários públicos e operários, que organizaram desde jornais até associações e congressos para reivindicar os "melhoramentos urbanos" para os subúrbios.³⁵⁶

A partir de uma perspectiva contrária à ideia de um planejamento do "movimento operário" articulado nos subúrbios, Leandro Clímaco destaca que, nos primeiros anos do século XX, já não eram apenas trabalhadores os residentes dos bairros suburbanos. De modo que, diferentes grupos sociais passaram a residir nessas áreas e, através do desenvolvimento de jornais próprios, buscaram representar os subúrbios e construir uma identidade suburbana mais ampla. Essa perspectiva interclassista contrasta com visões que enxergam os subúrbios apenas como espaços atribuídos à segregação e ao conflito. Ao invés disso, o historiador destaca por exemplo, como o Congresso Suburbano permitiu a articulação de uma identidade coletiva, baseada na experiência compartilhada de habitar os subúrbios e lutar por seus direitos.³⁵⁷ Esses periódicos tornaram-se instrumentos importantes

³⁵⁶ MENDONÇA, Leandro Clímaco. *Nas margens: experiências de suburbanos com periodismo no Rio de Janeiro, 1880-1920*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2011, p.33-36.

³⁵⁷ MENDONÇA, Leandro Clímaco. "Pelo direito de reclamar e exigir: o Congresso Suburbano", *Jornalismo como missão: militância e imprensa nos subúrbios cariocas, 1900-1920*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2020, pp. 93-133.

para expressar as demandas e os interesses de uma população diversa, que ia além da classe trabalhadora.³⁵⁸

Nesse sentido, a criação do *Bangu-Jornal* em 1918, pode ser vista como um esforço de trazer esses interesses para uma folha capaz de representar o conjunto do bairro, dos trabalhadores à elite suburbana. Era o que mostrava o trecho da carta de intenções da linha editorial do *Bangu-Jornal*:

Qual a pretensão do Bangu-Jornal? - Homenagear a ideia! [...] Eis, em síntese, a delicada missão d'este "pigmeu" que ora ousa vir à luz! Verdadeiro centro de atividade, pois conta com indústrias próprias, um comércio em franca prosperidade, Bangu que, com justiça e sem favor, pode ser qualificado: uma Cidade Operária – possuem elementos ótimos e capazes de, impondo seu valor real, assegurar para sempre uma bela harmonia do seu conjunto. Era, pois o tempo de surgir em seu seio um órgão de imprensa própria, que, fazendo refletir com imparcialidade, todas as manifestações do sentir do seu grande público, fosse o seu legítimo representante ante as administrações públicas, pois, dada a grande importância de sua população, sempre em crescente progresso, é fato que as necessidades são inúmeras, como inúmeros são os problemas que se farão dignos da atenção dos nossos governantes.³⁵⁹

Ao se posicionar como "representante" dos moradores junto a administração pública, o novo jornal seguia uma das tendências dos periódicos suburbanos da época, desenvolvendo uma iniciativa "em defesa dos interesses locais".³⁶⁰ Ao apresentar o bairro como uma "cidade-operária" com indústria própria e um comércio em prosperidade, o *Bangu-Jornal* também apontava para o fato do bairro ser um espaço no qual as "necessidades são inúmeras", onde é "tempo de surgir" uma imprensa própria.

O *Bangu-Jornal* é um exemplo de como os periódicos, ao longo dos anos, se apresentam como um campo de negociação e disputa política. Embora grande parte dos jornais do período alegassem a objetividade e a imparcialidade - tal como fazia o *Bangu-Jornal* - as diversas formas de abordagem mostravam como cada periódico estava sujeito a estratégias e lógicas que distinguiam os diferentes jornais. No entanto, nesses caminhos, também eram moldadas por esse público,

³⁵⁸ MENDONÇA, Leandro Clímaco. "Pelo direito de reclamar e exigir: o Congresso Suburbano", *Jornalismo como missão: militância e imprensa nos subúrbios cariocas, 1900-1920*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2020, pp. 93-133.

³⁵⁹ "Qual a pretensão do Bangu-Jornal?". Augusto Rangel. *Bangu-Jornal*, 14 de julho de 1918.

³⁶⁰ "Qual a pretensão do Bangu-Jornal?". Augusto Rangel. *Bangu-Jornal*, 14 de julho de 1918. p.1.

sendo forçadas a dialogar com assuntos e perspectivas às vezes distantes dos ideais daqueles que as dirigiam e escreviam.³⁶¹

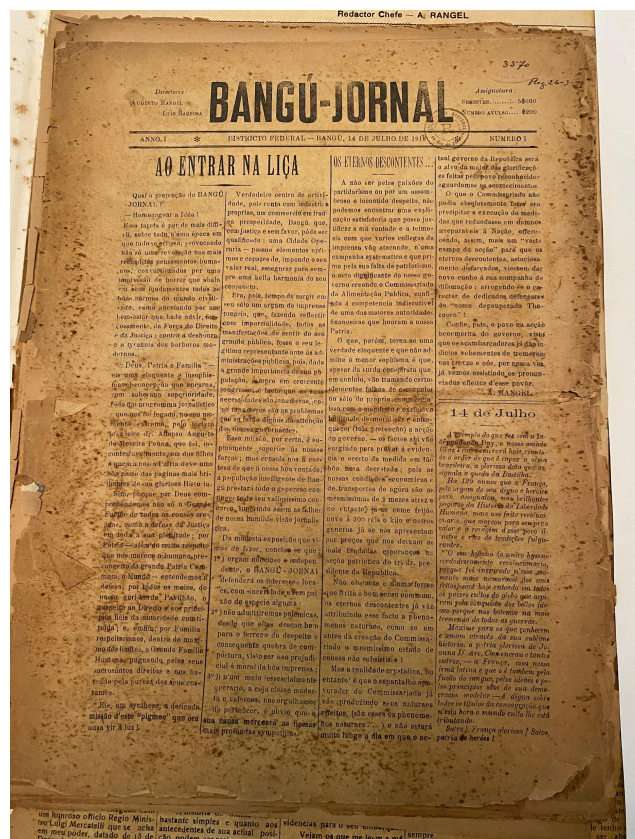


Figura 16: Primeira edição do *Bangú-Jornal* de 1918.³⁶²

Desde o início, o *Bangú-Jornal*, se colocou como um “representante” do conjunto dos moradores de Bangu, equilibrando-se entre as demandas dos trabalhadores e as decisões políticas e empresariais que afetavam a região. Publicando “as nossas necessidades”, em várias edições seus redatores expunham aqueles que eram apresentados como os “desejos da localidade”, como água e um mercado com gênero em preços acessíveis à população local. Com isso, o jornal desempenhou um papel importante na articulação de reivindicações e na mobilização social, com colunas dedicadas ao movimento operário, às condições de trabalho nas fábricas têxteis e às necessidades dos moradores dos subúrbios. Ao mesmo tempo, o *Bangú-Jornal* teve que regular essas demandas com os interesses comerciais e políticos de seus patrocinadores e anunciantes, muitos dos quais eram proprietários de comércios locais, e em sua maioria, os anúncios

³⁶¹ PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. Negociações impressas: a imprensa comercial e o lazer dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Primeira República. *História (São Paulo)*, v. 35, p. e99, 2016.

³⁶² *Bangú-Jornal*, ano I, no. 1, 14 de julho de 1918.

presentes no jornal eram de comércios localizados no centro urbano da cidade,³⁶³ resultando em um constante processo de negociação e adaptação.

A proposta defendida por Augusto Rangel e Luiz Barbosa, em 1918, para a criação de um veículo de comunicação voltado para o debate das necessidades e demandas do bairro, se apresentava através da criação do *Bangú-Jornal*. Abordando uma ampla gama de assuntos relacionados ao cotidiano dos moradores do bairro, sua proposta editorial era refletir as preocupações e necessidades da comunidade local, oferecendo um espaço para que os habitantes pudessem se informar e se engajar com questões relevantes para a região. Não era de se estranhar, portanto, que sua segunda edição já alertasse para a necessidade de melhorias que correspondessem aos sacrifícios realizados pelos seus habitantes, “que também estão sujeitos a impostos variados”. A notícia ressaltava também que, “não será com chaleirismo” - ou seja, com bajulação - que “qualquer figurão político que de nós só se lembra para extorquir o voto, que nós conseguiremos satisfazer as nossas legítimas aspirações”, destacando como o jornal contava com a opinião pública, e consequentemente demonstrava seu intuito de se posicionar como uma voz ativa e independente na defesa dos interesses do bairro.³⁶⁴

Ao tratar de diversas temáticas, a primeira folha de sua terceira edição destacava uma crescente demanda da população: o serviço telefônico. Ao longo de suas páginas o *Bangú-Jornal* destacava em suas páginas que não era incomum que um comerciante deixasse de lado suas atividades, e até mesmo fechasse sua loja, para ir até a cidade com o objetivo específico de tratar de um assunto urgente, “mas que podia ser resolvido por um simples telefonema se existisse entre nós essa preciosidade”. No jornal, os redatores levantavam a possibilidade de que o serviço telefônico das estações ferroviárias pudesse ser apontado como uma solução para a falta de comunicação no bairro. No entanto, eles mesmos contestavam essa possível resposta, argumentando que, de acordo com o regulamento da Estrada de Ferro, “os telegramas particulares, mesmo com anotação de urgência, não poderão preterir os serviços da mesma!”. Dessa forma, a notícia mostrava como a falta de um meio eficiente de comunicação continuava a comprometer o desenvolvimento econômico e a eficácia das atividades

³⁶³ Desde a primeira edição, o periódico conta com anúncios de comércios localizados em outras áreas da cidade, como: “Alfaiataria Barra Rio”, localizada na Rua Sete de Setembro; “Casa Guiomar”, na Avenida Passos. *Bangú-Jornal*, 14 de julho de 1918.

³⁶⁴ *Bangú-jornal*, ano I, no. 2, 21 de julho de 1918.

comerciais dos moradores do bairro, destacando que "para os nossos políticos, o contraste é triste - mas traduz uma eloquente realidade!".³⁶⁵

A coluna "as nossas necessidades" destacava diversas carências da região e, por meio de constantes reivindicações à municipalidade, o periódico expunha as dificuldades enfrentadas pelos moradores do bairro.³⁶⁶ A ausência de uma Caixa Econômica, por exemplo, era uma das questões críticas mencionadas, o jornal apontava que ao receber um pagamento, os trabalhadores do bairro tinham que ir até o centro urbano e, a ausência de uma filial acabava "acarretando não só despesas na viagem como até a perda de dias de serviço". Ao evidenciar a falta de serviços financeiros essenciais, o jornal revelava como essa carência impactava as condições de vida e as operações comerciais em Bangu.³⁶⁷ Outra questão debatida pelo periódico na mesma edição, estava relacionada aos preços dos gêneros alimentícios e utensílios domésticos, assim como o diálogo e disputa com o comércio de outras regiões da cidade. Não era inesperado nesse sentido, a existência de inúmeras notas sobre o valor dos gêneros alimentícios e a afirmação da importância de denunciar os estabelecimentos que não seguissem as diretrizes do comissariado da alimentação. Como mostra na mesma edição de agosto, uma denúncia sobre o preço do quilo da carne estipulado pelo comissariado da alimentação, o periódico denunciava na nota abaixo a existência de açougues "no dia imediato às suas ordens aqui em Bangu, venderam carne em um valor maior do que o estipulado".³⁶⁸

O diálogo com a municipalidade se mantinha constante nas edições do *Bangu-Jornal*. Buscando melhorias para o bairro, regularmente, o periódico publicava artigos e notas que abordavam as reivindicações da comunidade, destacando as carências locais e pressionando as autoridades a tomarem providências. Em agosto de 1918, o jornal manifestava-se a favor dos moradores, proprietários e negociantes do Marco Seis que foram ao Palácio do Catete pedir interferência de uma "repartição competente" para que os prédios do Marco Seis e suas adjacências tenham água encanada. Em meio a narrativa da notícia, o

³⁶⁵ "As nossas necessidades". *Bangu-Jornal*, ano I, no. 3, 28 de julho de 1918.

³⁶⁶ "As nossas necessidades: Caixa econômica". *Bangu-Jornal*, 18 de agosto de 1918; "As nossas necessidades: Água!". *Bangu-Jornal*, 25 de agosto de 1918; "As nossas necessidades: Mercado". *Bangu-Jornal*, 22 de setembro de 1918.

³⁶⁷ "As nossas necessidades". *Bangu-Jornal*, ano I, no. 5, 18 de agosto de 1918.

³⁶⁸ "O kilo de carne só deve ser vendido a 1\$200, devendo ser denunciado o açougue que cobrar mais do que este preço estabelecido pelo comissariado da alimentação". *Bangu-Jornal*, ano I, no. 5, 18 de agosto de 1918.

periódico tecia duras críticas a municipalidade, afirmando que “não é justo e chega a ser revoltante” que os cidadãos, pagando os impostos mais altos, sejam deixados à própria sorte, desamparados até mesmo por seus representantes no Congresso e no Conselho Municipal. “Basta senhores, de inércia - já temos fome, não temos a luz do poste, e tendes ainda coragem de nos negar a água depois das medidas já decretadas? A César...o que é de César!”³⁶⁹ Apesar de ser dirigido por indivíduos socialmente posicionados, o periódico se propunha a contemplar os interesses tanto dos moradores do bairro quanto da zona suburbana em geral. O jornal mantinha um diálogo constante com a municipalidade, destacando as carências locais e pressionando as autoridades para que tomassem providências. Ao defender os moradores e comerciantes do Marco Seis, que reivindicavam o acesso básico à água encanada, o *Bangú-Jornal* não apenas evidenciava o descaso das autoridades, mas também dava voz à insatisfação popular do bairro, criticando duramente a ausência do poder público.

A utilização dos periódicos como meio para reivindicação de direitos na região abrangia uma variedade de temas. Entre eles, o combate à carestia de vida, onde o jornal publicava por exemplo, o decreto com a tabela dos preços máximos para venda e varejo dos gêneros de primeira necessidade. Ao publicar essas tabelas - com o valor do arroz, açúcar, carne seca e feijão - o periódico não apenas informava a população local sobre os limites de preços que deveriam ser respeitados, mas também buscava criar uma forma de fiscalização social, incentivando os leitores a exigir o cumprimento dessas normas por parte dos comerciantes locais.³⁷⁰ Também eram frequentes reivindicações sobre saneamento básico, iluminação na região, denúncias sobre a ação da "mão negra" – um grupo de ladrões que atuava frequentemente no bairro.³⁷¹ Além disso, havia em todas as edições, uma seção dedicada à vida religiosa, especificamente às práticas católicas, e outra às atividades esportivas. O jornal também incluía um "carnet social", abordando eventos, datas comemorativas, doenças e falecimentos que se apresentavam no cotidiano dos moradores. E na última página, estavam presentes anúncios de comércios locais e de outras áreas da cidade.

³⁶⁹ “As nossas necessidades”. *Bangú-Jornal*, ano I, no. 6, 25 de agosto de 1918.

³⁷⁰ “O combate à carestia de vida”. *Bangú-Jornal*, ano I, no. 7, 1 de setembro de 1918.

³⁷¹ “Um apelo a light”. *Bangú-Jornal*, ano I, no. 3, 28 de julho de 1918; “A Mão Negra em Bangú”. *Bangú-Jornal*, ano I, no. 12, 26 de abril de 1919.

O *Bangú-Jornal* demonstrava estar atento aos interesses de diferentes grupos sociais do bairro, buscando garantir uma representatividade ampla e eficaz. Além de seus diálogos contínuos com a municipalidade, o jornal desempenhava um papel crucial na divulgação das demandas e negociações dos operários, que formavam uma parte significativa da população local. Um exemplo notável dessa atuação era a cobertura dedicada à associação Montepio dos Operários da Fábrica de Tecidos Bangu, uma instituição de beneficência fundada pelos próprios operários e apoiada pela direção da fábrica, especialmente por João Ferrer. Essa organização, com sede na rua Santa Cecília, oferecia inúmeros benefícios a seus filiados, que já somavam 1.259 sócios em julho de 1918.³⁷² Ao dar visibilidade às ações e conquistas da associação, o jornal destacava a importância da organização laboral na melhoria das condições de vida dos trabalhadores do bairro.³⁷³ Através de suas páginas, o *Bangú-Jornal* não apenas informava, mas também validava as iniciativas que visavam o bem-estar e a valorização dos trabalhadores, mostrando-se atento às diferentes realidades presentes no bairro.

Das primeiras reivindicações à municipalidade no início do século XX às queixas mais amplas dos moradores do bairro, expressas a partir do final da década de 1910 no *Bangú-Jornal*, afirmava-se um caminho através do qual os moradores de Bangu passaram a incorporar e a expressar reivindicações urbanas mais amplas, que conferia a eles uma identidade comum. Sem se limitar às questões específicas do trabalho na fábrica, também lutavam por melhorias nas condições de vida no bairro, para diferentes grupos sociais e ofícios. Suas demandas incluíam melhor infraestrutura, transporte público mais eficiente, acesso a serviços básicos e maior atenção do poder público às necessidades da comunidade local. Era o que mostrava uma notícia em 1916 do *A Época*, ao abordar o semelhante descaso vivenciado pelas “crescentes populações suburbanas” que possuem o maior dos abandonos da municipalidade da cidade. A partir do final da década de 1910, Bangu começou a ser visto pelos seus habitantes como um bairro suburbano típico, refletindo as carências e as lutas comuns a toda a região ao longo da Estrada de Ferro Central do Brasil.

³⁷² *Bangú-Jornal*, ano I, no. 3, 28 de julho de 1918; *Bangú-jornal*, ano I, no. 5, Bangu, 18 de agosto de 1918.

³⁷³ “A grandiosa assembleia do Montepio dos Operários da Fábrica de Tecidos Bangu”. *Bangú-Jornal*, ano I, no. 4, 4 de agosto de 1918.

Longe de ser um bairro isolado da cidade, em Bangu, apesar dos 31 quilômetros que separavam os moradores da região do centro urbano, as lutas dos trabalhadores se integraram às aspirações urbanas gerais, refletindo uma crescente consciência e mobilização em torno dos direitos e melhorias para toda a população local. Muito distante de uma cidade partida, os conflitos e aspirações dos seus moradores se conectaram com as demandas gerais de outros bairros suburbanos do Rio de Janeiro. A partir da própria lógica local, evidencia-se como os moradores de Bangu construíram seu espaço de moradia, convivência, lazer e trabalho, e consequentemente, mobilizaram ao longo dos anos seu direito à cidade.

Considerações Finais

Ao longo dos anos, a história do bairro de Bangu e o protagonismo da fábrica se entrelaçaram de tal forma que, na memória de boa parte dos moradores locais, tornaram-se praticamente uma coisa só. Um exemplo disso ocorreu durante a comemoração dos 350 anos do bairro, em 4 de março de 2022, quando participei de uma caminhada histórica na região. Nesse evento, pude aprender e observar a história de Bangu sendo contada a céu aberto por pesquisadores e pelos próprios moradores. Ao longo do trajeto, descobri que o Bangu Shopping, situado no terreno da antiga Fábrica Bangu, não havia cedido espaço para a caminhada, o que surpreendeu muitos participantes, já que a fábrica é considerada um eixo central na história do bairro. No entanto, durante o circuito, a história daquele espaço foi se mostrando a cada passo, muito além da fábrica. As ruas e terrenos não se limitam a homenageá-la: eles carregam múltiplas trajetórias.

A partir das experiências dos moradores de Bangu, esta pesquisa teve o objetivo de analisar como esse bairro se construiu, mantendo até hoje as marcas da fábrica, simbolizadas pela chaminé visível no estacionamento do shopping, que acompanhou a produção de uma das mais importantes fábricas têxteis do país na Primeira República. A análise do desenvolvimento urbano de Bangu nas primeiras décadas do século XX revela que o bairro não foi moldado exclusivamente pela presença da Companhia Progresso Industrial do Brasil. Embora a fábrica tenha desempenhado um papel importante na transformação da região, os moradores locais foram agentes ativos nesse processo, tanto os que já viviam ali antes da instalação da indústria quanto os que chegaram posteriormente para trabalhar. Suas experiências e lutas diárias contribuíram de forma decisiva para a consolidação de Bangu como um território em constante disputa e transformação.

A fábrica, que buscava projetar uma imagem de harmonia e controle sobre o bairro, teve seu modelo paternalista desafiado pelas reivindicações dos operários e moradores. Além das tensões internas ao ambiente fabril, as demandas por melhores condições de vida, infraestrutura e serviços públicos revelaram os limites do controle exercido pela Companhia. Desse modo, os moradores criaram estratégias próprias para lidar com as dificuldades, construindo redes de solidariedade e mobilização que iam além do espaço de trabalho e se estendiam às suas vidas cotidianas.

Ao mesmo tempo os clubes recreativos e esportivos do bairro, como o Bangu Athletic Club, foram essenciais para a criação de uma identidade coletiva entre os moradores da região. Esses espaços de sociabilidade ajudaram a suavizar as tensões sociais e étnicas, promovendo a formação de laços solidários entre os diferentes grupos. Ao longo do tempo, essa identidade banguense - que, marcada pela diversidade cultural, estava longe de suprimir as muitas diferenças e tensões entre seus moradores – se consolidou como uma identidade mais ampla do bairro, não como uma extensão das imagens criadas pela fábrica, mas como resultado das lutas e aspirações de seus próprios habitantes.

A ideia de um bairro homogêneo desconsidera as múltiplas disputas e a diversidade que coexistiram - e coexistem no mesmo espaço. A Fábrica Bangu desempenhou um papel central na formação da região, mas reduzi-la a esse único aspecto apaga as diferentes trajetórias e tensões que contribuíram para a construção do bairro. Este estudo procurou apontar a diversidade e as inúmeras negociações realizadas pelos moradores do bairro ao longo do seu processo de afirmação urbana. Neste sentido, buscou-se mostrar que os moradores de Bangu, longe de serem meros receptores dos benefícios trazidos pela fábrica, desempenharam um papel importante na transformação e consolidação do bairro.

Atualmente, a identidade de muitos moradores de Bangu permanece fortemente ligada ao time de futebol Bangu A. C. Essa conexão se expressa de várias formas: nas memórias locais referentes aos jogadores que representam o clube, no estádio proletário que simboliza a comunidade, em elementos como a estátua de Thomas Donahoe no shopping, no muro do estádio com a frase "o futebol nasceu aqui" e o letreiro inaugurado em 2024:



Figura 17: Fotografia da estátua do Thomas Donahoe.



Figura 18: Fotografia de uma parte dos muros do atual estádio do Bangu A.C.



Figura 19: letreiro inaugurado em 2024, situado no largo de Bangu.

Com imagens de figuras marcantes para o bairro, como o escocês Thomas Donahoe – importante figura para a introdução da prática esportiva no bairro, além de Zózimo, Zizinho, Domingos da Guia e Marinho, jogadores de destaque na trajetória do time, o letreiro inaugurado este ano representa mais do que uma simples homenagem a personalidades da região. Ele ilustra como, mesmo com a presença da fábrica na construção de diversos espaços e grupos de sociabilidade, a experiência compartilhada entre os moradores do bairro desde as primeiras décadas do século XX, já não estava mais atrelado à presença direta da fábrica,

constituindo a base para a consolidação de outro tipo de identidade entre seus moradores – expresso em associações recreativas que, àquela altura, já se propunham a representar o bairro como um todo, como o referido time de futebol.

As três figuras expostas acima revelam uma característica em comum no bairro: o orgulho dos moradores locais vinculados ao time. Mais do que apenas um time de futebol com uma imagem fortemente associada à classe operária, o clube desempenhou um papel fundamental ao longo dos primeiros anos do século XX, e continuou mostrando-se relevante na formação de uma identidade local nas décadas seguintes. O Bangu A.C. é amplamente representado no bairro, seja pela estátua de Thomas Donohoe em destaque em uma das entradas do Bangu Shopping, que resgata a memória do local como berço do futebol; pelo muro do estádio do clube com a frase "o futebol nasceu aqui", em conjunto com os inúmeras ilustrações dos jogadores ilustradas pelo local; ou pelo letreiro situado no Largo de Bangu - uma área central no bairro. A partir das imagens referentes a localidades de destaque em Bangu, mostra-se a forte conexão entre o clube e o orgulho da comunidade local.

Em contraponto com uma história única valorizada por muitos até hoje, a história de Bangu é diversa, feita de sonhos, experiências e aspirações distintas entre seus mais variados moradores, que de alguma maneira ajudaram a dar forma ao bairro. A integração entre distintos moradores, sejam ex-escravizados ou imigrantes, resultou na construção de seus próprios espaços de moradia, lazer, convivência e, muitas vezes, de trabalho. Ao reconhecer a importância da fábrica no desenvolvimento urbano da região, as análises propostas aqui visam ampliar a compreensão sobre a construção desse espaço. Neste contexto, esta dissertação pretende ampliar o conhecimento sobre a construção social de Bangu entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, destacando que o bairro foi moldado pelas lutas de seus diversos habitantes por melhores condições de vida, evidenciando as múltiplas disputas e experiências dos moradores locais que transcendem os portões da fábrica.

Fontes

Impressas

a) Periódicos

- *A Época*, 1913 - 1919
- *A Imprensa*, 1900, 1909
- *A Manhã*, 1929
- *A Noite*, 1919
- *A Notícia*, 1896 - 1910
- *A Razão*, 1918
- *Almanak administrativo, mercantil e industrial do Rio de Janeiro*, 1891 - 1914
- *Bangú-Jornal*, 1918-1920.
- *Cidade do Rio*, 1893, 1896
- *Correio da Manhã*, 1901 - 1910
- *Correio Paulistano*, 1908
- *Diário de Notícias*, 1893
- *Diário do Rio*, 1908
- *Don Quixote*, 1896
- *Gazeta de Notícias*, 1890 - 1918
- *Gazeta Operária*, 1903
- *Gazeta- suburbana*, 1920
- *Jornal do Brasil*, 1893 - 1927
- *Jornal do Comércio*, 1858 - 1910
- *Kosmos*, 1906
- *O apóstolo*, 1895
- *O Imparcial*, 1917
- *O Jornal*, 1917
- *O Malho*, 1905 - 1914
- *O Paiz*, 1893 - 1925
- *O Século*, 1910
- *O Tempo*, 1893
- *Revista da Semana*, 1901 - 1906

- *The Rio News*, 1893
- *Tribuna Espírita*, 1908
- *Voz do Povo*, 1920

b) Literatura e Memória

GUIMARÃES, Victoriana. GUIMARÃES, Martinéa. *O Alvorecer de Bangu*. Rio de Janeiro, 1997.

GUIMARÃES, Murillo. *Uma rua chamada Ferrer*. Rio de Janeiro: Grêmio Literário José Mauro de Vasconcelos, 1996.

c) Relatórios oficiais

Relatório anual da Companhia Progresso Industrial do Brasil. Rio de Janeiro: Tipografia Perseverança, 1899.

Relatório anual da Companhia Progresso Industrial do Brasil. Rio de Janeiro: Tipografia Perseverança, 1890.

Relatório anual da Companhia Progresso Industrial do Brasil, Rio de Janeiro: Tipografia Perseverança, 1891.

Relatório anual da Companhia Progresso Industrial do Brasil. Rio de Janeiro: Tipografia Perseverança, 1892.

Relatório anual da Companhia Progresso Industrial do Brasil. Rio de Janeiro: Tipografia Perseverança, 1893.

Relatório anual da Companhia Progresso Industrial do Brasil. Rio de Janeiro: Tipografia Perseverança, 1906.

Relatório anual da Companhia Progresso Industrial do Brasil. Rio de Janeiro: Tipografia Perseverança, 1907.

Relatório da Estrada de Ferro Central do Brasil. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1911.

d) Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Recenseamento do Rio de Janeiro realizado em 20 de setembro de 1906. Rio de Janeiro: Oficina da Estatística, 1906.

Recenseamento do Rio de Janeiro realizado em 1 de setembro de 1920. Rio de Janeiro: Oficina da Estatística, 1920.

2- Manuscritos

a) Secretaria de Polícia do Distrito Federal (Arquivo Nacional)

Fundo: BR RJANRIO HH (Secretaria da Polícia do Distrito Federal)

GIFI 6c 103

GIFI 6c 127

GIFI 6c 128

GIFI 6c 170

GIFI 6c 171

GIFI 6c 213

IJ6 648

IJ6 171

IJ6 692

IJ6 693

IJ6 789

IJ6 563

IJ6 786

b) Processos criminais (Arquivo Nacional)

“Grupo Flor da União” (réu). Arquivo Nacional, 15ª Pretoria do Rio de Janeiro, CODES 7H335, 1903.

c) Infração de Posturas (Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro)

BR RJAGCRJ PDF INP 9.2.2

BR RJAGCRJ PDF INP 9.2.5

d) Bangu Atlético Clube

Ata de fundação (1904)

Livro de atas das sessões da diretoria do Bangu A.C. (17.04.1904 - 26.10.1906)

Livro de atas das sessões da diretoria do Bangu A.C. (28.02.1909 - 12.01.1915)

Livro de atas das sessões da diretoria do Bangu A.C. (21.01.1915 - 07.09.1917)

Referências bibliográficas

ABREU, Maurício de Almeida. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. 4. ed. Rio de Janeiro: Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos, 2006.

AZEVEDO, André N., *A grande reforma urbana do Rio de Janeiro. Pereira Passos, Rodrigues Alves e as ideias de civilização e progresso*. Rio de Janeiro: Editora da PUC:Rio, 2016,

BARBOSA, Alessandra T.S.P. *A escola de samba “tira o negro do local da informalidade”: agências e associativismos negros a partir da trajetória de Mano Eloy (1930-1940)*. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2018.

BRASIL, Eric. *Carnavais Atlânticos: cidadania e cultura negra no pós-Abolição. Rio de Janeiro e Port-of-Spain, Trinidad (1838-1920)*. 2016.

CAULFIELD, Sueann; *Em defesa da honra – modernidade, moralidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)*. Campinas/S.P., Editora da UNICAMP/CECULT, 2000.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. Editora Companhia das Letras, 2017.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. Editora da UNICAMP, 2001.

COSTA, Carlos Eduardo Coutinho da. *“Faltam braços nos campos e sobram pernas na cidade”: famílias, migrações e sociabilidades negras no pós-abolição do Rio de Janeiro (1888-1940)*. Curitiba: Appris, 2020.

COSTA, Mariana Barbosa Carvalho da. *Entre o lazer e a luta: o associativismo recreativo entre os trabalhadores fabris do Jardim Botânico (1895-1917)*. Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de História, 2014.

DE MIRANDA PEREIRA, Leonardo Affonso. The Flower of the Union: Leisure, Race, and Social Identity in Bangu, Rio de Janeiro (1904–1933). *Journal of Social History*, v. 46, n. 1, p. 154-169, 2012. p.152.

DE OLIVEIRA, Márcio Piñon. Quando a fábrica cria o bairro: estratégias do capital industrial e produção do espaço metropolitano no Rio de Janeiro. *Scripta Nova: revista electrónica de geografía y ciencias sociales*, n. 10, p. 51, 2006.

DOMINGUES, Petrônio. Frentenegrinas: notas de um capítulo da participação feminina na história da luta anti-racista no Brasil. *Cadernos Pagu* (28), janeiro-junho de 2007:345-374.

FARIA, Fernando Antonio. *Três apitos. Estudo sobre a gênese e a expansão da Companhia Progresso Industrial do Brasil, 1889/1930*. Dissertação (Mestrado em História) - UFF, Niterói, 1985.

FURTADO, Cristiane Silva. *Tecendo as redes do paternalismo: lazer e identidade entre os trabalhadores da fábrica Paracambi (1874-1918)*. Dissertação (mestrado) –Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de História, 2012.

GODOY ORELLANA, Milton. “Paternalismo industrial y disciplinamiento cultural en el mundo festivo de las ciudades carboníferas chilenas: Lota, 1920-1950”. *Atenea* (Concepción), n. 514, p. 31-48, 2016.

GOLDMACHER, Marcela. “As associações operárias e a ‘Greve Geral’ de 1903”. In: GOLDMACHER, Marcela; MATTOS, Marcelo Badaró; TERRA, Paulo Cruz (org.). *Faces do Trabalho: escravizados e livres*. Rio de Janeiro: EDUFF, 2010.

HARDMAN, Francisco Foot. “Lyra da Lapa: acorde imperfeito menor” In: Libertários e Militantes: Arte, Memória e Cultura Anarquista. *Revista Remate de Males*. V. 5. 1985.

KEMPTER, E. D. *O Lugar do Patrimônio Industrial*. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011, KEMPTER, E. D. *O Lugar do Patrimônio Industrial*. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011,

LOPES, José Sérgio Leite. *A tecelagem dos conflitos de classe na “cidade das chaminés”*. Editora Marco Zero, 1988.

MACIEL, Laura. Outras Memórias nos subúrbios cariocas: o direito ao passado. In: OLIVEIRA, M. P. de e FERNANDES, N. da N., *150 anos de subúrbio carioca*. Lamparina: Faperj: EdUFF, 2010.

MAGALHÃES, Cristiane Maria. “A paisagem fabril-têxtil no município de Itabira: uma experiência industrial no espaço rural”. In: BORGES, Maria Elisa Linhares (org). *Campo e Cidade na Modernidade Brasileira: literatura, vilas operárias, cultura alimentar, futebol, correspondência privada e cultura visual*. Belo Horizonte: Argumentum, 2008.

MELLO, Juçara da Silva Barbosa de. *Identidade, memória e história em Santo Aleixo: aspectos do cotidiano operário na construção de uma cultura fabril*. 1. ed. - Curitiba: Appris, 2019.

MENDONÇA, Leandro Clímaco. *Jornalismo como missão: militância e imprensa nos subúrbios cariocas, 1900-1920*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2020.

MENDONÇA, Leandro Clímaco. *Nas margens: experiências de suburbanos com periodismo no Rio de Janeiro, 1880-1920*. Editora da UFF, 2014.

MIYASAKA, Cristiane Regina et al. Viver nos subúrbios. *A experiência dos trabalhadores de Inhaúma (Rio de Janeiro, 1890-1910)*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2011.

MOLINARI, CARLOS. *Nós é que somos banguenses*. 1. ed. Brasília: Ícone editora, 2011.

NEGRO, Antonio Luigi. "Paternalismo, Populismo e História Social". In: *Cadernos AEL*, v. 11, no 20/21, 2004.

NEVES, Margarida de S. "Os jogos da memória", em MATTOS, Ilmar Rohloff de. *Ler e escrever para contar: documentação, historiografia e formação do historiador*. Rio de Janeiro: Access, 1998, pp. 203-219.

NEVES, Margarida de Souza. "Uma capital em trompe l'oeil. O Rio de Janeiro, cidade-capital da República Velha." IN MAGALGI, Ana Maria et al. *Educação no Brasil. História, cultura e política*. Bragança Paulista: EDUSF, 2003, pp. 253-286.

O'DONNELL, Julia. "Matto Grosso existe!": os subúrbios em disputa na imprensa carioca do início do século XX. In: Renata Sá Gonçalves e Ligia Ferro. (Org.). *Cidades em mudança: processos participativos em Portugal e no Brasil*. 1ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2018, v, p. 73-90.

OLIVEIRA, Márcio de. *Bangu: de fábrica-fazenda e cidade-fábrica a mais uma fábrica da cidade*. Dissertação (Mestrado em Geografia) — Programa de Pós-Graduação em Geografia, UFRJ, Rio de Janeiro, 1991.

OLIVEIRA, Marcio Piñon; FERNANDES, Nelson da Nóbrega (org.). *150 anos de subúrbio carioca*. Rio de Janeiro: Lamparina: Faperj: EdUFF, 2010.

PECHMAN, Sergio e FRITSCH, Lilian. "A Reforma Urbana e seu Averso: algumas considerações a propósito da modernização do Distrito Federal na virada do século", *Revista Brasileira de História*. São Paulo, 5 (8/9), set. 1984-abr. 1985.

PEREIRA, Juliana. *Da Cidade Nova aos palcos: uma história social do maxixe (1870-1930)*. 2021. Tese de Doutorado. Tese (doutorado)—Universidade Federal Fluminense, Niterói.

PEREIRA, Leonardo A. de Miranda. "O Prazer das Morenas: bailes, ritmos e identidades nos clubes dançantes da Primeira República." In: *Vida Divertida: histórias do lazer no Rio de Janeiro (1830-1930)*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010.

_____. The Flower of the Union: Leisure, Race, and Social Identity in Bangu, Rio de Janeiro (1904–1933). *Journal of Social History*, v. 46, n. 1, p. 154-169, 2012.

_____. *A cidade que dança: clubes e bailes negros no Rio de Janeiro (1881-1933)*. 1. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2020.

_____. *Footballmania: uma história social do futebol no Rio de Janeiro, 1902-1938*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Hucitec, 2024.

_____. *Negociações impressas: a imprensa comercial e o lazer dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Primeira República. História (São Paulo)*, v. 35, p. e99, 2016.

RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista*. Editora Paz e Terra, 2018.

RIBEIRO, Maria Alice R. *Condições de trabalho na indústria têxtil paulista (1870-1930)*. São Paulo: Hucitec/Unicamp, 1988.

ROCHA, Oswaldo Porto. *A Era das Demolições*. Cidade do Rio de Janeiro: 1870-1920. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura/Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1986;

ROCHA, Oswaldo Porto; DE AQUINO CARVALHO, Lia. *A era das demolições: cidade do Rio de Janeiro, 1870-1920*. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1995.

SANTOS JUNIOR, Nei Jorge. *A vida divertida suburbana: representações, identidades e tensões em um arrabalde chamado Bangu (1895-1929)*. Tese (Doutorado em Lazer) - Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2017.

SERFATY, Elaina Reoli Cirilo. *Pelo trem dos subúrbios: disputas e solidariedades na ocupação do Engenho de Dentro (1870-1906)*. Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio/Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2018

SEVERINO, Carlos Molinari Rodrigues. *Mestres estrangeiros; operariado nacional: resistências e derrotas no cotidiano da maior fábrica têxtil do rio de janeiro (1890 - 1920)*. Dissertação (Mestrado em História) —Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

SILVA, Gracilda Alves de Azevedo. *Bangu 100 anos: a fábrica e o bairro*. Rio de Janeiro: Sabiá Produções Artísticas, 1989.

SILVA, Gracilda Alves de Azevedo. *Bangu: a fábrica e o bairro. Um estudo histórico (1889-1930)*. Dissertação (Mestrado em História Social) - Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1985.

SILVA, Paulo Vitor Braga; NETO, B. R. *Fazenda Bangu: a joia do Sertão Carioca*. Paulo Vitor Braga da Silva, Benevenuto Rovere Neto. Rio de Janeiro, RJ: Grêmio Literário José Mauro de Vasconcelos, 2020.

STEIN, Stanley Julien. *Origens e Evolução da Indústria Têxtil no Brasil, 1850-1950*. Rio de Janeiro: Editora Campos, 1979

VAN DER LINDEN, Marcel. *Trabalhadores do mundo. Ensaaios para uma história global do trabalho*. Campinas: Editora Unicamp, 2013.